mosaico

ISSN: 2176-8943
Vol. 5 | nº. 8 | 2014

# 8

Revista Discente
Programa de Pós-Graduação em História,
Política e Bens Culturais (PPHPBC)
CPDOC | FGV

# Sumário


**Apresentação** 02

**Artigos**

"Deus me livre! Vou rezar muito e pedir para não cair nesse Cantagalo": negociações e conflitos em jogo no processo de implementação de políticas públicas em uma favela da cidade do Rio de Janeiro. 04
Juliana Blasi Cunha

Movimento dos "trabalhadores favelados" e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960 26
Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

Internação para usuários de crack: Um campo de disputa em construção 46
David Esmael Marques da Silva
Letícia Canonico de Souza
Natália Maximo e Melo

Imaginários urbanos e a região portuária do Rio de Janeiro: um olhar sobre os processos anteriores à reforma de 2010 66
Maria Teresa Guilhon Barros

**Entrevista** 81

Maria Theresa Guilhon Barros entrevista Ilana Strozemberg

# Apresentação

"A cidade é o maior artefato da cultura. E a cidade contemporânea é um fenômeno em dimensões tais que supera todas as experiências sociais precedentes". Esta declaração do arquiteto Sérgio Magalhães serve para reafirmar a importância da cidade como espaço privilegiado de sociabilidade, como local onde relações sociais são estabelecidas e se modificam ao longo do tempo. Além de espaços de sociabilidade, a cidade apresenta vestígios de diversos passados e opera com a memória nos monumentos históricos, nas bibliotecas, nas estátuas, no conjunto arquitetônico, nas estações e nos edifícios, entre outros equipamentos da vida urbana.

A cidade é o *lócus* privilegiado onde diversas representações se mesclam sem que uma envolva a eliminação da anterior. É como um sítio arqueológico das experiências e representações sociais. Outro modo de dizer isto: a cidade é polifônica, é o lugar, o espaço, o palco de diversas vozes que entram em conflito ou tentam estabelecer consenso.

Não é por acaso que o estudo, a pesquisa, a reflexão sobre a cidade, sobre seus habitantes, está em alta e se faz presente em diversos campos disciplinares e sob diversas perspectivas e enfoques.

No número da revista eletrônica Mosaico dedicada ao tema **cidade** vamos encontrar textos que se centram nas ocupações de morros e em esforços do poder público para integrar suas populações à vida urbana regular, como no artigo que aborda o Pavão-Pavãozinho no Rio de Janeiro. Próximo a tal política, mas como seu avesso, encontra-se o artigo que vai apresentar a ameaça de remoção analisando a fala de um morador do Morro do Querosene em Belo Horizonte. Outra experiência de integração se faz presente nas zonas da cidade de São Paulo que concentram o consumidor de drogas e o esforço/ameaça de sua internação compulsória. Outra porta de entrada ao tema da cidade vai nos levar à revitalização de espaços urbanos decaídos. Isto implica necessariamente um processo de gentrificação? Tal questão tem perseguido os estudiosos do tema e também se encontra embutida nos olhares sobre o bairro portuário e a revitalização do centro do Rio de Janeiro.

Por fim, coroando tal repertório, conta-se com a entrevista que aborda a trajetória intelectual e a atuação prática da antropóloga Ilana Strozenberg, que, em seus estudos das culturas e subculturas urbanas contemporâneas, nos oferece um importante panorama do grupo que se formou em torno de Gilberto Velho.

Lucia Lippi Oliveira

# “Deus me livre! Vou rezar muito e pedir para não cair nesse Cantagalo”: negociações e conflitos em jogo no processo de implementação de políticas públicas em uma favela da cidade do Rio de Janeiro.

Juliana Blasi Cunha[1]

**Resumo:**
O presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar as divergentes lógicas que orientam o PAC e os moradores em relação à forma como concebem o espaço do chamado “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”. A partir do método etnográfico, o trabalho evidencia que o PAC foi elaborado e atua nesse espaço concebendo-o como um todo coeso, integrado e uniforme; ao passo que, o que está em jogo, para os moradores, é a contiguidade de duas favelas distintas e historicamente marcadas por uma série de disputas e rivalidades entre seus moradores, que se reflete em sua organização sócio espacial.

**Palavras-chave:** políticas públicas, favela, conflito, organização sócio espacial.

**Abstract:**
The article aims to analyze the different perceptions of the PAC and the residents on the area known as “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”. In an ethnographic way, this work discuss the process that bring to the fore the alliances and disputes that permeate the socio-spatial organization established by the residents. The PAC has been developed and operates at the “Complexo” conceiving it as an uniform and integrated area; but, for the residents, it is two neighboring slums with a series of rivalry and disputes between them.

[1] Doutoranda Antropologia Social.
PPGAS/Universidade de São Paulo

## O processo de negociação do valor da indenização do PAC e a diferenciação entre os moradores do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo".[2]

Em 2009, logo nas aproximações iniciais do trabalho de campo dessa pesquisa, fiquei sabendo que as reuniões de negociação, relativas aos valores das indenizações das casas dos moradores que seriam "remanejados" por conta das obras do PAC, estavam em curso. Representantes do PAC e moradores do "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" buscariam, nessas reuniões, chegar a um consenso sobre as formas de compensação para os proprietários que teriam suas casas demolidas, para que o alargamento de ruas e construção de praças e playgrounds fossem executados pelas obras do PAC.

Essas negociações se davam separadamente entre cada família de moradores e os agentes representantes da CEHAB-RJ[3] em uma das salas do prédio do Brizolão, no Cantagalo. Na sala reservada às negociações estavam presentes um engenheiro, um advogado e um secretário que compunham a equipe da CEHAB-RJ. Os moradores presentes haviam recebido em suas casas uma notificação sobre a necessidade de ali comparecerem para negociar suas casas ou imóveis comerciais que seriam demolidos para viabilizar a execução do projeto urbanístico idealizado pelas obras do PAC. A esses moradores, o PAC oferecia três opções: 1. Apartamentos construídos pelo PAC no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo"; 2. Indenização em dinheiro; e 3. Compra assistida.

As negociações que tive oportunidade de acompanhar deram-se com as famílias de moradores do Pavão-Pavãozinho. O processo de negociação com as famílias de moradores do Cantagalo havia sido iniciado semanas antes e alguns desses já haviam chegado a um consenso e estavam inclusive recebendo seus cheques indenizatórios ou chaves simbólicas dos apartamentos do PAC para onde se mudariam. Os moradores do Pavão-Pavãozinho aguardavam, em clima de apreensão, juntos do lado de fora da sala de negociação. De acordo com uma lista, cada família foi sendo chamada, separadamente, para entrar na sala pelo secretário da equipe. Enquanto a família entrava e acomodava-se sentando nas cadeiras da mesa de frente para a equipe, o engenheiro foliava uma pasta-arquivo em suas mãos. Nessa pasta estavam as fotos e a planta da casa, o cadastro da família e o valor de indenização proposto na avaliação feita pelo técnico da CEHAB-RJ.

Nas negociações a que assisti, não presenciei um caso no qual a família de moradores ficasse satisfeita com o valor da indenização oferecido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da CEHAB-RJ. Assisti, no entanto, a primeira das reuniões do processo de negociação entre as famílias e os técnicos, na qual dificilmente logo se chega a um acordo entre as partes. Diante da insatisfação demonstrada pelos moradores em relação ao valor

[2] Os nomes dos moradores citados nesse texto são fictícios, buscando com isso preservar a identidade dos interlocutores.

[3] Companhia Estadual de Habitação e Obras, que no PAC 1 foi a instituição responsável pela realocação de recursos da indenização dos moradores e pelo seu remanejamento.

oferecido por sua casa nessa primeira reunião, equipe e moradores negociavam de acordo com a situação da casa em questão.

Nos casos em que a casa era considerada pelos técnicos como tendo uma boa metragem e uma estrutura-física de qualidade, o engenheiro orientava o morador insatisfeito a pedir uma revisão da avaliação que havia sido feita. Havia casos em que o morador insistia que a metragem da casa era bem maior e que os técnicos haviam “comido a metade da casa”. O engenheiro indicava que fariam outra visita na casa para uma nova medição e avaliação.

Alguns moradores, donos de casas grandes de dois ou mais andares, queriam uma indenização maior por elas, pois queriam comprar uma boa casa para a família no subúrbio da cidade. Quase todos, no entanto, negavam veementemente a possiblidade de sair da favela e ir morar em qualquer bairro distante dali. Como, em geral, o valor das indenizações oferecidas pelo Governo do Estado era baixo, a compra de outra casa na favela mostrava-se uma difícil opção. O preço dos imóveis ali era elevado e, com as obras que então se iniciavam, subiram ainda mais. Além dos altos preços, não há muita oferta de casas a venda ali, pois, segundo contam, “quem tem, não vende”. Os apartamentos construídos pela PAC apresentavam-se aos moradores, portanto, como a forma mais viável de ali permanecer.

Aqueles que possuíam uma “boa casa” tentavam negociar ressaltando o tamanho de suas casas, a qualidade do material e acabamentos utilizados na construção e, sobretudo a quantidade de núcleos domésticos que nela coabitava. Negociavam, pois, dependendo da situação, havia a possibilidade de conseguirem mais de um dos apartamentos construídos pelo PAC. Quando o engenheiro considerava a casa como pequena e de má estrutura-física, dizia, no entanto, que, nesse caso, não havia muito como negociar. Alegando que dificilmente o morador conseguiria um valor maior do que o oferecido por uma casa “naquelas condições”, o advogado da CEHAB aconselhava a família a aceitar logo um dos apartamentos que estavam sendo construídos pelo PAC no local.

Uma das famílias proprietárias de uma pequena casa no Pavão-Pavãozinho, ao ouvir a sugestão do advogado de aceitar um dos apartamentos do PAC, pediu mais informações. O filho perguntou sobre a localização dos apartamentos e o engenheiro respondeu que, até aquele momento, os prédios que já haviam sido aprovados para a construção pela Prefeitura seriam perto do Brizolão, no Cantagalo. Nesse momento, a mãe, uma senhora de aproximadamente 70 anos e moradora do Pavão-Pavãozinho desde os seus 16 anos, interviu de forma implacável: “Deus me livre! Vou rezar muito e pedir para eu não cair nesse Cantagalo! Já não me importo nem mais de sair minha casa, mas não quero sair da minha comunidade!”.

O engenheiro seguiu em sua fala tentando explicar: “Mas a senhora não vai sair da sua comunidade! O prédio será construído aqui mesmo no Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo!”. O filho procurou acalmar a mãe dizendo que ele também se negava a ter que ir morar no Cantagalo: “Eu não tenho nada para fazer aqui nesse Cantagalo! Eu não conheço

nada daqui. Não sei nem andar aqui direito! Para cá eu não venho!". O advogado seguiu ressaltando que ir para os apartamento do PAC que seriam construídos no Cantagalo seria a melhor opção para eles permanecerem no "complexo", uma vez que a casa deles "é muito ruim e ninguém pagará valor maior por ela". O filho seguiu tentando explicar que Cantagalo e Pavão-Pavãozinho não são a mesma comunidade.

Essa e outras negociações desse dia tiveram a importante função de chamar atenção para o fato de que Estado e moradores apresentam percepções conflitantes em relação à forma como concebem e tratam o espaço em questão. O Estado, nesse caso representado pela equipe de negociação da CEHAB-RJ, percebe esse território como um todo integrado, coeso e uniforme: o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". Já os moradores concebem a existência de duas favelas vizinhas, porém distintas: o Cantagalo e o Pavão-Pavãozinho.

Essa foi a primeira vez que para mim ficou claro que "Cantagalo e Pavão-Pavãozinho não são a mesma coisa!". Além desse embate de percepções sobre a forma como o Estado e moradores concebiam esse espaço, o evento conflitivo acima descrito revelava ainda a diferenciação e hostilidade que marca a relação estabelecida entre os moradores, sobretudo os antigos, dessas duas favelas vizinhas. Nesse momento inicial do trabalho de campo, as diferenciações e hostilidades entre os moradores do Pavão-Pavãozinho e os do Cantagalo estavam sendo, recorrentemente, evidenciadas nas reuniões deles com a equipe do PAC através de discussões entre eles.

Além disso, em ocasiões outras, os moradores, em suas narrativas, frequentemente, se apresentavam buscando ressaltar suas diferenças em relação aos da favela vizinha. Foi através de narrativas de rivalidade, disputas e hostilidades entre eles que esses moradores se apresentaram para mim e descreveram a relação existente entre as duas favelas. "Eles ficam para lá e nós para cá. Eu não gosto de lá e não sei nem andar lá direito. A gente não se dá com eles!", diziam os moradores de uma das favelas em relação aos seus vizinhos. Era comum ouvir um discurso bem semelhante dos moradores da favela vizinha.

A situação acima narrada me permitiu, na ocasião, perceber que a trama articulada em torno da implementação dessa política pública era bem complexa e não podia ser resumida a simples polarização: Estado X moradores. Além desse embate de percepções sobre a forma como o Estado e moradores concebem esse espaço, o evento conflitivo acima descrito revelou ainda a diferenciação e hostilidade que marca a relação estabelecida entre os moradores, sobretudo os antigos, dessas duas favelas vizinhas. Nesses contatos iniciais foi através da regra Cantagalo X Pavão-Pavãozinho, que esses moradores apresentaram a relação existente entre eles. Nesse momento inicial do trabalho de campo, tal percepção já apontava para a necessidade da problematização de categorias como "moradores", "comunidade" e "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" pelo fato de sugerirem a existência de grupos ou todos coesos, integrados e unívocos.

## Sobre as políticas públicas em questão e o "Complexo Pavão-Pavãozinho-

## Cantagalo”.

Desde o início do século XX, quando do surgimento das primeiras favelas na cidade do Rio de Janeiro, diversas foram as representações sociais sobre elas que orientaram as ações do poder público em sua direção. As favelas foram consideradas, no início do século, um problema estético e de saúde pública para a cidade do Rio de Janeiro, então, ilustre capital da República. Nas décadas de 1960 e 1970, as favelas são percebidas e tratadas como “aglomerações patológicas”[4] que deveriam ser banidas da pitoresca paisagem carioca. Nesse período, grande parte da população favelada, especialmente a de favelas localizadas na área nobre (Zona Sul) da cidade, foi removida para os conjuntos habitacionais distantes do centro da cidade, que eram financiados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) e comercializados pela COHAB. Em um período de 12 anos a operação erradicou 80 favelas, demoliu 26.193 barracos e removeu 139.218 pessoas. (VALLADARES, 2005: 130)

Progressivamente, a partir da década de 1980, faz-se presente uma nova orientação política em relação às favelas, na qual a proposta de remoção em massa não é mais aceita como solução. Ao propor a regularização fundiária e a urbanização das mesmas, o programa “Cada família, um lote” do Governador Leonel Brizola (1983-6) marca a ruptura com o paradigma das remoções, inaugurando um outro: o da “integração” à cidade dita “formal”. O “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” foi palco privilegiado do início da atuação das políticas públicas visando a “integração”, tendo recebido programas como “Cada família um lote”, do governador Brizola (1983) e “Favela-Bairro”, do prefeito César Maia (1993).

Desde fins de 2007, o chamado “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”, assim como outras favelas da cidade do Rio de Janeiro, vem sendo palco da intervenção de algumas importantes políticas públicas atuais. Num contexto de preparação da cidade para sediar megaeventos internacionais como a Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016, a resolução do “problema favela” tornou-se foco de uma série de iniciativas do poder público. De uma maneira geral, partindo do pressuposto de que as favelas são isoladas e autônomas, a perspectiva dessas políticas públicas é a de que as favelas devem ser integradas à cidade dita formal. A intervenção pela qual o “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” vem passando engloba as obras de infraestrutura e reurbanização do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a instalação de uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) e ainda o processo de regularização urbanística e fundiária. Esse “pacote” de urbanização conjugado com a militarização foi chamado por Cavalcanti (2013) de “PACificação”.

[4] Tal termo é utilizado por Perlman para descrever o ponto de vista dominante na época sobre favelas. Segundo ela, a favela era vista como “uma aglomeração desordenada de vagabundos, desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas (...) que econômica e socialmente constituem um dreno. Os favelados mantêm-se à parte e o melhor seria que não existissem mais.” (PERLMAN, 2002: 42)

O PAC[5] foi oficialmente lançado no "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" com a presença do ex-presidente da República – Luís Inácio da Silva – e outras autoridades em novembro de 2007. Desde então, foram construídos pelo PAC no Cantagalo um elevador panorâmico e dois prédios para, em suas unidades habitacionais, realocar moradores, tanto do Pavão-Pavãozinho como do Cantagalo, que tiveram que deixar suas casas devido às obras físicas que envolvem, por exemplo, alargamento de ruas e construção de praças. Ao longo desse período de atuação do PAC, houve também investimentos em "acessibilidade", recapeamento de ruas e na rede de esgotamento sanitário e água. Muitas das metas propostas no projeto inicial, no entanto, não foram concluídas ao fim de 2009, tal como previsto no projeto inicial, PAC 1. As obras foram retomadas em fins de 2011, quando o chamado "PAC 2", além de dar início ao processo de remanejamento de famílias para alargamento de ruas no Cantagalo (Custódio Mesquita) e no Pavão-Pavãozinho (Avenida Pavãozinho), anunciou também o início da construção de mais algumas unidades habitacionais, dessa vez no Pavão-Pavãozinho.

Além do PAC, em novembro de 2009, nessas favelas foi instalada uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). As UPPs fazem parte da atual política do Governo do Estado do Rio de Janeiro e tem como objetivo anunciado a "recuperação" desses territórios, através do fim do controle armado ali exercido pelos narcotraficantes. Tal política não se apresenta como uma solução que extinguirá o narcotráfico, mas sim anuncia buscar controlar o armamento ostensivo dos narcotraficantes e seu, consequente, domínio sobre esses territórios. A chamada "pacificação" é frequentemente apresentada ressaltando-se uma radical mudança de orientação na atuação da polícia, isto é, passando-se de um "policiamento de confronto" para um "policiamento comunitário" ou de "proximidade"[6].

Em 30 de novembro de 2009, o BOPE "invadiu" o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo" e, um mês depois, foi ali instalada uma base da chamada "Unidade de Polícia Pacificadora Pavão-Pavãozinho/Cantagalo"[7]. Desde que a UPP foi instalada no

[5] O PAC é uma política pública do Governo Federal implementada em nível nacional, mas que se orienta localmente de acordo com as especificidades das diferentes regiões nas quais está atuando e caracteriza-se, portanto, como uma política pública "semi-focada". No Rio de Janeiro, entre outras ações, o PAC selecionou, algumas favelas a serem contempladas com verbas do setor de infra-estrutura social e urbana do programa do PAC-RJ, que é uma união de forças entre o Governo Federal, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal.

[6] O Cantagalo e o Pavão-Pavãozinho já haviam tido uma experiência no ano de 2003 de "policiamento comunitário", quando ali atuou a GEPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais). Para mais sobre a atuação desse policiamento e a percepção dos moradores dessas duas favelas, ver Cardoso 2010.

[7] Essa unidade foi a quinta UPP da cidade e a terceira implantada na Zona Sul do Rio, formando, junto com a UPP Santa Marta e a UPP Babilônia/Chapéu Mangueira "um novo corredor de segurança ao longo da orla, do Leme à praia de Ipanema". No presente momento, já são cerca de 20 UPPs distribuídas por áreas da cidade estrategicamente escolhidas pelo poder público, como a turística Zona Sul com sua orla repleta de luxuosos hotéis e, como já foi dito, as áreas adjacentes aos locais importantes para os "grandes eventos" que a cidade sediará.

“Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”, moradores e policiais (atores que historicamente mantém uma relação conflituosa) passam a conviver cotidianamente no mesmo território. Para além disso, agentes da UPP passam a atuar não mais apenas em atividades de repressão ao crime, mas também em atividades relacionadas a diversas esferas da vida social do lugar, tal como a esportiva, a cultural e ainda a política. Apesar de uma notável diminuição dos antigos índices de homicídio nessas favelas e na cidade em geral[8], algumas questões como a participação policial em diversas esferas da vida social desses moradores devem ser consideradas nesse debate[9].

Apesar de localizar-se em uma das mais nobres áreas da cidade e de há tempos ter sido contemplada por políticas públicas de urbanização e reurbanização de favelas, grande ainda é a pobreza em certas partes das favelas, bem como a precariedade dos serviços e equipamentos urbanos disponíveis a seus moradores, destacando-se, assim, a maneira específica através da qual o Estado se relaciona com essas áreas da cidade. O chamado “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” localiza-se entre três dos mais nobres bairros da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro – Copacabana, Ipanema e Lagoa – e abriga uma população de aproximadamente 10.132 habitantes[10].

Por trás do chamado “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”, do ponto de vista dos moradores, existem duas favelas vizinhas, porém distintas: o Cantagalo e o Pavão-Pavãozinho. As favelas ocupam o mesmo terreno rochoso, o chamado morro do Cantagalo, mas seus moradores, não concebem esse território como um todo indiferenciado, amorfo e uniforme. O principal acesso ao Cantagalo se dá pelo bairro de Ipanema e ao Pavão-Pavãozinho pelo bairro vizinho de Copacabana.

Frequentemente, os moradores, através de suas narrativas, reforçam rivalidades e disputas, construindo e reforçando, assim, suas identidades em oposição aos seus vizinhos. Com o desenvolvimento do trabalho de campo, aos poucos vem se percebendo, no entanto, que a dinâmica da relação estabelecida é mais complexa do que pode parecer a princípio, pois pode envolver também momentos de trégua e articulação entre esses moradores. Apesar da existência dessa possibilidade de fusão entre esses moradores em algumas situações sociais, a relação predominantemente marcada entre eles é a de diferenciação e

[8] No bairro de Copacabana, “O resultado foi uma queda de 84% das mortes violentas, de 25 vítimas em 2009, ano da primeira unidade, para quatro nos últimos 12 meses” (http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/02/sem-upp-suburbio-do-rio-tem-taxa-de-homicidio-20-vezes-maior-do-que-area-pacificada.htm)

[9] Mais sobre os impactos no cotidiano dos moradores causados pela UPP e regularização urbanística ver Cunha&Mello (2011) e sobre as interferências na vida associativa ver Fleury (2013); Rodrigues et al. (2012) e Araujo Silva (2013).

[10] Tal estimativa é fornecida pelo próprio material de divulgação do PAC nessa favela e baseado no cadastramento realizado pela “equipe de trabalho social” junto à população local no último trimestre de 2007. Segundo os dados do Censo IBGE, em 2000, o Cantagalo possuía 3884 moradores e o Pavão-Pavãozinho, 4.256.

rivalidade.

## O princípio da antiguidade como critério de diferenciação social nas relações de poder atuais.

Através de entrevistas abertas realizadas com antigos moradores e da utilização da técnica da história de vida foi possível entender a origem de várias rivalidades e disputas que vinham sendo frequentemente reveladas nas reuniões comunitárias que eu estava acompanhando. Apesar das disputas e discordâncias que aparecem nas narrativas dos antigos moradores sobre a história do lugar, há um consenso em relação ao fato de que a ocupação teve início pela encosta do Cantagalo e que, somente após algum tempo, expandiu-se pelo morro vizinho, dando origem ao Pavão e depois ao Pavãozinho. A resposta de Mário, um morador de 62 anos nascido no Cantagalo, à minha pergunta provocadora indica bem a importância que atribuem ao fato da ocupação ter ali se iniciado. Ao ser perguntado se quando o Cantagalo surgiu o Pavão-Pavãozinho já existia, ele afirma o seguinte:

> "Não! Aí que é a diferença. Cantagalo é primeiro! Se você pegar o mapa do Estado da Guanabara você vai ver a pedra como Morro do Cantagalo. O corte da pedra aqui atrás é corte do Cantagalo. Aquilo lá (Pavão-Pavãozinho) aconteceu, né? Foi expandido depois, mas aqui (Cantagalo) é primeiro. Foi expandido, criaram uma associação lá e hoje em dia eles querem botar o complexo como Pavão-Pavãozinho-Cantagalo. Não é! A verdade é Cantagalo-Pavão-Pavãozinho. O primeiro a existir aqui se chama Cantagalo. A ocupação começou por aqui (Cantagalo)! Lá (Pavão-Pavãozinho) foi desenvolvendo depois. Tanto é assim que eles lá ocuparam a pedra para cima. Isso é uma coisa que eu morro de raiva quando fala Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, porque não está sendo verdadeiro com a história."

A informação sobre o pioneirismo dos moradores do Cantagalo na ocupação do lugar aparece também na pesquisa realizada por CARDOSO (2010: p.67):

> "Os primeiros registros apontam que durante o ano de 1907 já havia barracos no morro do Cantagalo sugerindo que a presença de residências no local é anterior a essa data (SETH, 1985). Anos após o primeiro registro público que apontava a ocupação no morro do Cantagalo, durante a década de 1920, foram identificados 16 barracos no morro do Pavão (Guimarães, 1953)".

A fim de marcarem sua singularidade em relação à favela vizinha, além de ressaltarem que foram os primeiros a chegar, os moradores mais antigos do Cantagalo destacam ainda que, ao longo das décadas, preservaram a favela "fechada" em relação à "gente de fora". Em suas narrativas contam que, evitando o aluguel e a venda de suas casas para "gente de fora", preservaram a sua origem: negros vindos de Minas Gerais e do interior do Rio de Janeiro.

O início da ocupação dos dois morros vizinhos deu-se com a chegada de trabalhadores negros de cidades do interior do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que vinham em busca de oportunidades de emprego em casas de família e na construção civil nos então nascentes bairros de Ipanema e Copacabana. Tais migrantes começaram a ocupação pelo Cantagalo, mas, poucas décadas depois, já ocupavam também a encosta vizinha do Pavão. Com o passar das décadas, no entanto, o Pavão passou a receber um forte fluxo de migrantes do Nordeste do país; o Cantagalo, segundo eles fazem questão de ressaltar, permaneceu em sua maioria ocupado pela população original e seus descentes. Com a chegada dos nordestinos, a partir da década de 1950, aos poucos, o Pavão foi se expandindo em direção ao Cantagalo, dando origem ao Pavãozinho, que se localiza entre as duas favelas.

Segundo Cardoso, o Pavão-Pavãozinho tornou-se um centro de apoio ao migrante nordestino e, a partir de 1950, esse processo se intensifica gerando adensamento e verticalização das construções. Em suas palavras: “Durante os anos de 1950, contavam-se 1.460 habitantes. Durante a década de 1970, a população local foi contabilizada em 3.000 pessoas (IPLANRIO, 1981) e, posteriormente, já nos anos de 1990 a população local é estimada, de forma imprecisa, entre 10 mil e 15 mil pessoas” (CARDOSO, 2010: p.81).

O fato de terem sido os primeiros a ali chegar e de terem mantido a favela basicamente ocupada pelas mesmas famílias confere, atualmente, aos antigos moradores do Cantagalo, uma espécie de sentimento de diferenciação ou superioridade nas relações de poder local em relação aos seus vizinhos. Nas palavras de Cláudio morador de 50 anos nascido no Cantagalo:

> “A questão é que o Cantagalo é um morro que é família. É coisa hereditária nossa. É uma raça diferente do Pavão-Pavãozinho, que já é mais imigrante, que vieram de fora e ocuparam lá, entendeu? O Cantagalo, onde aqueles mais antigos foram falecendo, que eram os nossos pais e ficou só família, parente mesmo. Nós... nascemos cariocas! Então, ficou uma geração só de moradores daqui. Geração de cariocas. Lá (Pavão-Pavãozinho) não. Lá, já foi assim... local imigrado”.

Marcando sua identidade de carioca em oposição aos seus vizinhos nordestinos, em suas narrativas, os moradores do Cantagalo apresentam a si mesmos como “cria do morro” ou “raiz”, uma vez que seus moradores permaneceram em sua maioria como membros das antigas famílias ali estabelecidas. Enquanto isso, o Pavão-Pavãozinho passa a receber mais e mais migrantes do Nordeste do país e as famílias antigas de negros tornaram-se minoria em meio aos nordestinos; ganham, assim, por parte de moradores do Cantagalo, a pejorativa acusação de “reduto dos paraíbas”[11].

É comum ouvir moradores do Cantagalo atribuírem a ocupação do Pavão

[11] A categoria “paraíba” é utilizada pelos moradores do Rio de Janeiro como referência, de forma pejorativa, a todos os migrantes da região nordeste do país.

exclusivamente aos nordestinos, esquecendo-se que, no início, negros de Minas Gerais e do interior do Rio de Janeiro também ocuparam a encosta do Pavão. Tal esquecimento causa profunda indignação aos poucos moradores antigos negros que ali vivem e que fazem questão de ressaltar sua origem, diferenciando-se dos nordestinos. Tais antigos moradores tornaram-se invisíveis em meio ao grande fluxo de nordestinos que o Pavão-Pavãozinho recebeu, sobretudo a partir de 1980, e que fez com que o local passasse a ser diretamente associado apenas aos nordestinos, perdendo, assim, poder e prestígio na "balança" das relações de poder local. Segundo Mário, morador de 62 anos nascido no Cantagalo:

> "Vamos dizer, se for falar assim bem educadamente: são duas culturas diferentes. São bem diferentes porque aqui (Cantagalo) é mais família. Se você olhar, fulano é filho de ciclano e ciclano é primo de fulano que casou com ciclano. Aqui sempre há esse laço. Lá (Pavão-Pavãozinho) já é uma população muito flutuante. É uma população de pessoa que vem aluga, vai e volta. Não tem essa raiz igual tem aqui no Cantagalo. Lá sobrou muito pouco das famílias antigas. Antigo mesmo ai no Pavão, se você for ver mesmo, se muito tiver, tem umas 100 famílias. O resto tudo são pessoas recentes".

Os moradores antigos do Cantagalo reivindicam para si o título de "morador raiz" ou "cria do morro". Por oposição, tais moradores classificam pejorativamente seus vizinhos como "filhos do vento", justamente por serem "de fora", por não terem ali nascido ou não serem descendente de famílias antigas no lugar. Frequentemente, os moradores do Cantagalo falam sobre seus vizinhos: "Eles vieram com o vento!". A ideia passada é a de que vieram não se sabe como e que, assim como vieram, também podem ir embora a qualquer momento.

Segundo Cláudio, morador de 50 anos nascido no Cantagalo, anteriormente citado: "Lá é muito nordestino. Que vieram de lá recente, estão sempre vindo, entendeu? Aí faz seu pezinho de meia, aí vai embora. Daí depois volta e já traz outros. Pavão-Pavãozinho é assim. Já aqui, o pessoal não quer sair daqui. Não sai. Aqui (Cantagalo) é tudo cria do morro".

O desejo de permanência dos filhos daqueles que habitaram o Cantagalo é responsável pela principal característica local valorizada pelos moradores. Um dos principais critérios de diferenciação que aparece nas narrativas dos antigos é o "caráter comunitário" do Cantagalo que é, frequentemente, por eles descrito como sendo "tudo família". Insistem ainda em ressaltar que ali é muito difícil alugar ou vender casa para "gente de fora", pois a preferência é sempre dada aos filhos e parentes dos antigos moradores locais. Os moradores do Cantagalo orgulham-se disso e estão sempre destacando esse aspecto. Os poucos moradores antigos do Pavão-Pavãozinho também reconhecem que o Cantagalo permaneceu "fechado" aos migrantes nordestinos. Nas palavras de Seu Carlos, de 82 anos, migrante negro de Minas Gerais e desde os 16 no Pavão-Pavãozinho:

> "Eu não convivia lá no Cantagalo não, mas o que eu sei é que eles não gostavam desse pessoal nordestino lá. Não gostavam mesmo. O que eu sei é

> isso! Aquele negócio lá (Cantagalo) era só pessoal da cor. Eles não queriam os paraíbas lá!”.

Na presente situação, assim como no paradigmático caso de Winston Parva[12], o princípio da antiguidade dá o tom à dinâmica organizacional desses moradores. O fato de no Cantagalo a maioria das famílias residir há no mínimo três gerações faz com que esses moradores definam a relação existente entre eles como sendo pautada em uma maior coesão social ou “laço”, tal como se refere o morador anteriormente citado. A antiguidade no lugar faz ainda com que essas famílias se percebam e se definam como possuidoras de estreitos vínculos não apenas entre si, mas também em relação ao território onde residem. Essa percepção em relação à coesão do grupo e suas relações com o território não é algo apenas que os moradores do Cantagalo reivindicam para si, mas que também é assim reconhecida por moradores antigos do Pavão-Pavãozinho. Assim, nas palavras de Custódio, negro, 65 anos, nascido no Pavão-Pavãozinho e de família de Minas Gerais:

> “Eles lá são muito unidos. Você mexe com um, aparecem 20! E eles lutam mesmo pelo que querem para a comunidade. Eles são aguerridos. Se eu tivesse uma Associação de Moradores ou voltasse para a escola de samba, eu ia querer trabalhar com pessoas do Galo. Eles são fogo! Você pode ver, em qualquer reunião sempre tem mais gente do Galo e eles se colocam... falam mesmo! Tanto que você pode ver que eles lá estão bem mais adiantados assim na urbanização. Tudo acontece primeiro lá e nós aqui ficamos esquecidos.”

Os moradores do Cantagalo se descrevem e são conhecidos por estarem sempre participando articuladamente e reivindicando diante das políticas públicas que ali são implementadas. A explicação dada por eles para o atual “avanço” do Cantagalo em relação ao Pavão-Pavãozinho em termos de urbanização, equipamentos urbanos e prestação de serviços é o fato de se conhecerem há muitos anos e, assim, conseguirem se articular melhor politicamente e expor suas demandas, assegurando de forma mais eficaz seus objetivos. De alguma maneira, por terem sido os primeiros a chegar, os moradores do Cantagalo sentem-se como os legítimos possuidores de direitos e tal sentimento é explicitado através da máxima, frequentemente por eles acionada: “Antiguidade é posto!”.

O Pavão-Pavãozinho, que no passado mantinha uma acirrada disputa através de times de futebol e blocos carnavalescos com o Cantagalo, com a intensificação da migração nordestina a partir de 1950 e sobretudo 1980, acabou ficando conhecido como o “reduto dos paraíbas” e perdendo força nas relações entre as duas favelas. Apesar de muitos nordestinos

[12] No caso de Winston Parva há uma separação entre dois grupos, que não se distinguem do ponto de vista econômico, de origem étnica e nem profissionalmente. A separação e diferenciação entre os dois grupos está baseada no “princípio da antiguidade” que alimenta a coesão social através de tradicionais redes de solidariedade existentes entre os antigos; excluindo os moradores mais recentes, a quem consideram “de fora”. Mais sobre o princípio da antiguidade que fundamenta as relações de poder em Winston Parva ver Elias& Scotson (1994).

serem de famílias que ali estão há duas ou três gerações, os "paraíbas" são, frequentemente, considerados "de fora" ou "estrangeiros"[13] pelos moradores antigos dos dois morros vizinhos. A eles é atribuída uma falta de identidade com o lugar e com suas questões, sejam elas de ordem política, cultural ou outra.

Em geral, nos dias atuais, quando se fala em Pavão-Pavãozinho, é comum esquecer-se dos negros de Minas Gerais e falar do lugar como local ocupado apenas por nordestinos. Nas palavras de Mário, morador de 62 anos nascido no Cantagalo:

> "Lá (Pavão-Pavãozinho) é mais cearense, que é outra raça. Nós que somos daqui, consideramos o cearense outra raça. Eles são os judeus brasileiros, porque eles são muito um junto com o outro. Um ajuda o outro. O que é uma coisa que eu admiro. Chega um cearense, já faz em cima e já manda chamar a família e vai trazendo outro. São muito unidos. Mas eles não têm identidade com a comunidade. Para eles tanto faz. Eles têm lá a sociedade deles na questão do local onde nasceram, mas não com a comunidade. O que é diferente daqui, porque aqui todos têm identidade com o lugar".

Tais acusações aos "paraíbas" não são feitas apenas pelos moradores do Cantagalo, mas também pelos poucos antigos que sobraram no Pavão-Pavãozinho. É comum que os antigos do Pavão-Pavãozinho atribuam aos "paraíbas" todos os problemas dessa favela como, por exemplo, o do lixo jogado nas ruas.

A troca de acusações e a rivalidade são uma constante nas relações que envolvem os moradores antigos do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho e os nordestinos. Nesse intenso fluxo de trocas de acusações mútuas, os moradores antigos do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho são também classificados depreciativamente pelos nordestinos. Os nordestinos, frequentemente, reivindicam para si a identidade de trabalhadores esforçados e bem sucedidos e, por oposição, atribuem aos moradores antigos a pecha de "malandros" ou pouco "chegados ao trabalho". Com frequência, os nordestinos atribuem aos negros do lugar a fama de vagabundos, ligados ao tráfico e que, ao invés de se dedicar ao trabalho árduo,

[13] A condição dos nordestinos nesse grupo, guardadas as devidas diferenciações, remete à clássica discussão de Simmel (1983) sobre o "estrangeiro". O autor ressalta que eles são "inimigos internos", pois, por um lado, têm uma posição de membros do grupo, mas, por outro, estão fora dele e o confrontam. Sua posição no grupo é determinada por ele não ter pertencido a ele desde o início. Assim como o nordestino em questão, o estrangeiro de Simmel não é o viajante que chega hoje e parte amanhã, mas sim aquele que fica. Apesar de ficar, no entanto, ele tem a característica do "viajante potencial", isto é, mesmo não tendo partido não superou a liberdade de ir e vir. Apesar de não estar organicamente anexado ao grupo, é um membro orgânico do grupo. O autor fala ainda da objetividade do estrangeiro que pode também ser pensada como liberdade, uma vez que ele não está amarrado a nenhum compromisso que poderia prejudicar a sua percepção. Ele é mais livre prática e teoricamente, porque examina as condições com menos preconceito e não está amarrado à sua ação pelo hábito. Nada disso deve ser considerado, segundo Simmel, como falta de compromisso, mas sim uma forma especifica de compromisso.

estariam envolvidos em atividades recreativas como praia, pagode, samba e baile funk.

Na dinâmica local, no entanto, assim como na fictícia Winston Parva, os termos estigmatizantes acionados pelos considerados “de fora” não chegam a representar uma ameaça, uma vez que, segundo ELIAS & SCOTSON (2001: p.27): “Enquanto o equilíbrio de poder entre eles é muito desigual, seus termos estigmatizantes não significam nada, não tem poder de feri-los”. As acusações dos nordestinos não abalam o sentimento de superioridade dos antigos ou “crias do morro”.

## A identidade dos grupos e os vínculos com o território no passado.

Para além da atual rivalidade entre antigos e novos moradores ou “de dentro” e “de fora”, há também a estabelecida historicamente entre os antigos das duas favelas. No passado, os moradores antigos das duas favelas, rivalizavam, por exemplo, através de blocos carnavalescos e times de futebol, explicitando e reforçando os vínculos entre cada favela e com o seu território. Até a década de 1980, o Cantagalo não tinha o domínio nas relações de poder local e o Pavão-Pavãozinho ainda não era o difamado “reduto dos paraíbas”. Segundo conta Custódio, morador de 65 anos, nascido no Pavão-Pavãozinho:

> “Pavão-Pavãozinho sempre sobressaiu sobre o Cantagalo. Ganhávamos futebol, samba e tinha mais investimento na época Brizola. Aqui era favela modelo! Só perdemos o posto quando o papa veio ao Rio e foi visitar o Vidigal. Lá (Cantagalo) não estava com nada. Lá era atrasado”.

A partir das narrativas individuais dos antigos moradores foi possível chegar à história de algumas importantes organizações da vida associativa local, tal como o futebol e o carnaval. Essas organizações de caráter recreativo serão aqui tomadas também como atividades políticas, uma vez que também envolvem conflitos e competições pelo poder. Segundo ZALUAR (2000: 189) sobre as agremiações carnavalescas: “O conflito entre as pessoas, as facções e os grupos não organizados, com suas tramas de alianças, coalizões e divisões, com sua legitimidade advinda de regulamento ou do costume, torna o processo político nessas organizações muito rico e dinâmico”.

A disputa entre esses moradores de favelas vizinhas fortalecia a identidade e coesão social de cada grupo e a relação com seu território. No passado, no futebol de areia jogado nas areias de Ipanema e Copacabana e apelidado “Sangue na Areia”, os antigos moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho se enfrentavam, disputando cada partida como uma final de campeonato. É interessante ressaltar, no entanto, que no caso dos dois times estarem participando de uma competição em outra área da cidade e algum deles se desentender com um terceiro time, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo se uniam contra o mesmo. No caso de um “inimigo externo”, um dava suporte ao outro, colocando em segundo plano a habitual rivalidade.

Esse padrão de relacionamento estabelecido entre os moradores dessas duas favelas parecia orientar também a forma como se relacionavam com os bairros vizinhos (Ipanema e Copacabana) em que cada uma das duas favelas está localizada. A mesma relação de pertencimento que os antigos mantinham com o território de sua favela, se estendia morro abaixo pelo bairro. Assim, por exemplo, um morador do Cantagalo, localizado em Ipanema, não poderia fazer a "xepa"[14] na feira da Leopoldo Miguez, em Copacabana, onde se localiza o Pavão-Pavãozinho. Dentro dessa perspectiva, o morador do Pavão-Pavãozinho também não podia oferecer seu serviço de engraxate de sapatos no vizinho bairro de Ipanema.

A relação de rivalidade entre vizinhos e o fortalecimento dos vínculos entre si e com o seu território também se refletiam na disputa dos antigos moradores, de cada uma das duas favelas, nos blocos de carnaval. O bloco do Cantagalo chamava-se Unidos do Cantagalo e tinha como cores o azul e branco e como símbolo um galo. O bloco do Pavão era chamado Império do Pavão e tinha como cores o verde e branco e como símbolos o Zé Carioca e o calçadão de Copacabana. Havia ainda um terceiro bloco que representava o Pavãozinho em específico chamado Independentes do Pavãozinho com cores verde e rosa, mas que, após alguns carnavais, acabou se unindo ao bloco do Pavão e formando um único: Unidos do Pavão. Pavão e Pavãozinho juntos e representados pelo Unidos do Pavão passaram então a disputar os títulos carnavalescos com o Cantagalo.

Samba no Cantagalo, o morador do Pavão-Pavãozinho, via de regra, não frequentava. É importante ressaltar, no entanto, que apesar dos antigos recordarem e sempre ressaltarem essa rivalidade, em alguns momentos de suas narrativas, aparecem também os momentos de trégua ou integração entre os moradores das duas favelas. Assim, era regra que um não frequentasse o samba e os bailes da outra favela, mas, quando havia a presença de algum cantor especial ou banda de fora, tal regra era quebrada e moradores do Cantagalo, por exemplo, iam para o Pavão-Pavãozinho em busca de diversão.

As disputas entre times de futebol e blocos carnavalescos eram, portanto, passíveis também de momentos de articulação e trégua como, por exemplo, nas situações já descritas. A rivalidade e as disputas era o que animava ou dava sentido à vida associativa de cada uma das duas favelas, mas era ainda perpassada por algumas situações sociais diante das quais esses moradores se aproximavam e se integravam. Assim, a identidade dos moradores de uma se definia em oposição à outra e, assim, além do movimento de separação ou cisão, havia também complementariedade e integração na dinâmica organizacional dos moradores dessas duas favelas.

Tal dinâmica remete, guardadas as mediações necessárias, ao princípio da relatividade estrutural elaborado pelo clássico estudo de Evans-Pritchard (2002 [1940]) para descrever a relação entre as tribos adjacentes dos Nuer e dos Dinka. O autor descreve a

[14] Xepa é o termo utilizado para definir o momento final de uma feira (legumes e verduras), no qual os feirantes numa espécie de liquidação abaixam de maneira considerável o preço das mercadorias que restaram de suas vendas. Em alguns casos, mercadorias já danificadas são deixadas para trás pelos feirantes e catadas por alguns.

relação de oposição mútua entre os Nuer, mas também a de oposição comum deles frente aos Dinkas, que os ladeiam. O trabalho coloca em destaque um sistema onde seções tribais lutam entre si e, em outro momento, unem-se e lutam contra uma terceira parte; ressaltando que a ideia de “ser de” (ceing) algum lugar é estruturalmente relativa e depende do contexto em questão. A pertença e, consequentemente, a não pertença são estruturalmente relativas.

O movimento do tráfico de drogas nessas favelas, quando ali começou a atuar, parece ter-se estabelecido orientando-se através desse esquema referencial da rivalidade entre Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Nas décadas de 1970 e 1980, traficantes que eram de famílias dessas duas favelas rivalizavam entre si e começaram, então, a intensificar ou dar novos contornos a essa antiga relação estabelecida e cultivada entre esses moradores. As narrativas dos moradores indicam que, nessa época, o que antes era apenas um hábito ou costume de não circular ou frequentar a favela vizinha, aos poucos, foi-se tornando um imperativo da “bandidagem” que ali se estabelecia.

Os traficantes de famílias locais parecem ter seguido esse esquema referencial da rivalidade Pavão-Pavãozinho vs. Cantagalo; articulando-se em quadrilhas rivais, porém acirrando-o cada vez mais com tiroteios frequentes entre os dois lados e a proibição da circulação dos moradores entre as duas favelas. O que antes era uma “rivalidade saudável” que, de alguma forma, parecia animar e dar sentido à vida dos blocos carnavalescos e times de futebol locais tornou-se uma violenta disputa da “bandidagem” local por pontos de vendas de drogas. Durante esse período, moradores em geral foram proibidos de passar pela região conhecida como “virada”, espaço limítrofe entre as duas favelas vizinhas.

Algum tempo depois, já na década de 1990, o Comando Vermelho[15] assume o domínio do tráfico de drogas no Pavão-Pavãozinho, tomando o poder do antigo bandido local. Após tal entrada, passado algum tempo e muita guerra, o “Comando” assumiu também o controle do tráfico no Cantagalo. Não eram mais então famílias das duas favelas que rivalizavam em uma violenta disputa entre os dois lados, mas sim o “Comando” e toda sua estrutura (com armamento financiado pelo início da venda de cocaína e homens “de fora” da favela) que assumiam o monopólio do tráfico em ambas as favelas. Às práticas e à dinâmica local desses moradores, sobrepuseram-se as ordens do “Comando”. A orientação do Comando Vermelho era no sentido de unificar as duas favelas não apenas do ponto de vista das bocas de fumo, mas também em aspectos de sua vida social. A proibição dos antigos

[15] O Comando Vermelho é uma organização (facção de drogas) nascida em fins da década de 1979 no presídio Cândido Mendes em Ilha Grande, Rio de Janeiro. Muito se discute sobre a influência exercida pelos presos políticos sobre os prisioneiros comuns dentro desse presídio, mas é geralmente aceito que esses aprenderam algumas noções de organização de grupos e reciprocidade com os presos políticos que ali estavam. Segundo Dowdney, já em fins de 80, o Comando Vermelho se expande e com a entrada da cocaína no varejo de drogas da cidade: *“Quadrilhas hierarquicamente estruturadas foram implantadas nas favelas para defender pontos de vendas e as comunidades vizinhas contra invasões policiais ou ataques de “neutros”.* (DOWDNEY, 2004: 33)

traficantes das quadrilhas locais de que os moradores não passassem de um lado ao outro foi, então, suspensa.

Devido às mudanças na estrutura do carnaval da cidade como um todo e às antigas disputas entre os antigos traficantes locais, os blocos carnavalescos das duas favelas ficaram por aproximadamente cinco anos sem desfilar. Em junho de 1992, no entanto, as diretorias dos dois antigos blocos rivais se unem e fundam uma única escola de samba: "Grêmio Recreativo Escola de Samba Alegria da Zona Sul". As narrativas de antigos moradores ligados aos blocos carnavalescos das duas favelas indicam que o Comando Vermelho teria orientado a junção dos dois antigos blocos. Interessa aqui ressaltar que os dois blocos rivais se uniram e se transformaram numa única Escola de Samba, mas não sem que as disputas entre as duas favelas continuassem presentes em detalhes da história da fundação de tal escola.

Conforme conta Custódio, morador de 65 anos, nascido no Pavão-Pavãozinho e importante articulador da fundação da escola, para conseguir trazer o samba de volta para a comunidade, a alternativa disponível era promover a transformação dos dois blocos em uma única escola de samba. Diante da possibilidade de continuarem sem samba, os dirigentes dos antigos blocos rivais aceitaram se unir, pondo, de alguma forma, a aguda rivalidade em segundo plano.

No estatuto da escola de samba consta que o "Grêmio Recreativo Escola de Samba Alegria da Zona Sul é uma sociedade civil, apolítica, partidária de finalidades filantrópica e administrativa, fundada em 28 de junho de 1992, com sede e fórum na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Usa as cores verde, azul e branco e com o símbolo de Zé Carioca, um Galo sob o dedo indicador da mão direita do Zé Carioca e o desenho das ondas do calçadão da Avenida Atlântica". (1982: 1)

Segundo conta Mário, morador de 62 anos, nascido no Cantagalo, antigo membro da diretoria do bloco do Unidos do Cantagalo e que fez parte da fusão dos dois blocos, foram 12 pessoas que se reuniram e se dispuseram a fundar a escola de samba Alegria da Zona Sul:

> "A gente queria que não ficasse resquício de nenhuma das agremiações antigas e surgisse uma coisa nova, mas como houve certas interferências... aí acabou ficando o "Alegria" no nome... mas para não ser Alegria de Copacabana (nome do antigo bloco do Pavão-Pavãozinho), acabou ficando Alegria da Zona Sul. Não havia confusão, mas havia era cada um puxando para o seu lado. Quando foi para criar a logo marca da escola, no primeiro desenho era o Zé Carioca segurando o Galo pequenininho no dedo da mão. Ali já foi o motivo da briga! Como pode um papagaio ficar com um Galo no dedo? Ai a gente brigava: 'Não! Vai botar um do lado do outro e do mesmo tamanho!' Eram coisas dessa natureza".

Mesmo fazendo parte então de uma mesma Escola de Samba, pequenas disputas pareciam continuar a perpassar a vida desses moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho que se articulavam em torno do samba. Assim, as escolhas do enredo dos

sambas eram também motivos de disputas entre os carnavalescos pertencentes aos dois antigos blocos. No primeiro ano que a escola Alegria da Zona Sul desfila, há no samba enredo uma série de referências ao centenário do bairro de Copacabana, à princesinha do mar e ao Zé Carioca que são todos símbolos relacionados ao bairro de Copacabana e ao antigo bloco do Pavão-Pavãozinho. Dois carnavais depois, o enredo fala sobre o centenário de Ipanema citando Tom Jobim, Vinicius de Moraes, a famosa garota de Ipanema e outros símbolos relacionados a esse bairro e, por sua vez, ao Cantagalo.

Dessa maneira, diferentemente dos primeiros bandidos locais que atuaram nas duas favelas levando em conta a rivalidade local e ainda acirrando-a, o Comando Vermelho monopolizou os pontos de vendas de drogas das duas favelas e buscou unificá-las, em outros aspectos de sua vida social, tal como o samba. A relação de hostilidade e disputa entre as duas favelas, no entanto, continuou a existir e muitos foram os moradores que continuaram, por exemplo, a não frequentar a favela vizinha. É comum que se atribua a rivalidade entre favelas em geral às disputas envolvendo os pontos de drogas por organizações rivais ligadas ao tráfico. Entretanto, é interessante notar que, nesse caso específico, a rivalidade entre Cantagalo e Pavão-Pavãozinho é anterior ao início do tráfico na região e, inclusive, orientou a forma como os antigos bandidos locais atuaram na região, antes de serem substituídos pelo Comando Vermelho, que após dominar os pontos de venda de drogas das duas favelas, buscou, ao seu modo, unificá-las.

Conforme o trabalho de campo avançou foi ficando claro que as hostilidades e disputas fazem parte do tipo de relação estabelecida entre esses moradores e da forma como se apropriaram do espaço em que se estabeleceram. Tal hostilidade é, no entanto, permeada por momentos de integração e trégua nos quais tais moradores por diferentes razões e, em diferentes momentos, acabam também se articulando a fim de assegurar algum objetivo específico. No caso acima citado, por exemplo, a união dos dois blocos carnavalescos rivais se apresentava como uma das poucas possibilidades dos antigos dirigentes dos dois blocos rivais não deixar o samba e o carnaval das duas favelas acabarem e, em nome disso, a articulação entre eles torna-se possível, mesmo que nos detalhes seja perpassada por pequenas disputas e rivalidades.

Se antes os “antigos” das duas favelas rivalizavam em condições de igualdade através, por exemplo, de blocos carnavalescos e times de futebol, desde o estabelecimento de uma grande quantidade de nordestinos no Pavão-Pavãozinho, parece ter havido um desequilíbrio nessa relação de poder. O estigma de “reduto dos paraíbas” é uma representação pejorativa criada pelos moradores do Cantagalo, mas que também é assim reconhecida pelos raros moradores antigos do Pavão-Pavãozinho. A presença de muitos migrantes nordestinos no Pavão-Pavãozinho é reconhecidamente um diferencial entre as duas favelas atualmente e é a tal fato que os “antigos” atribuem toda e qualquer problema do Pavão-Pavãozinho, uma vez que, nessa perspectiva, os nordestinos não se articulariam politicamente em “nome da comunidade” e só estariam interessados em suas demandas específicas.

Para além da atual rivalidade entre antigos e novos moradores ou “de dentro”

e “de fora”, há, portanto, também a estabelecida historicamente entre os antigos das duas favelas. No passado, os moradores antigos das duas favelas, rivalizavam, por exemplo, através de blocos carnavalescos e times de futebol, explicitando e reforçando os vínculos entre cada favela e com o seu território. Atualmente, os antigos das duas favelas parecem manter uma relação de maior identificação entre si, uma vez que ambos representam a tradição e, a partir da década de 1980, o principal foco de rivalidade recaiu sobre os migrantes nordestinos.

## O conflito entre as diferentes formas de percepção do espaço em questão.

Conforme mostramos no início do texto, ao propor o “remanejamento” de moradores do Pavão-Pavãozinho para o Cantagalo, o projeto do PAC evidencia que concebe o “Complexo” como um espaço indiferenciado ou amorfo. Tendo apresentado tal “remanejamento” como opção aos moradores de permanecerem no “complexo”, fica claro que o PAC não leva em consideração, portanto, as categorias locais e as formas como os moradores se diferenciam, se apropriam e se organizam socialmente por esse território.

Desde a Antropologia clássica, Durkheim&Mauss (1981) já chamavam atenção para as formas de classificação espaciais. Os autores tratam das atribuições de significação ao espaço, destacando que esse não é amorfo, mas sim socialmente construído. Através do recuo histórico, utilizando dos recursos da memória e história de vida, o material etnográfico dessa pesquisa deixa claro que os moradores das duas favelas vizinhas não as percebem como um todo uniforme. A diferenciação entre tais moradores está diretamente ligada aos seus sentimentos de pertença e afirmação de suas diferentes identidades.

Cardoso (2010) em sua tese sobre o policiamento comunitário (GPAE) nessas duas favelas, faz um grande avanço ao reconhecer a dinâmica entre os moradores do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. O autor ressalta que as duas favelas têm suas histórias particulares e que, ao longo das décadas, seus moradores construíram suas identidades coletivas, valorizando os aspectos distintivos entre si. Em suas palavras:

> “Os moradores das duas favelas, em suas narrativas, fazem questão de marcar a singularidade que há entre elas, ressaltando aspectos positivos da sua favela e os negativos da favela vizinha.
>
> De modo que não há como não considerar que os moradores do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo negam a existência de uma identidade única entre as favelas. Isso fica evidente quando atentamos para as categorias de acusação e desqualificação dos moradores de cada uma das favelas” (CARDOSO, 2010:89).

Meu material etnográfico me leva, no entanto, a discordar do seguinte argumento de CARDOSO (2010: p.90):

> “Todavia, apesar da hostilidade declarada, quando se trata da relação

> com órgãos públicos, sobretudo com a polícia, surge por meio das falas dos moradores um discurso sobre unidade ou conjunto. Neste caso, é o Galo e o Pavão, seja para criticar a polícia, seja para tratar de demandas por prestação adequada de serviços públicos, como é o caso envolvendo abastecimento de água, fornecimento de luz e serviços de correio. (...)
>
> Assim quando se trata do policiamento comunitário, ou mesmo de outras iniciativas estatais, pode-se falar do Pavão e Galo como um complexo que guarda muito mais semelhanças do que diferenças”.

Os dados empíricos da presente pesquisa mostram a possibilidade de existência de uma articulação entre esses moradores diante do poder público, sobretudo em momentos de crise[16]. Isso não significa, no entanto, que os moradores das duas favelas atuem articulados entre si contra o poder público em todas as situações, como parece ressaltar Cardoso na citação acima. Há um jogo entre essas lideranças e moradores no qual, de acordo com a situação social, podem atuar também de forma articulada, marcando a integração entre Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Há entre esses moradores das duas favelas, portanto, uma tendência à rivalidade e à segmentação, mas também há a possibilidade de fusão. Em algumas situações, sobretudo as de crise, é possível que acionem o “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”.

Apesar da existência dessa possibilidade, é importante marcar, no entanto, que essa unidade não se dá sempre na relação de oposição ao poder público ou às ONGS, diante dos quais os moradores se colocariam sempre como um todo unívoco. Se voltarmos, por exemplo, ao primeiro evento conflitivo descrito no início desse texto lembraremos que, no momento da negociação do valor da indenização de suas casas, os moradores não se colocam como um todo unívoco contra o Estado. Ao contrário, tais moradores reafirmam suas diferenças identitárias diante do poder público, por exemplo, ao se negaram a sair do Pavão-Pavãozinho para ir morar nos prédios do PAC no Cantagalo.

Nas reuniões do CCOMP (Conselho Comunitário do Projeto) do PAC 2 também é comum que as disputas e rivalidades desses moradores venham à tona, contribuindo para a argumentação dessa tese que vai de encontro à proposta de Cardoso (2010) da existência de um “nós relacional”, que estaria sempre articulado diante do poder público ou das ONGs. Em tais reuniões, é comum observar lideranças e moradores buscando ressaltar as diferenças entre eles, enfatizando que não fazem parte da mesma comunidade. Assim, em uma das reuniões do CCOMP, quando a presidente da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho, Alzira, em sua fala se lembrava de uma promessa feita pelo ex-presidente Luis Inácio da Silva que esteve na “comunidade”, uma antiga liderança do Pavão-Pavãozinho a interrompeu: “Ele foi ao Cantagalo! Na mesma comunidade, não! Apenas na mesma formação rochosa, porque aqui é outra coisa! Pavão-Pavãozinho não é mesma comunidade que Cantagalo!”.

Pretende-se com isso enfatizar que, apesar da existência de possibilidade de

[16] Mais sobre a articulação dos moradores dessas duas favelas diante da “crise dos decretos de uso e ocupação do solo, ver Cunha (2012).

articulação, os moradores das duas favelas atuam, frequentemente, de forma segmentada diante do poder público e em situações cotidianas, disputando recursos e ressaltando as diferenças em suas identidades, quase sempre não reconhecidas pelo último. Em uma visita guiada pelas lideranças locais do Pavão-Pavãozinho com técnicos da Comlurb a fim de estudar os melhores pontos para a colocação de mais pontos de coleta de lixo, a diferenciação e rivalidade entre as duas favelas veio novamente à tona de forma bastante explícita. Após percorrer grande parte do Pavão-Pavãozinho, chegamos finalmente à região conhecida como "virada", que marca o trecho de rua limítrofe entre as duas favelas. Os moradores falavam da necessidade de colocação de mais uma caçamba de lixo no Pavão-Pavãozinho e mostravam a calçada na qual a queriam. Por essa calçada ser bem estreita, uma técnica da Comlurb sugeriu que a caçamba fosse colocada na calçada do outro lado da rua, onde haveria mais espaço. Tal rua, no entanto, marca a divisa entre duas favelas e, na cartografia local, a calçada do outro lado já é considerada, portanto, do Cantagalo. A simples menção a essa possibilidade gerou entre as lideranças que acompanhavam os técnicos um clima de revolta: "Nós estamos aqui para marcar os pontos de lixo da nossa comunidade!! Por que vocês já querem colocar a caçamba para eles?!" E a técnica responde: "Mas, gente, é só atravessar a rua! Na outra calçada tem mais espaço para a caçamba!". Mal sabia ela o que estava em jogo na separação entre aquelas duas calçadas.

A dinâmica existente entre esses moradores é marcada também por momentos de articulação, como vimos no exemplo do samba e futebol. Quase sempre, no entanto, tal dinâmica se apresenta em forma de segmentação entre eles, que em situações cotidianas não se sentem pertencendo a um todo: o "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo". Tal jogo está diretamente relacionado à afirmação de identidades e disputa por recursos desses moradores. A dinâmica que marca o tipo de relação estabelecida entre esses moradores foi historicamente construída ao longo do tempo em que ocuparam, se organizaram e se diferenciaram por essa encosta.

As diferenciações, rivalidades e hostilidades seguem fazendo parte da dinâmica através da qual esses moradores se apropriam e se distribuem por esse território. Há uma série de práticas, rivalidades e disputas locais que, apesar de historicamente centrais na dinâmica organizacional dos "moradores" do dito "Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo", não estão sendo levadas em consideração por parte dos idealizadores de políticas públicas como o PAC. Tais projetos de intervenção urbana parecem ser concebidos de acordo com representações da sociedade e do poder público sobre favelas em geral; não atentando, por vezes, para as categorias e realidade social locais[17].

Buscamos, com essa etnografia, trazer à tona toda a diversidade, complexidade e multiplicidade envolvida na dinâmica organizacional dessas duas favelas vizinhas; contribuindo, assim, para a problematização de uma das mais consolidadas representações sociais sobre as favelas: a sua pretensa unidade. De acordo com VALLADARES (2005: 157), o

[17] Sobre a crítica ao racionalismo dos planejadores urbanos, que amarrados aos seus arcabouços teóricos, não levam em consideração em seus planos de intervenção a complexidade da realidade urbana ver Jacobs (1961).

“dogma da unidade” da favela atua tanto nas análises científicas, como no plano político, fazendo com que ela seja sempre pensada no singular: “Comparando o conjunto das favelas ao resto da cidade, não são consideradas as diferenças entre favelas, nem aquelas que demarcam diferentes espaços sociais dentro delas quando, na verdade, diferenças inter e entre favelas não podem ser negligenciadas”.

O PAC foi elaborado e atua no “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” concebendo-o como um todo coeso, integrado e uniforme, ao passo que, o que está em jogo é a contiguidade de duas favelas com histórias distintas, que passa por uma dinâmica de articulações, mas, sobretudo e, mais marcadamente, por uma série de disputas e rivalidades entre seus moradores que se refletem em sua organização sócio espacial. As recentes intervenções urbanas que ali vem sendo implementadas pelo PAC trazem à tona, portanto, um conflito de percepções em torno da concepção e das formas de utilização desse território pelos moradores e pelos idealizadores dessa política pública.

## Bibliografia:

ARAUJO SILVA, Marcella Carvalho. *A transformação da política na favela: um estudo de caso sobre os agentes comunitários*. Dissertação de mestrado em sociologia. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2013.

CARDOSO, Marcus. *Como morre um projeto de policiamento comunitário: o caso do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho*. Tese de doutorado em Antropologia. Brasília: UNB, 2010.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’. *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. - Vol. 6 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2013 - pp. 191-228.

CUNHA, Neiva Vieira da & MELLO, Marco Antonio da Silva. *Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela*. Revista de Estudos de Conflitos e Controle social-Vol. 4- nº 3-JUL/AGO/SET 2011-pp.371-401.

CUNHA, Juliana Blasi. *Regularização urbanística e fundiária em uma favela da cidade do Rio de Janeiro: Conflitos, percepções e práticas em jogo no processo*. Revista de Estudos de Conflitos e Controle social- Vol 5 – nº 3- JUL/AGO/SET 2012 – pp.483-511.

DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico. Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel. “Algumas formas primitivas de classificação – contribuição para o estudo das representações coletivas”. In: MAUSS, Marcel - *Ensaios de*

*Sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

ELIAS, Norbert &. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições de um povo nilota.* São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002 [1940].

FLEURY, Sonia. "Rio: marca registrada da participação pacificada". In: Le Monde Diplomatique. Brasil, fev.2013.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. [1961]

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002.

RODRIGUES, André et al. 2012. "Pensando as associações de moradores no contexto das UPPs". In: Revista Comunicações do ISER**,** ano 31, n. 67, 2012. Edição Unidades de Polícia Pacificadora – Debates e Reflexões.

SIMMEL, G. O estrangeiro, in Moraes Filho, Evaristo (org.), *Simmel*, São Paulo, Ática, 1983.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2005.

ZALUAR, Alba. 2000. *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

## Outras fontes utilizadas:

http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/02/sem-upp-suburbio-do-rio-tem-taxa-de-homicidio-20-vezes-maior-do-que-area-pacificada.htm
(acessado em 21/06/2012)

# Movimento dos "trabalhadores favelados" e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira[1]

**Resumo:**
O artigo aborda a luta contra a ameaça de remoção do Morro do Querosene nas décadas de 1950 e 1960. A partir da entrevista de Vicente Gonçalves, discute-se o discurso para reivindicar o direito de moradia no movimento social articulado em torno do Centro de Defesa Coletiva do Morro do Querosene e da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. A análise enfoca o trabalho de linguagem do entrevistado, cotejando-o com jornais, documentos apreendidos pela polícia política de Minas Gerais (DOPS-MG) e legislação da época.

**Palavras-chave:** favelas; história urbana de Belo Horizonte; movimento social.

**Abstract:**
The article discusses the fight against the intimidation of removal of Morro do Querosene in the 1950's and 1960's. Using the interview with Vicente Gonçalves, discusses the speech to claim the rights in the social movement organized around the Centro de Defesa Coletiva do Morro do Querosene and Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. The analysis focuses on the work of language of Vicente Gonçalves, comparing it with newspapers, documents arresting by the political police (DOPS-MG) and legislation.

[1] Doutorando PPHPBC/Cpdoc/FGV

O presente artigo enfoca a forma como o espaço de moradia foi politizado no movimento de "trabalhadores favelados" de Belo Horizonte, a partir da análise de duas entrevistas com Vicente Gonçalves[2] e das estratégias da associação do Morro do Querosene para reivindicar o direito de moradia na passagem dos anos 1950 e 1960. Em 1952, os moradores do Morro do Querosene criaram o Centro de Defesa Coletiva para lutar contra a ameaça de despejo coletivo e reivindicar melhorias. Tomavam como exemplo a luta realizada pela Vila São Vicente de Paulo (ou Marmiteiros) e foram influenciados por padre Agnaldo Leal. Vicente Gonçalves foi uma das lideranças da associação e participou da criação da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) em 1959. A FTFBH foi constituída com objetivo de congregar várias localidades e difundir o modelo associativo das "Uniões de Defesa Coletiva (UDC)", para reivindicar o direito de moradia.

Durante as entrevistas, Vicente Gonçalves construiu um sentido contínuo para sua narrativa. Apesar de participar de conjunturas e configurações sociais muito diferenciadas, dotou de estabilidade e segurança uma "imagem do eu"[3] compromissada com a luta contra as injustiças sociais vivenciadas pelos "trabalhadores favelados". Na entrevista, existe um trabalho narrativo em torno de uma carreira de "liderança" com vários momentos emblemáticos. Os seguintes fatos foram sublinhados e dramatizados: o nascido em 1931, no município de Ouro Fino, e a vinda para Belo Horizonte ainda quando criança, sendo criado na Barroca até 1945, quando, após resistir, foi removido pela Prefeitura de Belo Horizonte; a construção da moradia no Morro do Querosene, onde foi um dos "fundadores" do Centro de Defesa Coletiva, em 1952; a criação da Federação dos Trabalhadores Favelados, onde atuou no início dos anos 1960; as manifestações em torno da desapropriação dos lotes acumulados por Antônio Luciano na região oeste de Belo Horizonte em 1963; o indiciamento no inquérito policial que fechou a FTFBH em decorrência do Golpe de 1964; a construção da União de Trabalhadores de Periferia (UTP) em 1974 na abertura política do regime militar. Sua trajetória sinalizava para um envolvimento com o mundo político a partir da relação estabelecida com associações civis e alguns tipos de mobilização.

A imagem do eu coerente e estável representada na entrevista confere uma segurança à narrativa do personagem. A auto-representação traz inúmeras questões para os pesquisadores. O personagem apresenta a acomodação e avaliação das diferentes escolhas e ações realizadas ao longo da vida a partir de uma ótica pessoal. Além de estarmos lidando com a formação da subjetividade de uma personagem, enfrentamos a força da convenção social do "relato de vida". Em seu texto clássico A ilusão biográfica (1986), Bourdieu sinalizou para os significados que o senso comum atribui ao termo "história de vida" e para a maneira

[2] Foram realizadas duas entrevistas, em 2008 e 2010. Nesse artigo, usarei principalmente, a primeira entrevista que fiz com a liderança, quando buscava informações sobre a história da União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), fundada em 1974, e sua relação com a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, criada em 1959. A segunda enfocou temas específicos de sua militância política.

[3] Sobre a relação entre entrevista em história oral e a discussão da "biografia" / "história de vida" cf. PEREIRA, 2000; GROSSI & CARVALHO, 2004; ALBERTI, 2004; GOMES, 2004; LEVI, 2005; BOURDIEU, 2005; LORIGA, 2011.

como essa noção opera uma convenção retórica para os atores sociais quando são interpelados a falar de si:

> Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de um ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo. O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que "se entrega" a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica, tendem ou pretendem organizar-se em sequencias ordenadas segundo relações inteligíveis. (…) Essa propensão a tornar-se ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implica a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, (…) só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido (BOURDIEU, 2005: 185)

Como lidar com essa sobreposição de imagens e sentidos que é típica da memória social no relato de vida? Ainda que tenhamos consciência da interpenetração dos significados instituídos em diferentes momentos da vida do entrevistado e da relevância de se compreender cada situação descrita por Vicente Gonçalves para realizar uma acurada análise de sua retórica, optamos por contextualizar o caso do Morro do Querosene e da criação do Centro de Defesa Coletiva em 1952, contrapondo-o a outros registros. No intuito de contextualizar o caso e a fala do personagem, fizemos uma pesquisa no acervo da polícia política de Minas Gerais, em jornais diários de Belo Horizonte e na legislação municipal do período.

O ator construiu um fio de continuidade entre a luta do Morro do Querosene e as outras situações de sua trajetória. Com essa retórica biográfica, Vicente Gonçalves resolveu posições contraditórias no campo da filiação a grupos políticos. Durante esse longo período de luta, ele diz que participou da esquerda católica e do comunismo. Em 1952, quando fundou o Centro de Defesa Coletiva do Morro do Querosene, esteve ligado a Padre Agnaldo Leal e à Ação Católica – chegou a frequentar um curso de liderança na Universidade Católica de Minas Gerais. Posteriormente, participou de manifestações na luta pela reforma de base, estando próximo do Partido Comunista, sindicatos e movimento estudantil. Inerido no circuito político do movimento associativo de favelas, Vicente Gonçalves definia-se como um sujeito "pragmático", "lutava pelo que era justo". Ademais, para além do "pragmatismo" pessoal, é importante salientar que no âmbito do movimento dos "trabalhadores favelados" organizados pela FTFBH, assim como nos sindicatos e na luta pela reforma agrária em Minas Gerais, existia uma união entre as esquerdas comunista, trabalhista e católica. As trajetória das lideranças no movimento de "trabalhadores favelados" sinalizam para a heterogeneidade de posições políticas articuladas no associativismo civil em pauta (OLIVEIRA, 2010).

Em seu trabalho narrativo, a "liderança" fornece inúmeros indícios para compreender como os limites do justo e do injusto foram constituídos nos movimentos de "trabalhadores favelados". Em sua vida, ele construiu e foi enredado por "gramáticas do poder e do consentimento que impunham aos atores regras de inteligibilidade e de legitimação, lhes indicando as margens de manobra e de transação, delineando constrangimentos e oportunidades", gerando as orientações quanto às formas da lealdade e de aliança e atribuindo sentido ao conflito sócio-político (CEFAÏ, 2001:116). Os discursos sobre a (in)justiça na luta pelo direito de moradia, elaborados por Vicente Gonçalves, permitem refletir sobre a gramática da vida pública que esteve presente na constituição da arena de conflito do associativismo civil de "trabalhadores favelados".

## Sobre a construção social da noção *"liderança antiga"* e a pertinência da entrevista com Vicente Gonçalves na produção do conhecimento histórico

Pela trajetória de Vicente Gonçalves, ele já foi entrevistado no trabalho organizado por Maria Mercês Somarriba, em Lutas Urbanas em Belo Horizonte (1984), no doutorado de Berenice Guimarães, em Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, uma cidade planejada (1991) e no mestrado Osvaldo Manoel Corrêa, em Misticismo e resistência na Cabana do Pai Tomás (2004). Todos tinham em comum a tentativa de compreender um traço ou aspecto da prática social constituída nas favelas de Belo Horizonte. A pertinência sobre a realização de uma entrevista com a liderança é algo que deve ser questionada, pois ela não é auto-evidente, sendo o resultado de uma construção sócio-histórica numa dada configuração social e acadêmica. O interesse pelo testemunho do ator é um fenômeno recente, datado a partir dos anos 1980.

Na década de 1950 e 1960, num período anterior à institucionalização das pós-graduações de Ciências Sociais e História nas universidades, o olhar sobre os grupos subalternos na sociedade brasileira era marcado pelo viés do discurso da marginalidade social. Em 1960, por exemplo, um trabalho de sociologia urbana foi realizado no Morro do Querosene, sendo publicado com o nome de Morro do Querosene – aspectos da formação de uma favela, de Hiroshe Watanabe e Welber da Silva Braga. O estudo trazia uma descrição do espaço bastante rica, atenta as contradições de classe, mas desconsiderava completamente os sentidos e as práticas políticas naquela localidade. Para os pesquisadores, "não se desenvolveram ainda, na maioria das favelas de Belo Horizonte, atividades recreativas de caráter local ou formas associativas próprias do grupo" (WATANABE & BRAGA, 1960: 78). Ainda segundo os pesquisadores, "talvez a principal característica da favela seja sua forma de vida inteiramente anárquica, com falta absoluta de qualquer forma de autoridade socialmente estabelecida e válida para todo o grupo, no qual não se desenvolve também nenhum sentimento de solidariedade especificamente grupal" (Idem, 1960:80). Assim, apesar da pesquisa registrar a existência do Centro de Defesa Coletiva criado em 1952, os autores preferiam tratar a associação como algo amorfo que seria típico de uma população pobre e marginalizada no processo de modernização social e política vivido no

contexto urbano[4].

A partir dos anos 1970/1980, existe um processo de crítica de trabalhos intelectuais que desconsideravam as formas de agir e pensar das "classes populares". Num esforço de ponderar essa crítica, Paoli e Sader (1986) observaram a permanência nas Ciências Sociais de uma imagem do "povo" como alteridade negativa do Estado e da sociedade. Segundo os autores, "a visão de uma sociedade fragmentada e em a decomposição diante dos imperativos históricos de mudança social, esta representação do 'povo' e do 'caráter popular' brasileiro, inventou sua fórmula que fez eco por todo pensamento intelectual do século XX, apesar da crítica que se fez aos seus termos" (PAOLI & SADER, 1986: 42). Essa visão caricatural do "povo" e dos grupos subalternos eram revistas em estudos sobre a diversidade dos modos de vida e movimentos sociais na história brasileira.

As pesquisas traziam novas formas de compreensão das práticas e representações dos grupos populares, sendo os movimentos sociais um dos temas de estudo ligado a essa renovação. De acordo com Gohn, esse campo de pesquisa foi construído no momento de institucionalização da pós-graduação das Ciências Sociais no Brasil, durante a ditadura militar (1964-1985). Os pesquisadores estavam

> ávidos por entender os processos sociais que estavam ocorrendo e desejosos de participar de alguma forma da luta contra o regime militar, tendo em vista o controle social e a ausência de espaço para debates. Dessa forma, a produção latino-americana sobre movimentos sociais muitas vezes esteve bastante permeada por pressupostos ideológicos que as derivavam de matrizes político-pragmáticas (GOHN, 2006: 215).

No desejo de ampliação do escopo da ação política, as categorias constitutivas do senso comum foram muitas vezes replicadas na esfera acadêmica, havendo um forte intercâmbio entre a ação política e a produção intelectual. O enlace entre prática política e reflexão permitiu várias inovações analíticas e interpretativas da sociedade brasileira.

Destarte, uma das noções que estruturou o debate do campo de análises dos movimentos e que tem relevância para a discussão da trajetória e discurso de Vicente Gonçalves foi a classificação de "velho" e "novo" aplicado às mobilizações sociais. Esses termos expressavam a surpresa dos intelectuais com os protestos dos anos 1970 e 1980 e a construção de uma temporalidade que contrastava a experiência democrática do período de 1945 à 1964 com a que se estava constituindo. Essa imaginação sobre o tempo legitimava as pesquisas sobre a renovação das organizações da sociedade civil e dos modos de agir político, evidenciando, sobretudo, a pluralidade das vozes e das formas de lutar por direitos.

Contudo, como observou Boschi, muitas lideranças e organizações envolvidas no

[4] Mais a frente voltaremos ao texto de Watanabe e Braga para discutir alguns pontos que considero fundamentais sobre a formação do Morro do Querosene.

processo de redemocratização tinham sua origem nos anos 1940, 1950 e 1960. Esse era o caso do protagonismo de Vicente Gonçalves que narra a história desse passado com grande desenvoltura e orgulho. As análises e estruturas temporais que antagonizam o "velho" e o "novo" na compreensão das práticas de protesto

> superestimam os movimentos sociais contemporâneos, vistos como um corte radical com a esfera das instituições democráticas liberais. A ênfase na inovação e na descontinuidade, por sua vez, pressupõe um tal grau de autonomia dessas práticas coletivas que a mudança ocorreria sem reproduzir nenhumas das condições existentes (BOSCHI, 1987: 17)

A importância da presença dessas antigas lideranças pode ser aduzida não só pela bibliografia das Ciências Sociais, mas também na experiência e vivência de outros personagens. As noções de "velho" e "novo" sedimentaram formas de exclusão e pertencimento para as pessoas/gerações que se engajavam na ação política dos anos 1970 e 1980. Quando procurei pela primeira vez o contato com Vicente Gonçalves, em 2008, entrevistei duas mulheres que faziam "trabalho comunitário" na Pedreira Prado Lopes e na Vila Senhor dos Passos. Elas prontamente identificaram "Vicentão" como fazendo parte dos "antigos". Para elas, "antigo" era uma categoria de exclusão: ainda que reconhecesse o importante trabalho dessas lideranças, em algum momento de suas trajetórias, ambas tiveram que disputar a liderança das associações com os "antigos"[5].

A lembrança dos "antigos" para as duas lideranças comunitárias dos anos 1980 vinha permeada de diversas acusações, demarcando o reconhecimento e uma diferenciação entre a liderança dos "velhos" e dos "novos", dos "homens" e das "mulheres", e redefinindo o "trabalho comunitário" na perspectiva de extensão da assistência social sem enfatizar a luta pela posse da terra. Ao falar de Francisco Nascimento – presidente da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte entre 1961 e 1964, fundador da União de Trabalhadores de Periferia em 1974, sendo contemporâneo de Vicente Gonçalves –, a líder comunitária "Dona" Lúcia Bruzaferro era categórica ao defini-lo como um ditador. Para justificar a criação da Associação Comunitária da Vila Senhor dos Passos (1984), ela afirmava que Francisco Nascimento

> era um bom presidente, porém com certas manias. O único que sabia de tudo e não aceitava muito o palpite da gente, né? Só queria lutar pela posse da terra, né? Ele não pedia mais nada a não ser isso. Então a gente teve que descombinar com ele e fundar a Associação Comunitária da Vila Senhor dos Passos. Pra gente poder trabalhar livre, sem o governo dele, né? Eu não digo que ele foi um mal presidente não, ele era muito ativo, apesar de ser um ditador, né? Ele que escolhia a diretoria. Ele era um ditador. Ele não era muito de divulgar o que ele estava pensando, ou o que ele estava fazendo não. Ele dizia que não tinha que dar satisfação a ninguém[6].

[5] BRUZAFERRO, Lucia. Entrevista concedida ao autor, em 2008; OLIVEIRA, Josélia. Entrevista concedida ao autor, em 2008.

[6] Entrevista com Lúcia Bruzaferro Guimarães, em 27/11/2008.

Se "antigo" era uma categoria de exclusão na situação descrita acima, na Associação dos Perseguidos Políticos do Brasil, lugar onde pela primeira vez encontrei Vicente Gonçalves, a classificação social era motivo de orgulho. Criada em 2000, a organização civil era uma entidade cujos objetivos eram "a defesa dos direitos daqueles que sofreram torturas, perseguições e cerceamento das liberdades durante a ditadura militar instaurada pelo golpe de 1964, a busca [por] promoções sociais para seus associados e a preservação da memória histórica dos perseguidos políticos"[7]. Surgida no bojo do processo de instauração de uma justiça de transição para indenizar vítimas da ditadura, abrir acervos da repressão e apurar crimes praticados pelo Estado no regime militar, a associação luta pelo reconhecimento dos direitos dos "perseguidos políticos" junto aos órgãos de governo nacionais e internacionais[8].

A Associação dos Perseguidos Políticos do Brasil congregava vários tipos de "antigas lideranças". Na associação, tive contato com diversos sindicalistas e operários de diferentes facções da esquerda. Eram "lideranças operárias" que em algum momento da vida tinham sido perseguidas pela polícia política em virtude de sua militância e ideologia. Vicente Gonçalves foi "vice-presidente" dessa organização civil; em 2011, com seus 80 anos, ele recebeu o título de cidadão honorário de Belo Horizonte, sendo reconhecido como presidente da dita associação na luta pela anistia política e pelo direito dos "perseguidos políticos"[9].

Ao revisitar a memória de Vicente Gonçalves, vamos buscar refletir sobre os sentidos e significados que foram pouco considerados nessas classificações duais ("novo\velho") que continua a incidir sobre a imaginação dos movimentos sociais. Para tanto, formamos um corpus documental para contextualizar o trabalho de linguagem feito pelo ator, mostrando a forma como ele nos ajuda a compreender e interpretar uma determinada configuração social e política. A noção de trabalho de linguagem utilizada como guia na leitura da entrevista e do cruzamento com outras fontes foi retirada de um artigo escrito por Verena Alberti (2004). No texto Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevista de história oral, Alberti sugere que "ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido"; ao contar, "a narrativa vai além do caso particular e nos fornece uma chave para a compreensão da realidade" (ALBERTI, 2004: 77-79).

---

[7] CAMARÂ MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Projeto de Lei nº 1633108, 24 de fevereiro de 2008. Declara de utilidade pública a Associação dos Perseguidos Políticos.

[8] ESTATUTO da Associação dos Presos Políticos do Brasil. 27/04/2000. Cartório Gero Olíva.

[9] Título de Cidadania Honorária Vicente Gonçalves. http://webtv.cmbh.mg.gov.br/video/?m=166&id=1696&r=72807556812/08/2011. Consultado em 20-05-2013.

## Morro do Querosene ("Vila São José") e a Cidade Jardim

O Morro do Querosene não deve ser visto como uma unidade física e espacial neutra e definida de antemão. Essa assertiva tem como ponto de referência a reflexão de várias tradições de pensamento que questionam o pressuposto de uma forma urbana neutra, como se o espaço da cidade fosse uma variação da geometria euclidiana. Autores clássicos de distintas tradições de pesquisa social criticam a representação do espaço como uma categoria física-geométrica alheia as marcas constituídas pelas ações e práticas sociais. Assim, investem na compreensão dos processos políticos, econômicos e sociais de articulação e transformação dos territórios. Tendo em vista a expansão das cidades e da urbanização no século XIX, com o processo de Revolução Industrial, as Ciências Sociais e a História tem refletido sobre o(s) modo(s) de vida urbana e o efeito desse(s) nas articulações espaciais (LEFEBVRE, 1968; LEFEBVRE, 1999; CASTELLS, 1983; RONCAYOLO, 1997; WIRTH, 1969).

Ao enfatizar a interdependência entre as configurações sociais e a articulação do espaço e imaginário urbano, esses autores nos diriam que não basta definir o Morro do Querosene (ou qualquer outro espaço da cidade) no mapa para compreende-lo. Um dos caminhos para refletir sobre a maneira como as práticas deixam marcas nas formas e representações do urbano foi compreendida por Michel de Certeau através do que conceituou como "retórica do habitante". Enfatizando a importância da visão dos atores sociais sobre a cidade, observou que a imagem do urbano e de suas formas desdobra-se em variações de uma retórica de uso do espaço. No texto Caminhadas pela cidade (1994), o autor salienta que essa retórica seria postulada por duas características: "1) supõe-se que as práticas do espaço correspondam, elas também, a manipulações sobre elementos de base de uma ordem constituída; 2) supõe-se que sejam, como os tropos da retórica, desvios relativos a uma espécie de sentido literal definido pelo sistema urbanístico" (CERTEAU, 1994:180). Sendo crítico a imagem de "ruína" que o discurso utópico e urbanista projeta sobre o crescimento das "cidades", Certeau sublinha a ordem formada pelos modos de uso das formas e articulações instituídas no tecido urbano.

Tomando o Morro do Querosene como um caso específico de processos sociais mais amplos, podemos analisar o discurso de Vicente Gonçalves sobre o Morro do Querosene (também chamado de "Vila São José" e "Morro São José") como uma retórica de habitante construída pelo viés da luta do movimento de "trabalhadores favelados". Seu discurso sobre o espaço da favela não deve ser visto como a única retórica de habitante instituída no Morro do Querosene, uma vez que existiam práticas e modos de uso distintos da ação defendida por Vicente Gonçalves através da associação de moradores. Todavia, a representação sobre o espaço da favela articulado por Vicente Gonçalves explicita uma das dimensões das tensões experimentada pelos moradores da favela nas décadas de 1950 e 1960: a ameaça de remoção.

A imagem projetada na retórica de Vicente Gonçalves era diferente do discurso

constituído pela norma de controle urbanístico instituída em 1956. A legislação era genérica e aplicada a diversas localidades, e definia o que seria uma favela tendo vista a sua expansão no período do pós-guerra e a necessidade de controlar seu crescimento:

> Art. 1 – Aos responsáveis pelas obras clandestinas, como tais construídas sem a observância do Regulamento de Construções em vigor, que explorem favelas, mediante cobrança de aluguéis de casebres e arrendamento ou locação do solo, serão impostas as multas, estabelecidas no art. 363 do Decreto nº84, de 1940.
>
> (...)
>
> Art. 2 – Para efeito da presente Lei, considera-se favela o aglomerado de dois ou mais barracões, casebres ou qualquer tipo de construção semelhante, executados sem obediências legais em terrenos que não sejam de propriedade dos ocupantes[10].

Na ótica do poder público, o Morro do Querosene era um espaço "irregular" em relação ao código de obras e sem reconhecimento da "propriedade dos ocupantes". Portanto, era visto como mais uma "favela" surgida no crescimento urbano do pós-guerra, sendo considerado um espaço provisório, que não era reconhecido pelo poder público. Diferentemente, na memória de Vicente Gonçalves, o Morro do Querosene surgiu no processo de despejo dos trabalhadores da Barroca no início da década de 1940. Entre 1940 e 1945, eles foram removidos pela Prefeitura de Belo Horizonte e transferidos para a Vila dos Marmiteiros e para o "Morro do Querosene". O Morro do Querosene figurava como um assentamento permitido pela municipalidade nos lotes públicos. Destarte, a narrativa do personagem não revela o adensamento que transcorreu nos anos posteriores, através do comércio e aluguel de barracos e de expansão do processo de "invasão" / "ocupação" de novos terrenos. Enfatizava a anuência municipal na formação do assentamento e o caráter compensatório da moradia diante da perda da residência na Barroca. Além disso, em oposição ao caráter provisório e clandestino atribuído ao morro, ele enfatizava que ali era um local de moradia de trabalhadores, "sem marginais e mendigos". Atenuava-se e se contrapunha ao estigma de favela, através do uso do topônimo "Morro São José" ou "Vila São José", surgidos após a criação da associação.

Na retórica política de habitante, não havia divisões entre os moradores do Morro do Querosene. Sua narrativa subsumia diferenças sociais e entre áreas que poderiam existir nas relações de vizinhança e trajetos assumidos na circulação da favela, em favor de uma imagem unitária de "trabalhador favelado". Essa lógica era extensiva a constituição do associativismo de favelas ligado à FTFBH que reconhecia apenas uma associação por favela, evitando a fragmentação da representação dos moradores. Todavia, segundo estudos patrocinados pelo Departamento de Bairros e Habitações Populares (DBHP) – órgão criado em 1955 com objetivo de "desfavelar" Belo Horizonte – havia divisões claras entre a

[10] BELO HORIZONTE. Lei nº 572, 12 de setembro de 1956. Altera as multas ao regulamento de construção quando houver favelas e dá outras providências.

população e o terreno. Parte do terreno do Morro do Querosene era de posse da Prefeitura de Belo Horizonte e a outra do Exército; essas áreas eram divididas por uma cerca de arame mantida pelo Exército. Na parte da prefeitura, a fronteira geográfica era o bairro Cidade Jardim; na parte do Exército, o limite era com a Avenida Raja Gabaglia. Além disso, na parte do Exército localizavam-se as famílias mais pobres quando comparada com a parte da Prefeitura de Belo Horizonte (WATANABE & BRAGA, 1960[11]). A classificação indicava impedimentos físicos de circulação, mas reforçava o caráter ilegal do território que tinha sido construído em propriedade alheia.

Para reforçar a "união" dos moradores, Vicente Gonçalves frisa em seu discurso o antagonismo entre o Morro do Querosene e a Cidade Jardim. Nesse confronto entre favela e bairro, Vicente Gonçalves denunciava as injustiças vivenciadas pelos moradores nas ameaças de remoção. Esse discurso sobressaiu em vários momentos de sua entrevista e era solidário a testemunhos do personagem em jornais nos anos 1960. Em 1963, quando foi questionado sobre o porquê da favela ser ameaçada de despejo, Vicente Gonçalves disse: "era uma injustiça até mesmo uma discriminação social. Favelado é operário que geralmente trabalha no Centro. Além do mais, essa discriminação social: 'Por que trabalhador não pode morar onde mora a classe média?"[12]. Essa retórica de confronto merece melhor análise, enfocando a história da formação do bairro Cidade Jardim e outros discursos de viés esquerdista divulgados pelo movimento de trabalhadores favelados.

## O bairro Cidade Jardim

Área próxima à Avenida do Contorno e ao centro urbano de Belo Horizonte, a Cidade Jardim foi planejada como um bairro residencial de luxo e teve como momento emblemático de sua expansão o período de 1940 a 1960. Antes da expansão urbana, a área não era ocupada residencialmente, sendo o lugar de funcionamento de um "Posto Veterinário" que, possivelmente, servia para o atendimento de cavalos, bois e vacas que eram de uso corrente no comércio urbano de lenha e no abastecimento de gêneros alimentícios. A região estava situada no interstício de fazendas/chácaras com a zona urbana central de Belo Horizonte[13]. Em 1938, esse território foi transformado numa zona de investimento imobiliário. A Prefeitura de Belo Horizonte comprou o terreno do Posto de Veterinário para o planejamento de ruas, loteamento e para a venda do espaço[14].

---

[11] Os autores do estudo O Morro do Querosene – a formação de uma favela basearam maior parte de seu trabalho em fontes consultadas no Departamento de Bairros e Habitações Populares, que, em 1958, buscou remover os moradores para a Vila São Bernado e o Conjunto Santa Maria.

[12] VICENTE Gonçalves Expõe. O Barraco. In: Binômio, Belo Horizonte, 29/07/1963, Caderno 2, p.6.

[13] Esse perfil rural da ocupação do lugar também pode ser percebida no prédio do Museu Abílio Barreto. A edificação preservou uma casa de fazenda que se tornou a sede do museu e que representa o tipo de habitação que existia no período anterior à construção da capital do estado e da modernização da cidade.

[14] BELO HORIZONTE. Decreto nº38, de 19 de novembro de 1918. Abre um crédito especial de

O perfil residencial nobre da expansão urbana foi reforçado nas posturas municipais. Em 1948, a municipalidade reformou, em termos bastante rígidos, a legislação para a edificação de casas nos bairros residenciais. Eram as seguintes características que deveriam se preservar nas edificações: não seria permitido o "fracionamento de lote, no qual só poderá ser construído um Prédio"; as construções não poderiam serem feitas no alinhamento da via pública, sendo necessário um recuo de "cinco metros para lotes de esquina e dez metros para os demais"; nenhum prédio poderá contar mais de três pavimentos; o afastamento lateral entre as casas deveria ser de, no mínimo, dois metros e meio; a frente dos prédios deveriam ter sebes vivas ou grades de no máximo um metro, sendo obrigatoriamente ajardinadas; e por último, cada casa deveria poderia ter "abrigos para automóveis e garages" de ocupação no máximo de 40% da área do lote. O regulamento ainda explicava que a Cidade Jardim seria o bairro "modelo" e a referência para os bairros residenciais[15].

Nos anos 1950, são várias as fontes que apontam a Cidade Jardim como uma área residencial moderna e que servia de modelo para outros bairros residenciais nas proximidades da Avenida do Contorno. O estudo já referido de Wantabane e Braga descrevia a geografia urbana do bairro como resultado da diferença de classe, pensada em termos sócio-profissionais no desenvolvimento econômico no pós-guerra. Na observação dos dois pesquisadores, a população da Cidade Jardim era composta por "homens de empresa", "grupos de comerciantes maiores, que adotaram formas mais dinâmicas de comércio" e "profissionais liberais". Diziam que "o surto de desenvolvimento urbano e industrial de Belo Horizonte, iniciado com a Segunda Guerra Mundial, começou a surgir, em Minas uma nova classe dominante"; "esta nova classe que ascendia deixou à velha classe dominante os antigos bairros, muito carregados das formas da vida tradicional família mineira, que também era abandonada, e avançou para além das zonas de expansão, criando rapidamente novas zonas residenciais modernas e de alto luxo, das quais a Cidade Jardim é o protótipo" (WATANABE & BRAGA, 1960: 14).

Não há dúvida de que os habitantes desse bairro envolvia uma fração importante das elites (concentrando recursos econômicos e poder político). Todavia, a distinção realizada pela elite da Cidade Jardim deve ser melhor refletida, observando as incertezas/tensões internas, os tipos de diferenciação dentro do bairro no consumo de itens de luxo e nos círculos de poder que possibilitavam a construção dessa imagem de uma "nova classe dominante". Além disso, a geografia urbana era um importante componente de distinção social. Nos anos 1950, a Cidade Jardim situava-se nas proximidades de bairros constituídos na região sul e sudoeste da Praça da Liberdade – uma região nobre de Belo Horizonte. A outra fronteira era o Morro do Querosene, que foi ocupado em concomitância com o crescimento do bairro.

---

2.140:0000$000.

[15] BELO HORIZONTE. Lei nº 39, de 30 de julho de 1948. Estabelece normas para construções de Bairros Residenciais.

Quais as relações sociais que reuniam, colocavam em conflito ou tornavam móveis essas fronteiras sociais entre favela e bairro? Irei discutir a relação entre a Cidade Jardim e o Morro do Querosene, reinterpretando o trabalho de Watanaba e Braga e reconstruindo a gramática pública do conflito nos discursos do Centro de Defesa Coletiva do Morro do Querosene e no testemunho de Vicente Gonçalves.

## "Classe", "favela" e "bairro operário" na representação do Morro do Querosene

Com uma ideia bastante fechada e pouco dinâmica de classe, Watanabe e Braga pensava essas distâncias em termos estáticos, sem observar as possíveis relações entre os moradores do Querosene, da Cidade Jardim e de outros lugares da cidade de Belo Horizonte. Matizando a diferença em relação aos "bairros operários" - como Cachoeirinha, Santo André, Progresso, Gameleria e Renascença – a favela seria composta por "contingentes populacionais que não podem se manter em status urbanos definidos", que lutavam "por condição de integração social no agrupamento urbano" (Idem, 1960:14-15).

Favelado para ele era um tipo marginal, uma categorização ampla e indiferenciada do pobre. Reforçando essa "indefinição" no quesito profissional e na baixa "integração social", os pesquisadores selecionaram uma região do Morro do Querosene, a "área do Exército", e fizeram uma análise que mostrava a grande heterogeneidade profissional. Com um questionário aberto, eles conseguiram identificar 43 tipos de profissões entre homens e mulheres (Ver tabela), sendo que apenas cinco homens e uma mulher eram filiados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

| População Masculina |
|---|

| Profissão | Nº de Empregados | Profissão | Nº de empregados |
|---|---|---|---|
| Servente de Pedreiro | 35 | Torneiro | 1 |
| Pedreiro | 17 | Ajudante de Caminhão | 1 |
| Biscateiro | 15 | Peixeiro | 1 |
| Operário não- especificado | 9 | Armador | 1 |
| Pintor | 7 | Datilografo | 1 |
| Jardineiro | 6 | Jornaleiro | 1 |
| Soldado | 6 | Trocador de ônibus | 1 |
| Funcionário Municipal | 5 | Servente de Eletricista | 1 |
| Carroceiro | 4 | Barbeiro | 1 |
| Faxineiro | 4 | Ambulante | 1 |
| Sapateiro | 3 | Músico | 1 |
| Rondante | 3 | Cozinheiro | 1 |
| Alfaiate | 2 | Açougueiro | 1 |
| Entregador de Leite | 2 | Empregado Doméstico | 1 |
| Motorista | 2 | Limpador de Carro | 1 |

| População Feminina | | | |
|---|---|---|---|
| Profissão | Nº de Empregados | Profissão | Nº de empregados |
| Lavadeira | 44 | Verdureira | 1 |
| Empregada Doméstica | 21 | Biscateira | 1 |
| Arrumadeira | 10 | Passadeira | 1 |
| Costureira | 3 | Tecelã | 1 |
| Aguadeira | 2 | Prostituta | 1 |
| Operária Não especificada | 1 | | |

(WATANABE & BRAGA, 1960:84)

Do quadro censitário acima, vamos reinterpretar algumas informações e propor algumas hipóteses sobre a forma como se constituíam as relações entre os moradores do Morro do Querosene, a Cidade Jardim e a fronteira de expansão urbana da região centro-sul de Belo Horizonte. A área do Exército era uma amostra do Morro do Querosene; em 1958, ela tinha 606 habitantes, de um total de 2360 moradores na favela. Para os sociólogos, essa era a pior região, quando comparada com a "área da Prefeitura". Dos 606 moradores, 277 eram do gênero masculino e 329 do feminino; nesse contingente, respectivamente, 135 homens e 86 mulheres trabalhavam[16]. Desse número bruto, não se excluem as crianças, logo, não podemos ter ideia sobre a porcentagem dos que eram desempregados ou não declaravam emprego. Assim, temos que ter parcimônia ao interpretar as informações. Com certeza, elas não indicam "pleno emprego" ou um cenário de "anos dourados" e de euforia com a "modernidade" capitalista, mas isso não quer dizer que os moradores "não tinham um status" sócio-econômico (como sugeriram os sociólogos).

Os moradores não eram um grupo "não integrado", visto que grande parte dos moradores era incorporada na zona de expansão urbana da cidade. Ao contrário de Watanabe e Braga, compreendemos que eles estavam inseridos de forma subalterna no mundo do trabalho. O questionário aberto para saber as profissões declaradas pelos moradores mostrava a grande variedade de ofícios e profissões. Essa heterogeneidade nos impedia de imaginar o grupo como um "bairro operário" que se vincule a uma indústria ou segmento produtivo específico. Os sociólogos foram perspicazes nesse ponto, mas isso não significa imaginar uma população "indefinida". As profissões de maior destaque eram as que se concentravam na construção civil (servente de pedreiro, pedreiro, pintor) e aquelas ligadas aos serviços domésticos (lavadeira, empregada doméstica, arrumadeira, jardineiro, faxineiro). Esses empregos no setor de serviço e na construção civil se integravam na área de expansão urbana da Cidade Jardim e das regiões centrais de Belo Horizonte. Havia uma interdependência entre esses profissionais/moradores e o tecido urbano que se constituía.

É importante notar que essa integração subalterna na fronteira urbana ocorria fora do mercado de trabalho formal e da proteção social instituída na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943. Apenas seis pessoas declaravam serem membros de algum IAP; na "área da Prefeitura", 44 eram filiados à Institutos de Aposentadoria e Pensão[17]. Na área do Exército, informava-se que seis mulheres eram protegidas pela Sociedade São Vicente de Paulo. A proteção social não era garantida e podia se tornar motivo de barganha na

[16] No caso dos homens, os "biscateiros" (15) e "operários não especificados" (9) eram uma quantidade muito expressiva, mas estavam representados em categorias residuais no sistema de classificação do censo – possivelmente várias pessoas que não se definiam com um emprego específico podiam serem alocados (ou se alocarem) nesse contingente. Essas classificações podem designar uma alta mobilidade de empregos temporários ou desemprego.

[17] As informações sobre a "área da Prefeitura" eram mais parcas, não havendo o mesmo tipo de trabalho que foi realizado na "área do Exército", com a contagem do número de trabalhadores. Informava-se que 33 eram filiadas ao IAPI e as outras eram do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários, Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários e Caixa Militar. cf. WATANABE & BRAGA, 1960: 110.

"caridade vicentina" ou mesmo no paternalismo das relações de trabalho em bairros nobres[18]. Fora da economia da caridade, os moradores podiam denunciar as injustiças nas relações de trabalho constituídas na cidade.

Como veremos, há vários indícios que mostram a politização do processo de expansão da Cidade Jardim e da exploração dos trabalhadores do Morro Querosene. Nas falas das lideranças ligadas ao Centro de Defesa Coletiva, existe uma campo de significados construídos na oposição das categorias "patrão" / "classes médias" / "bairros chiques" e "empregado" / "trabalhador".

## Luta contra a remoção

Apesar de podermos inferir sobre as relações de trabalho na fronteira urbana a partir do censo e do processo de expansão urbana definido por legislações municipais e notícias, a criação do Centro de Defesa Coletiva (CDC) em 1952 não teve como principal mote a interferência nas relações de trabalho. A associação foi criada na tentativa de evitar a remoção da favela e a destruição dos barracos. Esse era o centro da ação política e dos significados construídos sobre a "luta dos trabalhadores favelados". Isso não significava a não mobilização em conjunto com os sindicatos, em temas considerados prioritários. Em 1962, por exemplo, a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) fez campanha pelo salário-família que seria instituído no governo João Goulart (1961-1962) e participou da campanha contra a carestia de alimentos organizada por sindicatos mineiros (OLIVEIRA, 2010).

Foram várias as notícias enviadas pelo CDC ao jornal O Barraco, órgão de imprensa da FTFBH para denunciar os casos de despejo e as injustiças vivenciadas no cotidiano das favelas de Belo Horizonte. Nesse período, Vicente Gonçalves já aparecia como uma liderança que expressava o descontentamento com as tentativas de remoção, vistas como "discriminação social" contra o trabalhador[19]. Outro representante da associação do Morro do Querosene, Genésio da Silva, explicava que "a ansiedade de todos moradores é saber como vai ser revolvido o problema da moradia, pois diariamente procuravam a minha casa e a de outros companheiros para saber o que há de novo"[20]. Numa outra notícia, narrava-se

[18] Sobre a economia da caridade em Belo Horizonte cf. SOUZA, 2012.

[19] VICENTE Gonçalves Expõe. O Barraco. In: Binômio, Belo Horizonte, 29/07/1963, Caderno 2, p.6.

[20] ANSIEDADE no Morro de São José pelo problema da moradia. O Barraco In: Binômio, 25/02/1963, Caderno 2, p.6. Pela reportagem consegue-se identificar outras pessoas que estavam envolvidas e ajudavam Genésio na explicação aos moradores do que estava ocorrendo: Pedro Chaves, Ronaldo Alencar, José Eduardo, Odilon Gomes, Alfredo Batista, João Neves, Otacílio Pereira e Alexandre dos Santos.

que

> Vinte famílias de favelados encontram-se perseguidas (...), sofrendo pressões de ricos moradores da Cidade Jardim que não se conformam da vizinhança de humildes barracos, os quais, além de ferir sua excessiva estética burguesa, ainda – segundo eles – desvalorizam seus palacetes de milhões.
>
> São alguns desses ultra-milionários que procuram a Prefeitura para expulsão dos favelados que ali já moram há anos. O Departamento de Patrimônio acaba de intimar os favelados que procuraram a Federação na luta pelo direito de morar"[21]

Considerando que esta era uma área de expansão urbana de interesse do mercado imobiliário e dos grupos que se estabeleciam Cidade Jardim, o Morro do Querosene era constantemente ameaçado de remoção. A fundação do CDC ocorreu em 1952, num claro intento de se contrapor ao projeto de expansão urbana com a retirada dos moradores. Desejava-se reproduzir o associativismo que tinha conseguido impedir a remoção da Vila dos Marmiteiros. Em 1949, a Companhia Imobiliária de Minas Gerais tentou expulsar os moradores da referida vila; esta fundou uma Associação de Defesa Coletiva para defesa "legal" do direito de moradia. Na contenda jurídica, Délcio Alves Martins, ligado ao Sindicato dos Corretores do Estado de Minas Gerais, defendeu os que se diziam proprietários do terreno. O conflito jurídico ganhou espaço nos veículos de imprensa e no cotidiano urbano, tendo visibilidade a partir da ação da associação e dos moradores. A expansão do associativismo de defesa coletiva ganhou forte destaque entre 1959 e 1964, no período em que funcionou a Federação dos Trabalhadores Favelados; em 1964, ela chegou a congregar 55 entidades que eram conhecidas publicamente pela sigla UDC (Uniões de Defesa Coletiva) (OLIVEIRA, 2010).

As associações de defesa coletiva difundiram-se para outras favelas e colocavam em pauta a forma de se apropriar do espaço urbano. Auxiliados por advogados-políticos de esquerda e padres, as lideranças do associativismo colocavam em pauta o direito de moradia contra o processo de especulação imobiliária em curso. "Palacete de milhões", "ultra-milionários", "burgueses", "classes médias", eram várias as formas de acusar os moradores da Cidade Jardim e defender o direito de moradia, evidenciando a desigualdade social experimentada no cotidiano urbano. Na experiência os moradores conseguiam alguma repercussão na imprensa através de seus líderes e das associações.

As associação e todo circuito de comunicação e ação política criavam um espaço para a representação dos moradores. Para Vicente Gonçalves, explica da seguinte maneira a constituição de associações para defesa das favelas:

> "União de Defesa Coletiva foi criada para defender o pessoal no peito e na marra e aí começamos a lutar legalmente e a aí veio a eleição...Então, espalhou para outras favelas. Então, começaram a me procurar e aí eu vi que

[21] RICOS moradores da Cidade Jardim querem ver os favelados pelas costas. O Barraco. In: Binômio, 31-12-1963, Caderno 3, p.4.

> eu tinha liderança. Então, eu disse, 'Nós vamos fazer a união de defesa das favelas na favela do Pau Comeu, agora", a gente ia e fazia a União de Defesa Coletiva; 'Nós vamos fazer a união de defesa coletiva nos Marmiteiros', a gente ia e fazia o Centro de Defesa Coletiva. Vamos fazer outra lá na Pedreira Prado Lopes…. e quando eu vi, eu tinha toda a liderança de Belo Horizonte, sem saber o que é que era"[22]

Ainda que não possamos aquilatar importância a importância pessoal que Vicente se atribui na difusão do associativismo, é relevante ressaltar que o contexto de abertura política vivenciada após 1945 facilitava a difusão do movimento social. A experiência de democracia liberal (1945-1964) foi central para explicar expansão do associativismo de defesa coletiva. Além disso, havia a percepção de um movimento amplo, produzindo uma questão que aproximava e criava solidariedade em relação a outras favelas. Além da oposição à remoção no processo de expansão urbana, um dos pontos chave do discurso para revindicar direitos era a contraposição ao estigma de favelado. Em vários momentos da entrevista, Vicente Gonçalves situa esse problema, como na fala abaixo:

> Naquele tempo não tinha bandido em favela, só tinha trabalhador mesmo. Nem homossexual tinha em favela.... - "Ah, mas tinha enrustido!". – "Não, não tinha não!", porque se um passasse a mão na bunda do outro, tinha morte. (…) Eu lembro na Barroca, em época de Natal, era a igreja católica e esses clubes de futebol que davam cesta de natal. Eu lembro que um bêbado olhou para um outro e perguntou assim: "Você não foi buscar sua cesta de natal, não?"; ele bateu no peito e falou assim "Eu trabalho para tratar de minha família". Sabe o que é isso? É dignidade[23].

O que era contrário a representação do trabalhador e pai de família era excluído da "dignidade" imaginada pela personagem. Essa é uma imagem normativa destinada a diferenciar o malandro/classe perigosa e o trabalhador. Uma das características do circuito de comunicação e ação política criado pelo movimento de trabalhadores favelas era essa sobreposição de experiências na produção nos discursos. No caso acima temos a sobreposição da experiência do Morro do Querosene com a Barroca, elemento central da retórica instituída por Vicente Gonçalves, por ter morado entre 1931 e 1945 naquele espaço. Nessas homologias, observa-se a interpenetração de uma temática particular à vida do entrevistado e a geral para justificar a reivindicação de direitos.

Nesse trabalho de linguagem propiciado pela entrevista e por sua experiência social, Vicente Gonçalves realizou uma leitura globalizante da história da fundação de Belo Horizonte filtrada pelo viés da luta dos trabalhadores favelados. Ele explicou da seguinte

[22] GONÇALVES, Vicente. Entrevista concedida ao autor, em 2008.
[23] Idem.

forma os objetivos do no movimento social tanto o da CDC quanto o da FTFBH:

> Primeiro, entrar água, luz, sede, esgoto e urbanização de rua.... E a propriedade da posse. Isso porque na fundação de Belo Horizonte, Aarão Reis trouxe gente do mundo todo para construir aqui. (...) Então, acontece o seguinte, as favelas não foram invadidas. O pessoal veio construiu Belo Horizonte e foi largado as traças. Então, isso foi um dos fatos que mais impulsionava os argumentos que a gente usava para falar que aquilo era de trabalhador, não de bandido, de mendigo e miseráveis. Eram trabalhadores que construíram essa cidade, portanto, nós tínhamos direito a participação igual aos moradores que moram nos bairros chiques daqui.

Existe um trabalho de linguagem no enquadramento do conflito urbano como podemos observar tanto na fala de Vicente como através de outros trechos de jornais apresentados até aqui. Através da construção de uma retórica de habitante, constitui-se uma imagem e representação da cidade que se apropria do discurso oficial sobre as favelas para reivindicar direitos. Essa é uma das grandes chaves para refletir sobre os movimentos sociais de favelas, ultrapassando as dicotomias e dualidades e reconstruindo as gramáticas públicas dos conflitos instituídos no tecido urbano.

## Bibliografia:

ALBERTI, Verena. *Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevista de história oral*. In: Ouvir contar – textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.77-91.

ALBERTI, Verena. *O lugar da história oral: fascínio do vivido e as possibilidades da pesquisa*. In: Ouvir contar – textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.13-32.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). Usos e Abusos da História Oral. 7ª ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2005.p.183-192.

BRAGA, Núbia Ribeiro. *Becos da memória, caminhos da cidadania*. Belo Horizonte: ed.Uni-BH, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CEFAÏ, Daniel (org.). *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001.

CORREA, Osvaldo Maciel. *Misticismo e Resistência na Cabana do Pai Tomás: a função da religiosidade no processo de ocupação e resistência no solo urbano na cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte, 2004.

GOFFMAN, Erving. *"A vida íntima de uma instituição pública"*. In: Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 18ª ed. – Petrópolis: Vozes, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de epílogo*. In: GOMES, Angela de Castro (org.). Escrita de si escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004.p.7-27.

GROSSI, Yone de Souza, FERREIRA, Amauri Carlos. *A Narrativa na trama da subjetividade*. História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº7, 2004, p.41-59.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões – Belo Horizonte, cidade planejada*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991. (Tese de doutorado)

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *Direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LEVI, Giovanni. *Uso da biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). Usos e Abusos da História Oral. 7ª ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2005.p.167-182.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

OLIVEIRA, Samuel S.R. *O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1960)*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves, GRYNZPAN, Mário. *A favela fala*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PAOLI, Maria Celina & SADER, Eder. *Sobre classes populares no pensamento social brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes*. In: CARDOSO, Ruth (org.). A aventura antropológica, teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p.39-68.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. *Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias*. História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº 3, 2000, p.117-126.

RONCAYOLO, Marcel. *La villes et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1997.

SOMARRIBA, Maria das Mercês et all. *Lutas Urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes,

1984.

WATANABE, Hiroshi, BRAGA, Welber da Silva. *Morro do Querosene: alguns aspectos da formação de uma favela*. Belo Horizonte: Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, 1960.

WIRTH, Louis. *"O urbanismo como modo de vida" [1938]*. In: VELHO, Otávio G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahuar, 1967.

# Internação para usuários de crack: Um campo de disputa em construção

David Esmael Marques da Silva[1]

Letícia Canonico de Souza[2]

Natália Maximo e Melo[3]

**Resumo**:

Nos últimos anos, a questão das drogas nos grandes centros urbanos tem ganhado cada vez maior visibilidade. Em São Paulo, desde 2011 vê-se mais frequentemente na mídia as ações policiais de expulsão da população usuária de drogas da chamada "Cracolândia". Já em 2013, visibiliza-se iniciativas que visam a internação de usuários de crack. Diante dos fatos, propomos neste trabalho analisar os debates produzidos pela mídia acerca da internação dos usuários de crack na chamada "Cracolândia". Para isso, foi realizada pesquisa em veículos midiáticos e coletamos notícias entre 2009 e abril de 2013. O objetivo nesse trabalho é mapear diferentes discursos dos atores sociais em conflito em relação à questão da internação de usuários de crack. Entendemos que há um campo de disputas simbólicas em torno de dada questão.

**Palavras-chave:** administração de conflito; territorialidade urbana; droga; internação psiquiátrica; Cracolândia.

**Abstract:**

In recent years, the drugs issue in large urban centers has gained more and more visibility. In São Paulo, since 2011, it is seen in the media most frequently police actions for crack users. They are expelled from the region called "Cracolândia". Already in 2013, initiatives to hospitalization of crack users are more visualized. Faced to these facts, we propose in this paper to analyze the debates produced by the media about the hospitalization of crack users in the call "Cracolândia". For this, we searched in media vehicles and collected news between 2009 and April 2013. The purpose of this study is to map different standpoints of social actors regarding the issue of hospitalization of crack users. We understand that there is a field of symbolic disputes around this issue.

[1] Mestrando PPGS- UFSCar / pesquisador do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos.

[2] Mestranda PPGS-UFSCar / pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de conflitos.

[3] Doutoranda PPGS- UFSCar / pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos.

Entre 2011 e 2013 eclode na mídia inúmeras notícias em torno das internações psiquiátricas[4] dos usuários de crack[5] promovidas pelos governos de São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais. Em se tratando da cidade de São Paulo, desde 2011, a concentração de usuários de drogas[6] na região central da cidade, conhecida como "cracolândia", vem a ser cada vez mais visibilizada na mídia.

Para compreender a trajetória do debate em torno das internações psiquiátricas iniciaremos reconstituindo um pouco dos fatos relacionados à atuação dos governos quanto aos usuários de drogas na região da "cracolândia". Para tanto, nos inspiramos em Garland (2008) quando busca fazer uma "história do presente" na qual se preocupa em entender as condições históricas de existência das quais dependem as práticas contemporâneas, particularmente aquelas que parecem ser mais surpreendentes e intrigantes [...] A história que proponho é motivada antes por uma preocupação crítica de entender o presente do que por uma preocupação histórica de entender o passado. Trata-se de uma crônica genealógica que visa indicar as forças que deram à luz nossas práticas atuais e identificar as condições históricas e sociais das quais ainda dependem (GARLAND, 2008: 42).

---

[4] A lei federal 10.216 de 2001 define os tipos de internação entre voluntária, involuntária e compulsória. A internação é voluntária se o indivíduo manifestar vontade a se submeter ao tratamento; será involuntária se um membro da família ou responsável procurar a internação do indivíduo mediante comunicação ao Ministério Público. Por fim, a internação é compulsória caso o médico avalie a necessidade de internação, encaminhe o laudo ao promotor do Ministério Público, o qual encaminhará ao juiz um parecer e este poderá determinar que a internação se realize. O tempo para a internação é definido pela avaliação médica. Nenhuma internação deve ser feita em instituição de caráter asilar ou que não ofereça atendimento integral com serviço médico, assistência social, psicológica, lazer, terapia ocupacional. A portaria do Ministério da Saúde 2.391 GM de 26 de dezembro de 2002 afirma que "a internação psiquiátrica somente deverá ocorrer após todas as tentativas de utilização das demais possibilidades terapêuticas e esgotados todos os recursos extra-hospitalares disponíveis na rede assistencial, com a menor duração temporal possível." Essa portaria regulamenta as internações involuntárias e voluntárias, já a internação compulsória é regulada pelo Código Penal. Segundo o prof. Dartiu Xavier (psiquiatra e professor da Universidade Federal de São Paulo), a internação compulsória só deve ser aplicada quando se verificar um risco à vida seja do próprio indivíduo com transtorno mental ou de outros. Isto é, quando há risco de suicídio ou crime. Neste sentido, a internação compulsória visa claramente privar este indivíduo da liberdade. E mesmo em caso de crime, o Código Penal preza para que independente da gravidade da infração dê-se o tratamento o menos lesivo à liberdade.

[5] O crack é uma mistura a base de cocaína e que resulta em substância sólida, conhecida como pedra, que é fumada em pequenos cachimbos.

[6] Opta-se pelo termo em itálico visto que é uma categoria que carrega julgamento moral. Outra opção que poderia ser utilizada é substância psicoativa. O termo drogas (VARGAS, 2001) tem uma origem incerta, sendo que há uma concordância sobre a sua capacidade de produzir alterações físicas e mentais. De acordo com Rui (2007) a droga só pode ser assim considerada quando entra em contato com algum corpo vivo, do contrário, não pode ser considerada droga. Para ser considerada droga depende também da dose utilizada e também das concepções sociais em voga. A autora afirma finalmente que este tipo de constatação é permeada por valores morais, os quais acabam por estabelecer diferenças entre o que é droga e o que é remédio, por exemplo.

A problemática do crack, em um sentido amplo, ganhou grande dimensão em período consideravelmente pequeno[7]. O uso do crack sendo marcadamente associado a um lugar, constituindo uma territorialidade, coloca em evidência uma questão política abordada, por exemplo, pelo estudo de Rui (2012). Destaque-se o argumento por ela utilizado:

Especialmente no que tange às atividades que se ligam aos mercados ilícitos o fenômeno da territorialização não é nenhum pouco banal. Como já mostrou Michel Misse (2007), é verdade que as redes sociais que interligam mercados legais e ilegais não necessariamente adquirem contornos espaciais; sabe-se que elas percorrem completamente todo o conjunto do tecido social, econômico, político tanto local quanto global. Contudo, diz Misse, quando algum contorno espacial se desenha, quando uma territorialização pode ser identificada, a questão parece ganhar uma dimensão política completamente diferente daquela que existe de forma pulverizada. (RUI, 2002: 115)

Rui (idem) trata dos usos extremos do crack, que se realizam em uma territorialidade, entendendo a trama social que envolve o uso e o território, relacionando tal ideia à produção de um corpo abjeto, que vai sendo produzido na relação com a droga e que torna uma difícil experiência caminhar pela cidade fora desse território.

Desde a década de 1990, a região conhecida como "cracolândia" recebe usuários de drogas. No entanto, esse fato esteve invisibilizado ao longo de mais de uma década, só vindo a ser objeto de uma gestão governamental nos anos 2000, principalmente com a proposta de "revitalização" urbana denominada Projeto Nova Luz[8], a partir de 2005.

O Governo Estadual, juntamente à Prefeitura de São Paulo, iniciou em março de 2009 a "Ação Integrada Centro Legal" que unia a ação policial com atendimento médico.

[7] Fazendo uma revisão bibliográfica geral encontramos estudos que tratam dos usos e suas consequências, como, por exemplo, a constituição de corporalidades, ou de sociabilidades, estratégias de solidariedade entre usuários dentro de uma perspectiva antropo-sociológica (MARTINEZ, 2012; RUI, 2012). Assim como os que tratam do uso da droga vinculados ao conhecimento da assistência social, da saúde (FIORE, 2004; DOMANICO, 2006; GOMES e ADORNO, 2011; DIAS; ARAÚJO e LARANJEIRA, 2011; WURFEL e PEREIRA, 2011). E também uma discussão mais voltada para o papel da segurança pública, que se relacionam com a atuação repressora em relação às drogas (ANDRADE, 2003; GRILLO, POLICARPO e VERÍSSIMO, 2011; MARQUES, OI, ROCHA e LAGATTA, 2012). Também podemos perceber que existem estudos que tratam das diferentes abordagens desses setores quanto ao uso do crack, perpassando a saúde (FIORE, 2004; DOMANICO, 2006; GOMES e ADORNO, 2011; DIAS; ARAÚJO e LARANJEIRA, 2011, WURFEL e PEREIRA, 2011), no sentido da segurança pública (MATTOS, 2013) e quanto à assistência social (MARTINEZ, 2012; RUI, 2012).

[8] Projeto de renovação urbana criado em 2005 pela gestão do prefeito Kassab. O projeto previa uma concessão urbanística responsável por realizar todas as desapropriações de terrenos e realização das obras. Um projeto urbano foi apresentado em 2010 e previa a construção de boulevares, ciclovias, áreas de entretenimento, tecnologia e residências. Dessa forma, visam-se investimentos na área cultural e valorização imobiliária da região. O projeto foi cancelado em 2013 pelo prefeito Haddad por inviabilidade financeira.

Neste primeiro momento, tal ação aparece como uma medida integrada tanto no que se refere à parceria entre os Governos Municipal e Estadual quanto ao que condiz às conjunções entre as políticas públicas de Saúde, Assistência Social e Segurança Urbana[9]. Esta ação estava diretamente ligada ao propósito de revalorização do centro de São Paulo. Dentre as medidas previstas estavam o atendimento de saúde com 120 agentes que seriam acompanhados por policiais, 70 homens destinados ao policiamento da região da "cracolândia" fazendo abordagens de usuários de drogas e também "internação em hospitais por até 30 dias de pessoas com doenças graves, problemas psiquiátricos e dependentes químicos", segundo a Folha de 25 de julho de 2009.

Havia também "espiões da prefeitura" tirando fotos das pessoas que frequentam a "cracolândia" a fim de identificar e contar essa população. Para o secretário municipal de Segurança Urbana, esse trabalho servia para identificar traficantes e monitorar o aumento da população de rua assim como traçar o perfil dos usuários de drogas. O aspecto interessante a notar aqui é que não se enfatiza até então o problema do crack, ainda se enuncia a questão em termos de usuários de drogas e moradores de rua, o que demonstra que o uso do crack nesse território foi se constituindo aos poucos como questão para o Estado.

Em 2011, enquanto no Rio de Janeiro[10] ocorria o recolhimento de menores usuários de drogas em situação de rua - o que recebeu críticas e denúncias -, em São Paulo os governos do estado e prefeitura não tinham uma definição clara acerca da medida a ser tomada. Por um lado, tem-se a responsabilização da Assistência Social sobre a questão da "cracolândia". Neste caso, se pauta a possibilidade de fornecer passagens para que retornem aos municípios de origem, veja-se o argumento retirado da notícia de 25 de novembro de 2011 da Folha de S. Paulo: "Há um princípio de que cada comunidade tem que ser responsável por seu produto social. São Paulo é uma cidade acolhedora neste sentido, recebe a todos. Mas, para eles, o melhor é ficar perto de suas origens e de seus familiares",

[9] Não se tem notícia em 2009 de manifestações organizadas contra as internações e as ações na cracolândia, o que não quer dizer que não tenham existido, mas não foram organizadas de modo a ganhar espaço na mídia. Como resultado do projeto da prefeitura (Ação integrada Centro Legal) que visa levar para internação os usuários de drogas desta região, entre julho de 2009 a início de 2011 contam-se 404 usuários de drogas internados voluntariamente, segundo notícia de jornal.

[10] No dia 3 de junho de 2011, é noticiada uma regulamentação da prefeitura do Rio determinando a internação compulsória de menores usuários de drogas. Buscava-se o abrigamento compulsório. A apreensão de menores nas cracolândias do Rio de Janeira era feita em parceria entre a Secretaria de Assistência Social e a polícia. Em junho, são noticiadas manifestações contrárias às medidas da prefeitura do Rio de Janeiro. Entidades de Direitos das Crianças e Adolescente e também o Conselho Regional de Psicologia do RJ se posicionaram, assim como a OAB, argumentando que a medida fere a Constituição. Com as denúncias feitas ao Ministério Público sobre as abordagens aos menores de rua, o prefeito Eduardo Paes se comprometeu com um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a fim de que as abordagens fossem feitas por profissionais da assistência social e saúde da família e para que houvesse a capacitação da Guarda Municipal. O Conselho Federal de Psicologia (a partir dos seus braços regionais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) continuou na luta contra as internações compulsórias e em 11 de novembro de 2011 é noticiada a formalização perante o Ministério Público Federal da solicitação da suspensão das internações e abrigamentos compulsórios.

diz a vice-prefeita Alda Marco Antônio (PSD), também secretária de Assistência Social. Por outro lado, já se aponta a prioridade a ser dada às medidas de internação, apesar das críticas a ela já estarem amplamente divulgadas.

Em entrevista, o ministro da Saúde Alexandre Padilha[11] afirma que em conversa com o prefeito Kassab e Alckmin foi proposta a criação de oito consultórios de rua distribuídos principalmente na "cracolândia" e também na zona leste. Por sua vez, o município pede a criação de 500 vagas em entidades terapêuticas, casas de acolhimento e enfermarias especializadas. Em dezembro de 2011, o Ministro Padilha faz a divulgação de um Plano do Governo Federal para o combate ao crack que veio a ser chamado "Crack é possível vencer". Este integra Saúde, Justiça, Educação e Desenvolvimento Social[12].

Podemos considerar tal Plano uma resposta às políticas estaduais e municipais em grandes centros urbanos que têm em comum a retirada de pessoas usuárias de drogas de espaços urbanos por meio de abrigamentos e internações psiquiátricas compulsórias. Em São Paulo, essa atuação coube aos agentes de saúde e policiais militares. Já no Rio de Janeiro, os principais atores foram agentes da secretaria de assistência social e guardas civis objetivando o abrigamento compulsório de menores.

Após o Plano de combate ao crack, as territorialidades marcadas pelo consumo de drogas passaram a ser ainda mais alvo de atuação das instituições estatais, como se verificou no centro de São Paulo. Em 3 de janeiro de 2012, ocorre na capital paulista a "Operação Centro Legal", mais conhecida como "Operação Cracolândia", ou ainda, "Operação Sufoco". Nela, autoridades policiais determinaram o combate ao tráfico de drogas e a expulsão de

[11] Nesta entrevista, a fala do ministro deixa claro que já há uma associação entre crack e crime, o que leva a uma criminalização de toda a população usuária de drogas na cracolândia. Novas categorias de classificação são acionadas nos discursos, se antes havia uma preocupação com drogas e população de rua, agora está claro que o crack está no foco da preocupação das políticas. Outras categorias são aquelas que fazem distinção entre o usuário de drogas e o traficante. Este é "bandido", não o primeiro. Esta classificação é importante para definir o alvo de cada uma das políticas públicas, se segurança pública ou política de saúde e assistência social.

[12] Em dezembro de 2011 o Plano foi oficialmente lançado pelo governo federal. Com investimento estimado de R$ 4 bilhões, ele prevê a intersetorialidade no "combate" ao uso do crack em eixos de articulação nomeados Autoridade, Cuidado e Prevenção. O eixo Autoridade é composto pelo trabalho do policiamento – "comunitário" – em regiões de uso do crack, assim como das Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar no combate ao tráfico e repressão a traficantes. O eixo do Cuidado conta com diversos aparelhos de saúde, desde a redução de danos até a oferta de internação em comunidades terapêuticas. Já o da Prevenção tem grande amplitude e é mais voltado à formação de profissionais que irão atuar nas três áreas previstas no Plano, além de ações em escolas, comunidades, capacitação de professores, policiais e campanhas como forma de prevenção ao uso de drogas. Uma das medidas é o monitoramento das áreas consideradas "cracolândias" com câmeras de vigilância. Outra medida é a implantação de mais de 300 consultórios de rua em todo o país e que deverão ter como foco a população em situação de rua. Outra proposta é a criação de enfermarias especializadas nos hospitais do SUS. Prevê-se também criação de 430 unidades de internação e outras 188 destinadas a crianças e adolescentes dependentes de drogas. O plano também prevê financiamento a comunidades terapêuticas.

viciados em crack da região do bairro da Luz, no centro antigo de São Paulo.

A "Operação Cracolândia", marcada por repressão policial suscitou diversas denúncias de violação de direitos humanos além de críticas sobre a forma de lidar com os usuários da droga, já que os retiraria de lá sem oferecer local para tratamento. Tal operação teve como principal efeito dispersar os usuários de crack da região para outras regiões da cidade que ficaram conhecidas como "mini-cracolândias".

Já em 3 de janeiro de 2013, um ano após a "Operação Cracolândia", o governador Geraldo Alckmin foi questionado pela imprensa sobre a continuidade da "cracolândia". Nesse momento anuncia que será feito convênio com Ministério Público e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) para que seja facilitada a internação compulsória dos usuários de drogas. Como resultado desse convênio, em 21 de janeiro, dá-se início ao plantão judicial no Cratod (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras drogas), ligado à secretaria estadual de Saúde e localizado na região da "cracolândia".

Entre o anúncio feito pelo governador e o início dos plantões judiciais, a mídia promoveu uma intensa visibilidade ao tema, criou-se uma polêmica envolvendo várias vozes que se posicionaram diante da questão. Diante disso, o tema das internações compulsórias se mostrou a nós como uma importante porta de entrada para a compreensão de representações de diversos agentes do poder público que atuam com os usuários de drogas.

## Construindo o *corpus* de análise

Procurando pelo termo "cracolândia" em dois grandes jornais de São Paulo: Folha de S. Paulo (Folha) e O Estado de S. Paulo (OESP) encontramos neste último 225 resultados, sendo 126 notícias, 92 fotos, 6 vídeos e 1 podcast. A pesquisa foi feita em 25 de janeiro de 2013 e se refere a todo o acervo digital (as notícias mais antigas com esse termo são de 2008). Na Folha foram encontradas 579 notícias tendo como parâmetro o período entre 01 de janeiro de 2012 a 4 de abril de 2013, o que demonstra a visibilidade desse termo principalmente em 2012. Na Folha não foi pesquisado anos anteriores. Devido ao maior número de notícias nesta nos concentramos neste meio de comunicação para coletar notícias e fazer a análise de conteúdo.

Quando se busca a referência às internações de usuários de drogas em todo o acervo da Folha, percebe-se que há notícias desde 2009, mas é em 2011 que começa a crescer o número delas a respeito de internações (8), sendo que em 2012 dobra o número de notícias (16) as quais estão concentradas no mês de outubro (11), devido às ações de recolhimento à força de menores no Rio de Janeiro. Em 2013, pesquisando notícias até abril tem-se um número de 52 notícias sendo que 41 estão em janeiro. Entre o dia 3 até dia 21 de janeiro, período entre o pronunciamento do governador Alckmin e o início do plantão judicial no Cratod, as notícias são basicamente opiniões a respeito das internações compulsórias. Sendo assim, uma vez que não há ainda fatos a serem noticiados percebe-se a

atuação da mídia para construir uma opinião pública a respeito do assunto.

A partir do primeiro anúncio de Alckmin no dia 3 de janeiro mantem-se um padrão de 1 notícia a cada 2 ou 3 dias. O dia em que há mais notícias é o dia 21 de janeiro quando é iniciado o plantão no Cratod. Nos dias sequenciais há 4 notícias diariamente, diminuindo até o fim do mês. Em fevereiro são apenas 5 notícias e em março 4. Percebe-se que enquanto essa temática perde força outras entram no cenário midiático: a votação na Câmara Federal do projeto de lei 7663 de 2010 de autoria do deputado Osmar Terra que altera a lei 11. 343 de 2006 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Em maio de 2013 surge no estado de São Paulo outra medida, anunciada pelo governo estadual, o benefício do cartão Recomeço o qual visa financiar o tratamento de dependentes químicos em clínicas de recuperação. No entanto, esses temas não fazem parte do objetivo da presente análise, apenas desejamos relatar que o debate iniciado em janeiro teve reflexos nos meses seguintes quanto à elaboração de políticas tanto em nível nacional quanto estadual.

Verificou-se entre 2012 e 2013 um total de 34 notícias de opinião a respeito do tema, 10 delas são de profissionais da saúde, sendo 1 farmacologista, 7 psiquiatras, 2 médicos. Há 3 notícias de opinião construídas por políticos de São Paulo, sendo um Vereador e Ex-subprefeito; Secretário Estadual de Saúde e Secretário Municipal de Direitos Humanos também há profissionais do direito contando com 5 notícias de opinião (incluem-se entre eles advogados, um juiz, um promotor), outras opiniões são produzidas por jornalistas.

Vê-se que o jornal faz prevalecer as opiniões dos profissionais da saúde. Também dá grande visibilidade os profissionais do Direito, porém, pouca visibilidade a outros profissionais que também estão no debate acerca da internação psiquiátrica como é o caso do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Esses dois órgãos fazem parte da Frente Nacional sobre Drogas e Direitos Humanos, formada por 53 entidades profissionais e movimentos sociais que visa debater as políticas públicas sobre drogas em âmbito nacional. Na contramão do que aparece na grande mídia, esta Frente se faz presente em mídias alternativas, redes sociais, site próprio. Representantes ligados a ela estiveram em um Congresso Internacional Sobre Drogas, ocorrido em Brasília no mês de maio de 2013. Isso tudo para dizer que embora o CFP e o CFESS não apareçam com frequência na mídia não são atores pouco relevantes nesse debate, mas que estão pouco visibilizados na grande mídia.

Entre as 34 notícias de opinião encontradas na Folha foram selecionadas 12 para análise de conteúdo. Selecionamos as opiniões de CFP, CFESS, 3 profissionais da saúde, 1 colunista da Folha, 3 profissionais do direito, 3 políticos. A seguir serão apresentadas as análises.

## Atores e campos de disputas: gestores e profissionais

Através das notícias temos a possibilidade de acessar as representações acerca dos usuários de crack e as medidas previstas para seu tratamento. Buscando perceber os elementos que estão sendo disputados no discurso levando em conta que os atores exercem um poder simbólico, ou seja, "o poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas as divisões sociais" (BOURDIEU, 2001: 167). Sendo assim, tem-se um campo[13] onde disputam-se visões quanto ao papel do governo e das políticas públicas diante dos usuários, disputam-se também princípios valorativos e de julgamento das ações dos outros, constroem-se alteridades entre os agentes do campo.

Identificamos nas notícias dois grupos de atores que constituem campos diferentes. Um deles é formado por aqueles que exercem cargos políticos e são gestores das políticas públicas. Neste grupo tem-se o governador Geraldo Alckmin; Eloisa de Souza Arruda, procuradora e secretária da Justiça do estado de São Paulo; Giovani Guido Cerri, médico e secretário da saúde do estado de São Paulo; Rogério Sotilli, secretário de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo; o prefeito Haddad; Andrea Matarazzo, vereador e ex-subprefeito da Sé. Há ainda no plano federal o ministro da Saúde José Padilha e a ministra da Casa Civil Gleisi Hoffman.

Neste campo, o que se percebe é uma distinção entre a posição dos membros do Governo Estadual, os quais são a favor do prosseguimento das medidas de internação e em outra posição estão os membros da Prefeitura e do Governo Federal, que demonstram maior cautela ao falar sobre o tema, por exemplo, prefeito Haddad se posiciona contrário por considerar que pode se cometer abusos e receia que as internações se tornem praxe, já o secretário de Direitos Humanos diz que não adianta discutir ser contra ou a favor, pois o que deve ser debatido é a promoção de políticas que favoreçam a saída da situação de dependência das drogas. No plano federal, a ministra Gleisi Hoffman se posiciona favorável às internações enquanto que o ministro da Saúde tem um discurso ambíguo, já que não descarta tal medida e ao mesmo tempo estimula outras formas de tratamento como os consultórios de rua e o atendimento ambulatorial.

O campo profissional tem uma importância para a produção de discursos que legitimem ou critiquem as internações psiquiátricas. Nele identificamos outros atores que debatem o tema. Humberto Verona, presidente do Conselho Federal de Psicologia; Antonio Geraldo da Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; Marcos Valdir Silva, vice-presidente do Conselho Regional de Serviço Social; Drauzio Varela, médico e colunista do jornal; Gustavo Romano, mestre em Direito e Samuel Karasin, Juiz plantonista do Cratod.

[13] O Campo é um espaço de relações sociais autônomo de outros campos em que agentes disputam poder a partir dos diferentes tipos e quantidades de capitais que possuem. Bourdieu, analisando o campo literário, assim explica: "campo literário é simultaneamente um campo de forças e um campo de lutas que visa transformar ou conservar a relação de forças estabelecida. Cada um dos agentes investe a força (capital) que adquiriu pelas lutas anteriores em estratégias que dependem, quanto à orientação, da posição desse agente nas relações de força, isto é, de seu capital específico" (BOURDIEU, 2004: 172)

Várias das disputas se dão com base em diferentes tipos de saberes profissionais, uma vez que para ser realizada a internação compulsória é preciso primeiramente de um laudo médico o qual é encaminhado ao promotor e este ao juiz que, por sua vez, poderá autorizar ou não a internação. Sendo assim, os saberes profissionais fazem parte das técnicas de poder para o governo de uma população[14].

As visões dos profissionais serão apresentadas no item a seguir. Mas antes disso, é importante fazer duas ressalvas. Primeiramente, não temos a intenção de mapear todo o campo de atores políticos acerca das internações compulsórias, uma vez que este campo abarca todos aqueles que têm interesse no assunto, desde políticos, movimentos sociais, profissionais, acadêmicos, empresários, religiosos e uma série de atores possíveis. A intenção aqui é apenas demonstrar através do que é veiculado em um meio de comunicação alguns atores e argumentos utilizados para justificar ou criticar as internações compulsórias.

Em segundo lugar, uma vez que tomamos um meio de comunicação para analisar o fenômeno, é importante deixar claro que há um posicionamento do próprio jornal quanto à questão da internação dos usuários de drogas. Perceber isso é importante para se compreender também como o próprio jornal está expressando as disputas dos profissionais envolvidos na questão.

Antes de tudo, para entender qual é o viés pelo qual a Folha expõe a questão das internações, eis a seguir a perspectiva de Rogério Gentile, jornalista e secretário da Folha, publicada em 24 de janeiro de 2013. Gentile caracteriza a "cracolândia" como um lugar angustiante, "quadrilátero do suicídio, onde a cidade concorda que centenas de pessoas, incluindo mulheres grávidas e crianças, vão se matando aos poucos, dia após dia". Recorrendo a argumentos emocionais chega a criticar o governo Alckmin por não intensificar a atuação nesse sentido.

Após muita expectativa, revelou-se um tanto quanto tímido o tal programa de internações à força na cracolândia promovido por Alckmin. Temendo ser tachado de "higienista", o governo paulista tem se restringido aos casos em que familiares pedem providências. Os que não têm essa sorte, de modo geral, continuam largados na rua (…). Parece faltar é determinação para enfrentar o discurso politicamente correto dos "românticos do crack" (GENTILE, 24 de janeiro de 2013)

Por "românticos do crack" está criticando quem afirma que a internação não é eficiente, ou ainda, que o usuário tem a liberdade de querer ou não se tratar. Ele também justifica a medida uma vez que os "nóias que perambulam pela cracolândia como zumbis" não tem condição de decidir sobre o tratamento, não tem condição de cuidar da própria vida. Para Gentile, é a falta de perspectiva que justifica tentar a internação, ou seja, a

[14] Segundo Foucault (2008), o objeto da gestão é a população, esta é um conjunto de elementos cuja aleatoriedade pode ser medida e regulamentada. A realização de censos, por exemplo, é um procedimento do dispositivo de segurança capaz de estabelecer as taxas normais que caracterizam esta população. E só então são criadas as normas e leis para regular a população. A gestão implica em uma racionalidade própria ao Estado e que visa a ampliação de suas forças (FOUCAULT, 2008).

internação aparece como fim em si mesmo.

Justificar as internações de usuários de drogas a partir da negação de sua capacidade de decisão, assim como a noção de que o crack tem uma capacidade de matar maior que outras drogas são as principais justificativas encontradas na Folha para se defender a medida do governo paulista.

## Direito e medicina: Saberes e poderes profissionais

Foram selecionadas as falas de 3 profissionais do Direito e outros 3 da área médica para perceber quais os argumentos que justificam as internações no estado de São Paulo.

O saber científico que mais aparece na mídia é o da medicina e psiquiatria. Giovani G. Cerri, médico e professor da Faculdade de medicina da USP, também secretário de Estado da Saúde de São Paulo inicia a argumentação descrevendo como deve ser um procedimento médico, o que pressupõe saberes de diagnóstico e tratamento padronizados diante de qualquer doença:

Na medicina, funciona assim: o paciente com um quadro clínico agudo, grave, com risco à vida, precisa, na maioria das vezes, permanecer internado por alguns dias, semanas ou até mesmo meses em um leito hospitalar, para receber a assistência médica indicada para seu caso. Se melhorar e tiver condições, a pessoa tem alta. O acompanhamento passa a ser clínico-ambulatorial, com as medicações necessárias para controlar a doença, além de consultas e exames rotineiros para verificar a evolução do quadro. É desta forma no câncer, na Aids, nas doenças do aparelho circulatório e nos casos de vítimas de derrame ou politraumatismos decorrentes de acidentes de trânsito. Por que, então, deveria ser diferente para usuários de drogas como o crack, aqueles que, em razão de sua extrema dependência, sofrem uma série de graves problemas físicos e psíquicos que podem matá-los a qualquer momento? (CERRI, 19 de fevereiro de 2013).

Se o procedimento médico é padronizado, o que diferenciaria o tratamento entre a dependência de crack e as outras doenças é o grau de consciência do paciente. Para ele, o dependente não tem a mesma consciência que outros pacientes e não teme a morte, por isso continua sem querer se tratar. Reforça que nem todos os casos precisam de internação, sendo que a maioria requer tratamento ambulatorial. Segundo Cerri, diante de um cenário de epidemia, o governo do estado está atuando de maneira adequada.

Já Antonio Geraldo da Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, e também colunista do jornal, afirma que “não cabe a nós, médicos, ficarmos contra ou a favor a qualquer tipo de internação. Como profissionais de saúde, o que nos cabe é indicar a internação quando necessária e, a partir daí, buscarmos o melhor tratamento”.

Quanto ao usuário de drogas ele tem a seguinte percepção:

> O dependente de crack, muitas vezes, é portador de algum transtorno mental e carece, antes de qualquer coisa, de atendimento médico. Se a internação à força for apenas o início de um processo de tratamento para aqueles que precisam de atendimento e não o tem, aí sim temos uma iniciativa correta por parte do governo. No entanto, vale ressaltar que a internação requer indicação médica, quer seja voluntária, involuntária ou compulsória. Caso contrário, a iniciativa não passaria de uma "limpeza urbana", uma triste eugenia. (SILVA, 24 de janeiro de 2013)

Drauzio Varella, médico oncologista, também fala ao jornal e escreve uma coluna em 28 de janeiro de 2013. Ele se diz revoltado com a polêmica envolvendo a internação de dependentes de crack. Ele se refere às grávidas da "cracolândia" que deveriam ser internadas mesmo contra a vontade. Afirma que "Se tivesse uma filha grávida, jogada na sarjeta, nem que fosse com camisa de força tiraria ela de lá". O seu argumento é o de "não podemos ficar nessa posição passiva". Mas ao contrário disso, afirma que "não conhecemos bem a eficácia ou a ineficácia porque as experiências com internações compulsórias são pequenas no mundo. Mesmo as de outros países não servem para nós. O Brasil tem uma realidade diferente". Afirma que a medicina não sabe ainda tratar a dependência, porém, apesar de não haver comprovações suficientes sobre a eficácia das internações, não é em vão tentar e compara a dependência com outras doenças, como o câncer.

Diante dessa falta de conhecimento médico a respeito da eficácia das internações o que justifica o recurso às internações é que "neste momento, temos uma quantidade inaceitável de usuários. E muitos chegando aos estágios finais. Estão nas ruas, nas sarjetas. O risco de morte é muito alto, e nós estamos permitindo isso."

A fala de Drauzio Varella é muito interessante porque deixa transparecer claramente que a opção pela internação não se deve somente a uma postura médica, mas sim a um compromisso moral, similar a um pai que tem uma filha grávida em situação de dependência do crack. Para ele, o "crack é mais forte do que o instinto materno". Também se dirige ao leitor perguntando se ele não tiraria um filho jogado na sarjeta "nem que fosse com camisa de força". Varella considera que "estamos numa epidemia, quanto mais tempo passa, mais gente morre".

O saber médico é importante na construção de metáforas[15] que naturalizam os aspectos sociais da questão. Na medida em que se evocam categorias como "epidemia" para caracterizar a sociedade, ou ainda, ao se recorrer à comparação com outras doenças, ao negar a racionalidade do indivíduo, ao afirmar a iminência da morte para o usuário de crack e ao considerar natural o comportamento de um pai em internar uma filha grávida, assim, consegue-se também justificar a ação do Estado em relação a esta população de usuários de crack.

[15] Conforme Douglas (1998) a naturalização se baseia em metáforas, ou seja, a relação entre dois termos sendo um deles referente à natureza. Uma vez naturalizada a metáfora, ela pode ser usada para naturalizar outros termos, dando sequência à criação de outras metáforas naturalizadoras.

Estamos diante então de um raciocínio que expressa uma biopolítica (FOUCAULT, 2008), o poder sobre a vida de modo a enredar poderes desde o âmbito do indivíduo ao da população, tanto nos aspectos biológicos quanto nos sociais.

Assim como os médicos recorrem ao procedimento técnico de produção de diagnóstico e tratamento para embasar suas justificativas de defesa das internações psiquiátricas, os saberes do Direito também recorrem a doutrinas, textos da lei como base para seu procedimento profissional em relação a esta questão.

A promotora de Justiça e também secretária estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania do estado de São Paulo, Eloisa de Sousa Arruda justifica as internações da seguinte forma:

> É importante esclarecer que essas internações não violam os direitos fundamentais de ir e vir de uma pessoa. Ao contrário, elas podem acontecer para assegurar e garantir os direitos fundamentais à vida, à integridade física do dependente químico e à segurança de todos os cidadãos (ARRUDA, 8 de janeiro de 2013).

Samuel Karasin, um dos juízes que fazem plantão no Cratod, diz que o primeiro dia de plantão foi histórico "porque, pela primeira vez, o Judiciário volta sua atenção especificamente para pessoas que nunca foram privilegiadas, que não tinham acesso à Justiça". Sua posição acerca do procedimento de seu trabalho é o seguinte:

> [Quando não houver o risco] Eu vou negar e acabou. A lei tem uma diretriz muito tranquila. Internação não é depósito" (…) "Eu sei que a família se desespera, mas não é só a questão do vício que está em jogo, é se ele está correndo risco ou não. É para ele se curar do surto, sair do risco e voltar numa condição melhor para o tratamento" (...) Para que a internação seja autorizada, será obrigatório um laudo médico atestando tal necessidade. Apenas o atestado, porém, não é suficiente para que o juiz autorize a medida. "Não é o médico que decide, tem que ouvir a defensoria, alguém pode trazer um laudo divergente. Sempre que possível, pretendo ouvir também o dependente" (CAMBRICOLI, 21 de janeiro de 2013).

Enquanto a promotora argumenta em favor de "direitos fundamentais à vida" e à "segurança de todos", ou seja, princípios jurídicos gerais, o juiz plantonista do Cratod atém-se aos procedimentos para que se dê a determinação das internações compulsórias conforme a lei. Segundo ele, o laudo médico pode ser contestado, sendo assim, a aplicação da lei é o que garante que haja justiça nesse procedimento. Este é o meio para que pessoas desfavorecidas tenham acesso à Justiça.

Para contrapor-se a esta visão do Direito como meio para se alcançar a justiça, Gustavo Romano, mestre em Direito, expõe uma preocupação com a possibilidade de um uso inadequado da lei:

> A internação compulsória de usuários de crack pelo governo gera o temor de que se desvirtue uma lei feita para proteger o paciente em um mecanismo para retirar viciados de circulação. A internação não é um fim, mas um meio. Tampouco visa o alívio dos transtornos causados pelo paciente à sociedade: essa é apenas uma consequência positiva. (...) Se o Estado apenas interna, sem prover a estrutura para o tratamento, ele está instrumentalizando a lei para um fim ao qual ela não serve. A internação vira uma sanção penal, sem devido processo legal e sem lei que a preveja. (...) Se a internação virar um fim em si, há sério risco de esquecimento de pacientes em centros de tratamento, nos moldes do que ocorre em prisões e manicômios (ROMANO, 23 de janeiro de 2013).

A interpretação dada por Gustavo expressa uma crítica ao processo de internação compulsória baseada na defesa da lei e seu uso. A lei é um instrumento de poder que pode ter vários usos, no entanto, ao ter um uso inapropriado a lei muda de significado e ao invés de "proteger o paciente" se transforma em um "mecanismo para retirar viciados de circulação". Portanto, não garante por si só a justiça.

Tanto os saberes médicos quanto os jurídicos imprimem racionalidade e legitimidade à atuação do Estado sobre a população usuária de drogas e também com base nessa racionalidade é feita a crítica quanto ao uso deste mecanismo legal.

## Entre a omissão e a internação: disputando a política pública para os usuários de drogas

Uma vez explicitado anteriormente os argumentos que naturalizam e imprimem justiça ao procedimento das internações compulsórias, nesse item iremos tratar um pouco sobre a resistência em relação aos argumentos dos gestores das políticas sobre drogas.

A principal resistência à política sobre drogas é marcada pela Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos[16], da qual participam 53 entidades dentre elas o CFESS e CFP, os únicos a terem uma pequena visibilidade na Folha de São Paulo.

Essas entidades produzem três principais críticas às internações compulsórias com política pública: 1. Modo como foram executadas as internações: com violência policial e asilamento em clínicas que violam direitos humanos. 2. Crítica quanto ao resultado para o indivíduo: privação de liberdade, alta probabilidade de retorno às drogas, e, por fim, 3. Crítica quanto ao resultado para a sociedade: higienismo, criminalização da pobreza e reforço do encarceramento, banalização das internações como forma de tratamento, enfraquecimento dos dispositivos do SUS (CAPS, ambulatórios, consultório de rua), crescimento do mercado de clínica particular (principalmente religiosas), falta de políticas

[16] Para saber mais sobre a Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos ver: http://drogasedireitoshumanos.org/entidades-que-compoem-a-frente/.

públicas para moradia, emprego, educação, etc.

A partir destas críticas a proposta do CRESS e do CFP, assim como de toda a Frente Nacional sobre Drogas e Direitos Humanos, é que se abra um processo democrático de construção de políticas públicas e que este processo também ouça o usuário.

Em uma notícia de 21 de janeiro de 2013, Marcos Valdir Silva, expõe que "O Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (Cress-SP) se posiciona totalmente contrário à medida, salvacionista, preconceituosa e criminalizadora, que avilta os direitos humanos". Para ele, o que o Estado está fazendo é higienização do centro da cidade "realizando a internação, sem garantir de fato um atendimento digno dentro dos preceitos do SUS". Outra crítica é não garantir um serviço de qualidade, pois uma vez que as clínicas de internação não são públicas não há como o Estado garantir que nelas haja equipe profissional multidisciplinar adequada e que não haja violação de direitos, violências. O que o Conselho de Serviço Social critica é a falta de perspectiva para além da internação, como trabalho e moradia.

É possível perceber que a posição do CFESS é contrária aos argumentos da "epidemia" e da "falta de capacidade de decisão" e responde a isso argumentando que a medida é "higienismo" e "avilta direitos humanos".

Para perceber que há um enfrentamento entre, de um lado, a visão dos gestores baseando-se em argumentos naturalizadores da saúde e, de outro lado, as resistências de grupos profissionais mobilizados em torno dessa questão em São Paulo, selecionamos uma sequência de 3 notícias que se constituem como uma disputa onde fica evidente essas duas posições contrastantes.

Primeiramente, Andrea Matarazzo, vereador e ex-subprefeito da Sé, expõe seu posicionamento a favor da medida tomada pelo governo:

> Cruzar os braços diante do aumento do consumo de crack, problema grave de saúde pública, é atitude criminosa. A droga não distingue classes sociais ou geografia. Exige do poder público medidas urgentes visando a proteção dos usuários, das famílias e dos grupos de convívio. Especialmente da população carente, que não sabe a quem recorrer. E o país tem falhado na oferta de alternativas para as famílias de baixa renda. (…) Não se trata, como insinuam os oportunistas, de "limpar as ruas". E, sim, de salvar gente que vai morrer se não receber ajuda. (...) É covarde, cruel e desumano esperar que o próprio dependente da droga tome a iniciativa para se proteger. Se você visse seu filho fumando crack, maltrapilho, cambaleante, o abandonaria na rua? Criticar a internação involuntária é politizar a tragédia dos que não podem se defender. Cruzar os braços é omissão de socorro (MATARAZZO, 29 de fevereiro de 2013).

Percebe-se que Matarazzo compartilha dos argumentos já apresentados anteriormente: a falta de capacidade de decisão do usuário de drogas, a eminência da morte

e a naturalidade de se proteger um filho. Todos esses argumentos são acrescidos a um julgamento moral que compara a omissão a um crime.

Matarazzo apresenta um raciocínio que se fundamenta em dois polos de oposição. De um lado, a defesa às internações e no oposto a omissão quanto à situação dos usuários de drogas, o que seria comparável a um crime. Nessa lógica, omissão estaria no fato de o Ministério da Saúde não ter elaborado um protocolo que oriente a redução de danos, que por sua vez, é inócua em uma situação grave. Estaria a lógica da omissão também na falta de estrutura dos CAPS para lidar com crises de abstinência. Já no polo positivo está incluído o Programa Equilíbrio implementado pelo autor em sua gestão como subprefeito e que tem como coordenação uma professora do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas.

A referência a valores morais acentua a distância entre os polos da omissão e da internação involuntária. A família aparece como o núcleo de salvação e de referência moral. Quando se refere à família dos usuários de drogas também constrói uma lógica de oposição baseada no argumento da distinção entre classes sociais. Famílias que têm condições financeiras podem pagar clínicas para seus filhos dependentes enquanto que as famílias de baixa renda não podem. Sendo assim, o governo de São Paulo facilitou a internação a essas famílias de forma a promover a igualdade entre classes para o acesso a esse serviço.

As opiniões de Matarazzo provocaram uma reação no Conselho Federal de Psicologia a qual foi divulgada no mesmo meio de comunicação. A resposta foi a seguinte:

> Omissão de socorro é a falta de investimentos em serviços públicos que possam, de fato, oferecer um tratamento integral ao usuário de crack e de outras drogas e também às suas famílias. A omissão de socorro está no sucateamento da estrutura de toda a rede de atenção psicossocial, que não funciona como deveria. A plena atividade desses mecanismos de tratamento aos usuários necessita ser algo contínuo para mostrar para a sociedade que há outros caminhos (GOMES, 31 de janeiro de 2013).

A esta crítica à omissão por parte do Estado para garantir serviços públicos de saúde eficientes. Assim responsabiliza o Estado e não o usuário de drogas e sua família pelo resultado do tratamento. A isso Matarazzo responde:

> Além disso, o que está ocorrendo não é o uso da internação como "primeira opção", como afirmou o CRP-SP, mas, sim, a avaliação individualizada, caso a caso, para o encaminhamento adequado frente às necessidades de cada indivíduo.
>
> Basta ver a quantidade de familiares, sobretudo mães, que procuram o Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod) buscando a internação e que saem de lá com a orientação de se dirigir a um tratamento ambulatorial antes de recorrer à internação.
>
> É preciso reconhecer que a medida do governo paulista é necessária e importante, e que combate as consequências do crack, um grande flagelo da cidade. Porém, para alguns, talvez seja mais simples criticar do que agir (MATARAZZO, 1 de fevereiro de 2013).

Uma vez que o CFP desconstrói o argumento da omissão ressignificando-o de modo a mostrar a omissão do governo e não das instituições de saúde e seus profissionais, Matarazzo precisa construir um novo argumento baseado em dados do Cratod, o que por sua vez demonstra que as internações não são realizadas mesmo quando se tem o desejo da família para isso.

Com isso, pretendemos demonstrar que há clara disputa em torno de qual é a lógica de governo que deve ser dirigida a esta população usuária de drogas, e o que expressa esta disputa é o debate em torno do significado da omissão e da definição de qual é o ator omisso. De um lado, há omissão do sistema de saúde e do Governo Federal na visão de Matarazzo, e de outro, há omissão do Governo Estadual segundo o CFP. Em oposição à omissão também há concepções de qual seria o melhor atendimento ao usuário de drogas: atendimento baseado em regime fechado (com internações em comunidades terapêuticas e hospitais) ou um tratamento aberto segundo os princípios de humanização do SUS.

Tanto uma posição quanto a outra estão tomando a população usuária de drogas como objeto sobre o qual é preciso atuar, ou seja, há aqui uma disputa em torno da gestão da vida dessa população.

## Considerações finais

Sem desejar esgotar aqui a polêmica causada pelas internações psiquiátricas para usuários de crack, nosso esforço foi o de buscar uma reconstituição dos principais fatos noticiados nessa construção de uma "história do presente". Entendendo que o uso do crack quando associado a uma territorialidade configura uma forma específica de gestão do Estado sobre o "problema urbano", identificamos elementos discursivos que apontam para uma biopolítica da população neste território. Uma dimensão dessa gestão do Estado está na própria visibilidade na mídia para alguns atores e argumentos justificadores e a invisibilidade de outros.

Percebemos que os saberes médico e jurídico são importantes na composição das metáforas que fundamentam os argumentos a favor das internações compulsória. Há pelo menos 5 metáforas que são construídas pelos saberes médico e jurídico: a) Usuários não tem capacidade de decisão, perdem a razão, o que justifica que a decisão seja tomada por terceiros, pela família ou pelo Estado; b) para usuários de crack a morte é inevitável por isso, a intervenção do Estado é no sentido de "fazer viver" quem naturalmente morreria; c) Crack é uma epidemia, sendo assim, a atuação do Estado se dá sobre uma população em risco; d) Crack é mais intenso que outras drogas, por isso, medidas mais intensas seriam necessárias, justificando, assim, até mesmo a privação de liberdade; e) como um pai que não deseja a morte do filho, o Estado intervém da mesma forma que a família.

Para finalizar, mostramos também que há resistências de outros saberes

profissionais que fazem críticas quanto à forma violenta como se deu as internações, quanto ao significado das internações para o indivíduo, o que é uma privação de liberdade e também para a sociedade, pois se dá uma banalização de medidas autoritárias. Diante disso, aqueles que criticam produzem reivindicação por participar da formulação de políticas públicas, porém, sofrem da invisibilidade da mídia. Assim, fica claro que há polos opostos que disputam os significados do papel do Estado e das políticas públicas na questão das drogas, sabendo que a própria mídia é um instrumento dessa disputa.

## Fontes:

ARRUDA, Eloisa de Souza. *Internação compulsória com amparo da lei*. (Tendências/Debates). Folha de S. Paulo, 08 de janeiro de 2013. Disponível em: http://folha.com/no1211496. Acesso em: 4 de abril de 2013.

CAMBRICOLI, Fabiana. *Juiz diz que internará viciados em SP só em caso de risco*. Folha de São Paulo, 21 de janeiro de 2013. Disponível em: http://folha.com/no1217896. Acesso em: 4 de abril de 2013.

CASTRO, Ruy. *Sem começo ou meio* (Coluna). Folha de S. Paulo, 17 de outubro de 2012. Disponível em: http://folha.com/no1170297. Acesso em: 4 de abril de 2013.

CERRI, Giovanni. *Oferecer uma chance contra a droga*. (Opinião). Folha de S. Paulo, 19 de fevereiro de 2013. Disponível em: http://folha.com/no1232825. Acesso em: 4 de abril de 2013.

COLLUCI, Cláudia. *Internação compulsória é caminho a ser percorrido, diz Drauzio Varella*. (Entrevista). Folha de S. Paulo, 28 de janeiro de 2013. Disponível em: http://folha.com/no1221469. Acesso em: 4 de abril de 2013.

GENTILE, Rogério. *Os românticos do crack*. (Coluna). Folha de S. Paulo, 24 de janeiro de 2013. Disponível em: http://folha.com/no1219461. Acesso em: 4 de abril de 2013.

GIBA BERGAMIM JR. *Secretário de Haddad diz que é contra uso de força em viciados*. Folha de S. Paulo, 11 de janeiro de 2013. Disponível em: http://folha.com/no1213365. Acesso em: 4 de abril de 2013.

GOMES, Christiane. *Para conselho, internação compulsória deve ser último recurso*. Folha de S. Paulo, 31 de janeiro de 2013. Disponível em: http://folha.com/no1223217. Acesso em: 4 de abril de 2013.

MATARAZZO, Andrea. *Governo fez investimento considerável para tratar dependentes, diz Matarazzo*. Folha de São Paulo, 1 de fevereiro de 2013. Disponível em: http://folha.com/no1223951. Acesso em: 4 de abril de 2013.

_____. *Omissão de socorro é crime*. (Opinião). 29 de janeiro de 2013. Disponível em:

http://folha.com/no1221980. Acesso em: 4 de abril de 2013.

ROMANO, Gustavo. *Objetivo não pode ser o de retirar usuários de crack de circulação* (Análise). Folha de S. Paulo, 23 de janeiro de 2013. Disponível em: http://folha.com/no1219028. Acesso em: 4 de abril de 2013.

SILVA, Antonio Geraldo da. *Viciados em crack carecem, sobretudo, de atendimento medico* (Análise). Folha de S. Paulo, 24 de janeiro de 2013. Disponível em: http://folha.com/no1219609. Acesso em: 4 de abril de 2013.

SILVA, Marcos Valdir. *Não à internação involuntária e compulsória*. (Opinião). Folha de São Paulo, 21 de janeiro de 2013. Disponível em: http://folha.com/no1217829. Acesso em: 4 de abril de 2013.

VERONA, Humberto. *A banalização de medidas autoritárias* (Opinião). Folha de S. Paulo, 19 de fevereiro de 2013. Disponível em: http://folha.com/no1232826. Acesso em: 4 de abril de 2013.

## Bibliografia:

ANDRADE, M. T. *Política de proibição às drogas: solução ou problema?* Campinas –SP. Dissertação de Mestrado – Unicamp/IFCH, 2003.

BOURDIEU, P. *O poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Coisas ditas*. Tradução de Cassia R. da Silveira. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARNEIRO, H. *As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no Século XX*. Revista Outubro, IES, São Paulo, vol.6, 2002.

DIAS, A. C.; ARAUJO, M. R. e LARANJEIRA, R. *Evolução do consumo de crack em coorte com histórico de tratamento*. Rev. Saúde Pública, vol.45, n.5, 2011

DINIZ, M. *Os donos do saber.* Rio de Janeiro, Revan, 2001.

DOMANICO, A. *Craqueiros e cracados: Bem vindo ao mundo dos nóias! – Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projeto-piloto do Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2006.

DOUGLAS, M. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1998.

FASSIN, D. Les figures urbaines de la santé publique (dir.), Paris, La Découverte, 1998.

FIORE, M. *Controvérsias médicas e a questão do uso de "drogas"*. São Paulo- SP. Dissertação de Mestrado – USP/FFLCH, 2004.

FINKELMAN, J. (Org.) *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FREIDSON, E. *Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 31, junho de 1996.

FRÚGOLI JR., H. *Roteiro pelo bairro da Luz*. Ponto urbe, ano 2, fev.2008.

_____ e Sklair, J. *O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification*. Cuadernos de Antropologia Social, UBA, n.30, 2009.

_____ e Spaggiari, E. *Da "cracolândia" aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz*. Nau-USP, Ponto Urbe, n.6, 2010.

GARLAND, D. *A cultura do controle. Crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOMES, B. R. e ADORNO, R. *Tornar-se 'nóia': trajetória e sofrimento social nos 'usos de crack' no centro de São Paulo*. Revista Etnográfica. Vol.15 (3), 2011.

GOULART, S. L. *Contrastes e continuidades em uma tradição amazônica*. Campinas – SP. Tese de Dourado em Ciências Sociais. IFCH- Unicamp, 2004.

GRILLO, C. C.; POLICARPO, Frederico; VERISSIMO, M. *A 'dura' e o 'desenrolo': efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro*. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 19, p. 135-148, 2011.

JESUS, M. G. M.; OI, A. H.; ROCHA, T. T. da; LAGATTA P. *Segurança Pública e a Política de Combate ao tráfico de drogas em São Paulo*. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, p. 104-117, 2012.

LABATE, B. C. e ARAUJO, W. S. *O uso ritual da ayahuasca*. Campinas, SP: Mercado das Letras/Fapesp, 2004.

MARTINEZ, M. M. *Deslocando olhares, pensando o uso de drogas sob a perspectiva de quem vive nas ruas*. In: 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, 2012, São Paulo. 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, 2012.

MATTOS, M. J. S. *A inserção da segurança pública na estratégia de articulação federativa e multidisciplinar do programa Crack, é possível vencer*. In: Anais Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. Araraquara/SP, 2013

MISSE, M. (org.) *Acusados e acusadores. Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. RJ: Revan, 2008. Cap. 1: Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. p. 13-32.

PEREIRA, A. S; WURFEL, R. F. *O uso de maconha como estratégia de redução de danos em dependentes de crack*. Revista eletrônica Aletheia no. 34 Canoas abr. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-03942011000100013&script=sci_arttext. Acesso em: 02 de fevereiro de 2013.

PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008.

RODRIGUES, T. *Política de drogas e a lógica de danos*. Revista Verve, São Paulo, NUSol/PUC-SP, n.03, 2003.

ROLNIK, R. São Paulo. *Coleção Folha Explica*. 1. ed. São Paulo: PubliFolha, 2001.

RUI, T. *Usos de "drogas", marcadores sociais e corporalidades: uma perspectiva comparada. Campinas – SP*. Dissertação de Mestrado – Unicamp/IFCH. 2007.

_____. *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2012.

SERRA, A. F. *Norma e criminalização*. In: Maciel, Luiz Carlos (org). Maconha em debate. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1985.

SPAGGIARI, E.; RODRIGUES, W. E.; FONSECA, I. Z. da. *Etnografia da atuação de entidades sociais na região da Luz*. Revista eletrônica do NAU, Ponto Urbe. Edição 11. São Paulo: dezembro 2012. Disponível em: http://www.pontourbe.net/ Acesso em: 2 de fevereiro de 2013.

# Imaginários urbanos e a região portuária do Rio de Janeiro: um olhar sobre os processos anteriores à reforma de 2010

Maria Teresa Guilhon Barros[1]

**Resumo:**
No decorrer do último quarto de século, diferentes olhares se voltaram para a zona portuária do Rio de Janeiro, cada qual valorizando um aspecto distinto e transformando os projetos na região num mosaico de influências para a grande reforma atual. A aposta na reconstrução total desse território, trouxe como consequência um dos maiores movimentos de preservação e valorização histórica que se viu em cidades brasileiras nas últimas décadas, com a recuperação de sítios históricos, palacetes e sobrados, além de calçamentos originais e até objetos e ossadas de valor arqueológico. Além disso, o foco da mídia na região também fez com que moradores e frequentadores locais reavaliassem sua relação com o espaço, tornando cada vez mais comum a organização de atividades ligadas à cultura e acelerando o processo de valorização da autoestima local e inclusão da região no mapa cultural da cidade.

**Abstract:**
During approximately the last 25 years, different eyes turned toward the port area of Rio de Janeiro, each look highlighting a different aspect of it and transforming the region into a mosaic of influences for the current major reform. Paradoxically, the aim of a total reconstruction of the territory, brought as a result one of the largest movements of historic preservation we saw in Brazilian cities in recent decades, with the restoration of historical sites, palaces and townhouses, as well as original pavements and even objects and bones of archaeological value. Furthermore, the focus of the media in the region also meant for local residents and regulars reassess its relationship with space, producing each time more frequently activities related to culture and accelerating the process of valuing self-esteem and inclusion of site region on the cultural map of the city.

[1] Mestre CPDOC/FGV.

Tema recorrente na mídia carioca nos últimos três anos, o projeto de revitalização elaborado para a área portuária do Rio de Janeiro tem sido considerado emblemático e legítimo representante de uma nova fase que se abre na história da cidade, por oferecer, através de uma reforma urbana ampla e profunda, possibilidades de transformação do território em vários níveis.

Seguindo uma tendência global de requalificações urbanas recentes, o movimento de "apontar na direção do futuro", preservando as características marcantes do seu passado, é basicamente o que orienta as reformas dos portos nos dias de hoje. Ou seja,

> refletir sobre o papel que representam como elemento de reintegração e dinamização desses espaços contíguos às áreas centrais das cidades costeiras. (Felipe Góes)[2].

É difícil definir precisamente onde começa a necessidade e a vontade de transformar uma área degradada, mas podemos identificar, no caso da região portuária do Rio e Janeiro, vetores que convergem para o potencial do porto e dos bairros do seu entorno como base do imaginário de uma nova identidade carioca, que cruza a valorização do seu passado histórico da cidade com o seu potencial turístico, trazendo em si o peso e a responsabilidade de deixar um legado para as gerações futuras.

Polêmico desde que as autoridades municipais iniciaram a divulgação das etapas previstas para execução, o projeto de revitalização do porto, ou projeto Porto Maravilha, frequenta a agenda do desenvolvimento da cidade há muitos anos e é, na verdade, a conclusão de um longo processo de debates e embates entre várias instâncias. Essa agenda nos remete a um momento inicial que pode ser localizado há cerca de vinte e cinco anos atrás, quando surgiram as primeiras propostas voltadas para a recuperação da região, depois de algumas pesquisas de arquitetos, historiadores e artistas terem chamado a atenção para o patrimônio urbanístico e cultural ali presente.

## Os bairros portuários e a conexão com o centro

Por uma série de razões ligadas à desindustrialização que atingiu vários lugares do mundo nessa época, o centro da cidade sofreu um processo de esvaziamento, a partir da segunda metade do século XX. As várias reformas urbanas de caráter modernizador, que abriram e modificaram ruas e espaços de circulação, vinham sempre acompanhadas de muitas desapropriações e demolições, que iam deslocando e apagando importantes pontos de referência como o Morro do Castelo e o Palácio Monroe. A decadência da área central se iniciou, portanto, quando a população das camadas mais altas abandona os sobrados do início do século para habitar os novos bairros mais ao sul.

[2] Ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento, em texto de apresentação do livro Porto Maravilha e o Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária.

Além disso, depois de ter sido a capital da nação por 200 anos, a cidade perdeu em 1960 oposto para Brasília, a cidade modernista e planejada com a proposta de levar o desenvolvimento para o interior. Posteriormente ainda haveria a fusão da cidade, então Estado de Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, imposta pelo governo militar.

> As consequências desta degradação não se resumem aos aspectos econômicos. O centro também possui importância simbólica: é onde se concentra normalmente grande parcela de patrimônio histórico, artístico e arquitetônico. A sua degradação produz efeitos negativos sobre a identidade e a cultura da sociedade. A decadência dos sítios históricos brasileiros, com o esvaziamento econômico e populacional e a deterioração física dessas áreas, acarreta na grande maioria dos casos e perda de parte da memória cultural do país[3].

Os bairros portuários são parte da região central da cidade e, embora tenham mantido mais características residenciais que o resto do centro, refletiram a decadência que se fez sentir de maneira geral. A região hoje formada pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo teve papel fundamental na estruturação da malha urbana, identidade cultural e historia popular da cidade do Rio de Janeiro.

> É um dos poucos locais do centro do Rio onde o traçado urbano e as formas de uso residencial trazem, ainda hoje, a autenticidade do momento de sua produção. Seus caminhos sinuosos, suas muitas escadinhas, travessas, becos, adros, escadarias e ladeiras guardam mais de quatrocentos anos de historia e são uma memória viva do "morar carioca"[4].

De fato, foi a partir dessa área que a cidade cresceu até se transformar na capital do império e posteriormente da república, porém três grandes intervenções "cortaram" o desenho original do centro, delimitando e "isolando" esses bairros do resto da região: a ampliação da Estrada de Ferro Central do Brasil (ao longo da primeira metade do séc. XX), a inauguração da Av. Presidente Vargas (década de 1940) e as obras de aterramento para modernização do porto de cargas (década de 1950), que posteriormente possibilitaram a construção do elevado da Perimetral.

[3] Texto da publicação A RETOMADA DO CENTRO DA CIDADE, (Coleção Estudos Cariocas) - Nº 20030601 Junho - 2003 disponível no site www.armazemdedados.rio.rj.gov.

[4] Texto de apresentação do CD ROM Circuito Mauá, disponível no site http://www.escravosdamaua.com.br/circ_maua.htm.



FIG. 1. Mapa da região portuária do Rio de Janeiro

Nos anos 1970, a sociedade brasileira viveu um momento árido em todos os sentidos, depois da instalação de uma ditadura de base militar no país. Podemos dizer que, ao mesmo em que os espaços públicos e ruas se esvaziaram politicamente, o centro do Rio de Janeiro sofreu um processo de desvalorização, devido à "hegemonia do modelo de dispersão territorial e a valorização de centralidades novas a oeste" (Sérgio Magalhães, arquiteto e presidente do IAB, em artigo no jornal O Globo de 19/09/2010). Esse processo se refletiu decisivamente na região portuária, onde a onda de estagnação econômica do porto propriamente dito levou o poder público a abandonar alguns bairros à sua própria sorte.

## O Rio de Janeiro e a redescoberta do patrimônio

Dez anos depois, os anos 1980 testemunharam novos ares, tanto no processo político nacional como na valorização da identidade carioca.

Por volta dessa época, a realidade da globalização, e sua ameaça implícita de perda de identidades locais, influenciou o nascimento de diversos projetos de reabilitação de centros históricos mundo afora. No fundo, começou a ficar cada vez mais clara a conexão direta entre memória e identidade cultural, que passou a organizar as diferenças entre os grupos sociais. Cresceu fortemente a tendência de valorização da memória e do passado nas sociedades contemporâneas, principalmente nos grandes centros urbanos onde as questões da diluição das fronteiras ficaram mais centrais, em consequência ao advento das novas tecnologias de deslocamento físico e comunicação. Esse fenômeno da valorização da memória e das tradições é analisado por Andreas Huyssen (2000) e François Hartog (2006), que localizam justamente nos anos 1970/80 o ponto em que o "olhar modernista", ou seja, o olhar que apontava para o futuro, iniciou um movimento de mudança, voltando-se cada vez

mais para o passado. Os discursos da preservação do patrimônio, por exemplo, estão diretamente ligados às narrativas identitárias na pós modernidade, fruto da fragmentação do sujeito e da sensação de aceleração do tempo, como explica Huyssen ao comentar as práticas atuais de memória no contexto do mundo globalizado:

> Culturalmente, elas (as práticas de memória) expressam a crescente necessidade de uma ancoragem espacial e temporal em um mundo de fluxo crescente, em redes cada vez mais densas de espaço e tempo comprimidos.

Como reflexo no Brasil, os termos resgate e revitalização, entre outros como recuperação, revalorização e requalificação, passaram a fazer parte de um amplo vocabulário correntemente usado para percorrer todo um imaginário ligado ao patrimônio cultural, principalmente nos grandes núcleos urbanos. Como afirma Beatriz Jaguaribe em artigo publicado no Jornal O Globo:

> "...a relevância do passado na vida contemporânea das cidades revela o teor, as vivências e os imaginários que compõem as múltiplas tessituras das experiências urbanas. As diversas maneiras pelas quais as cidades interpretam, vivenciam, descartam ou relembram seus passados assinalam escolhas e formas de significação das experiências da modernidade tardia. Sobretudo, as cidades não são apenas o compêndio de pessoas, edificações, transportes e relações econômicas, sociais e políticas. Elas também são produto da imaginação e de vivências subjetivas e coletivas. (06/08/2011)

## Revitalizar o centro, viver a cidade

O diálogo com o passado gera um movimento de retroalimentação, sobre o qual Cristina Meneguello fala, quando se refere, de forma geral, à preservação de edifícios públicos:

> A preservação dos antigos centros ou de partes da cidade, seja no Brasil ou no exterior, exige a revisão de conceitos fundamentais como a preservação do patrimônio, o novo uso conferido às áreas preservadas e, especialmente, as diferentes interpretações do passado histórico urbano (...)
>
> (...) A apropriação da história deve vir não apenas como "citação material" (e necessariamente visual) do passado, mas como trazendo em si a possibilidade de transformação.

Um bom exemplo das afirmações de Meneguello é a inauguração do Centro Cultural do Banco do Brasil, ou simplesmente CCBB, em 1989. Primeiro grande centro cultural ligado a uma empresa (no caso de capital público), o empreendimento foi um dos marcos do início da retomada do até então abandonado centro da cidade. Ao decidir pela restauração do prédio histórico, que havia sido a principal sede do banco na cidade, resgatando seu valor

simbólico e arquitetônico, a proposta do Banco do Brasil foi a precursora de várias outras que hoje abrigam espaços para as artes contemporâneas e para a cultura popular.

De fato, se localiza no início dos anos 1980 a fase em que começa a se esboçar a redescoberta do centro da cidade através de seu patrimônio histórico. São dessa época os primeiros projetos de intervenção visando à valorização do centro como lugar da história e da cultura locais, como o Corredor Cultural e mais tarde o SAGAS e o Distrito Cultural da Lapa.

> O projeto Corredor Cultural, cuja área de abrangência e delimitações foi regulada em 1983 pelo prefeito Jamil Haddad, foi a primeira política pública em nível municipal de preservação de sítio histórico desenvolvida no Brasil e foi a primeira expressão da política que, no bojo do processo de redemocratização do Brasil, na década de 80, assistiu à passagem do planejamento tecnocrático ao planejamento participativo, marcado pela absorção das reivindicações das associações comunitárias e refletindo-se na recuperação e preservação do centro histórico e adjacências. (COMPANS, 2001)

Na esteira do pioneiro Projeto Corredor Cultural e anterior ao bem sucedido Distrito Cultural da Lapa, o projeto SAGAS (iniciais dos três bairros portuários), segundo a arquiteta e urbanista Rose Compans “partiu da iniciativa das associações de moradores que, em 1983, preocupadas com as profundas transformações que vinham ocorrendo na área, organizaram uma série de encontros e seminários com representantes de diversos órgãos governamentais e de entidades profissionais e acadêmicas que resultou na criação do Grupo de Trabalho Comunitário e Institucional de Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo”.

O resultado mais significativo dessa iniciativa foi a reivindicação de uma nova legislação para a área e assim nasceu a APAC delimitada pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, uma das primeiras criadas pela autoridade municipal. Seu surgimento começa a despertar algum interesse na área, cuja proximidade com o porto e as atividades portuárias havia causado profunda degradação e marginalização no passado. As principais ruas da região, como a Pedro Ernesto e a rua do Livramento foram fotografada pelos arquitetos do SAGAS e uma pequena coleção de fotos dos seus prédios de valor histórico em estado precário de conservação foi publicada pelo recém criado Departamento Geral do Patrimônio Cultural.

Outro exemplo da influência de ações como o Corredor Cultural foi o processo de revitalização do bairro da Lapa, num primeiro momento através da iniciativa privada e mais tarde consolidado pelo projeto coordenado pela Secretaria de Cultura do Estado do RJ em 2000 e conhecido como "Distrito Cultural da Lapa", em que o INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural) definiu e delimitou uma área que viria a receber incentivos para a preservação de imóveis e promoção de atividades culturais. Nas origens desse movimento em direção à Lapa estão a transferência do Circo Voador, antes na zona sul, para uma praça

do bairro, e a campanha encabeçada pelo próprio Circo Voador pela não demolição do prédio vizinho às suas instalações, a antiga fábrica de fogões "Fundição Progresso".

Assim como a Lapa, bairro histórico da maior importância que acabou ficando mais conhecido, em meados do século XX, por atrair a marginalidade e por abrigar atividades ilícitas, também os bairros da área portuária tinham como ícone a mal falada Praça Mauá. A fama de ser, a praça e seus arredores, habitada por prostitutas, marinheiros e jogadores foi mudando, à medida que a população carioca foi tomando conhecimento, através de diversos projetos, da existência dos bairros históricos da Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

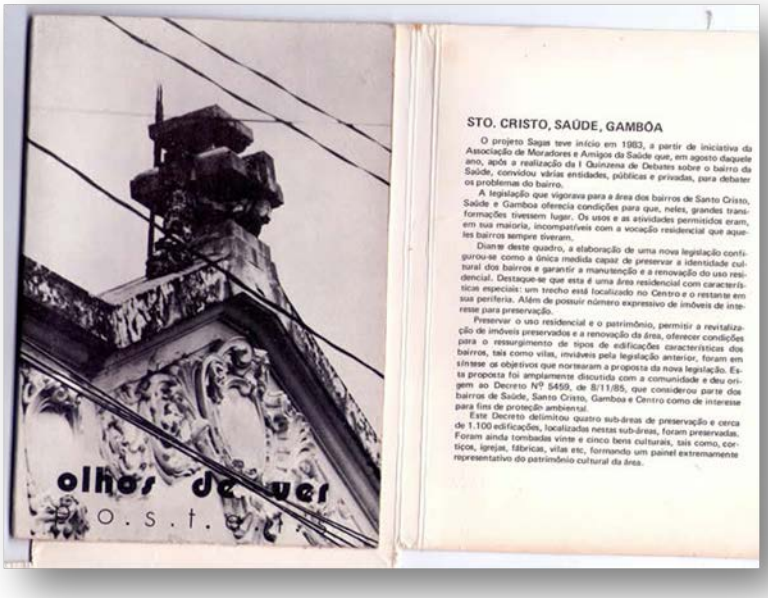



FIG. 2. Coleção de cartões postais publicada nos anos 1990 pela Secretaria de Cultura sobre o Projeto SAGAS (Saúde, Gamboa e Santo Cristo)

## A narrativa histórica entra em cena

Os bairros da região portuária foram os primeiros bairros da cidade a terem sua história registrada em CD-ROM, através do projeto cultural CIRCUITO MAUÁ, em 1998.

Motivado pela grande repercussão da ocupação cultural da região após a fundação do Bloco Carnavalesco Escravos da Mauá e suas primeiras ações, o projeto começou a ser articular em 1995, por integrantes da própria agremiação, que então preparavam seu quarto desfile. O bloco se reunia desde 1993 para eventos informais de samba, no Largo de São Francisco da Prainha, uma praça rodeada de prédios históricos no bairro da Saúde. Devido a

várias incursões do grupo pela região, procurando o melhor trajeto para o desfile carnavalesco, os organizadores do bloco foram tomando contato com as ruas e construções históricas preservadas pelo abandono que se multiplicam, até hoje, na área portuária, além de travar conhecimento com porta-vozes de tradições culturais que estavam reaparecendo na região.

O livro "História dos bairros - Saúde, Gamboa e Santo Cristo", constituiu na época, um importante repositório de informações sobre os bairros portuários e foi a base através da qual os organizadores do bloco fizeram as suas primeiras pesquisas sobre a região. Patrocinado pela João Fortes Engenharia, o livro editado pela Índex e organizado pela pesquisadora Elizabeth Dezousart Cardoso, fala da constituição histórica e do patrimônio dos bairros que compõem a região portuária do Rio de Janeiro.

A proximidade do Largo de São Francisco da Prainha, local escolhido pelo bloco para se reunir, com o Morro da Conceição foi outra relação que se estreitou ao longo dos primeiros anos desse projeto. Em contraste com outros morros da área ocupados precariamente pelos ex-escravos e retirantes nordestinos sem direito à moradia, o Morro da Conceição foi palco de uma urbanização mais lenta, de matriz portuguesa e com todas as características de bairro de classe média.

> "Situado junto ao coração financeiro da cidade, vizinho a sua área portuária, o Morro da Conceição é reservado aos olhos mais distraídos, se esconde entre os altos edifícios e antigos armazéns. É Uma área residencial que resistiu às intenções de sucessivos planos urbanísticos que desestimularam a moradia no Centro. Penetrar seus acessos, subir por ladeiras ondulantes é iniciar-se em uma outra cadência, em uma outra atmosfera, em uma outra respiração."




Fig.3 - Convite para o lançamento do CD-ROM sobre a região portuária

O imaginário gerado por essa mistura, que tem de um lado ícones como a Pedra do Sal (remanescente dos trapiches onde os escravos trabalhavam) e as casas do Morro da Favela e por outro o Palácio Episcopal e a Fortaleza da Conceição, de arquitetura colonial, gerou intensa troca de informações, tanto com moradores e trabalhadores como com pesquisadores e interessados na recuperação do patrimônio e levou o grupo fundador do bloco a intensificar o propósito de reunir e disseminar o maior número de informações possíveis sobre a cultura da região, utilizando um suporte acessível através das novas tecnologias computacionais. Nesse momento, foi decisiva a possibilidade de captar recursos com as empresas privadas da região através da lei Rouanet de incentivo à cultura, que tinha apenas cinco anos de existência e começava a impactar a formatação de ações culturais locais.

Idealizado e coordenado por uma das fundadoras do bloco, a pesquisadora Eliane Costa, o CD-ROM "Circuito Mauá - Saúde, Gamboa e Santo Cristo" inclui uma coleção de livros digitais e interativos, com cinco abordagens diferentes da região portuária carioca, totalizando mais de 600 páginas de texto, 300 imagens de acervos diversos, 250 fotografias feitas especialmente para o projeto, 18 clipes de vídeo com entrevistas com moradores e personagens do lugar. Os focos principais da pesquisa são:

• Navegando pela História - por Sérgio Lamarão, historiador;

• O Espaço urbano e as Pessoas do Lugar - texto-base de Nina Rabha, arquiteta;

• Folia na Praça Mauá: Rádio Nacional, Boemia e Carnaval - por Lia Calabre, historiadora;

• Movimentos Sociais no Porto do Rio - por Carlos Augusto Addor, historiador;

• A presença do Negro no bairro da Saúde - texto-base de Roberto Moura, historiador e cineasta.

Em paralelo ao desenvolvimento da pesquisa, a coordenação do projeto promoveu na praça apresentações de antigas manifestações da região como a Capoeira de Angola, o Jongo, o Bumba-meu-Boi e o Afoxé Filhos de Gandhi.

O trabalho foi apresentado em espaços, escolas e praças da região, ajudando a propagar o que muitos não sabiam sobre a área, em termos de história, urbanização, tradições culturais, gêneros musicais e até movimentos sociais. O livro "Morro da Conceição, da memória o futuro", um detalhado e cuidadoso mapeamento da prefeitura sobre esse enclave residencial no centro da cidade, cita a apresentação do CD-ROM na praça Major Valô (no alto do Morro) acompanhado de show do Bloco Escravos da Mauá, como estratégia de diálogo proposto pela então administradora regional, a arquiteta Nina Rahba, com os moradores.

Nesse mesmo ano, em 1998, o Morro da Conceição passou a ser considerado, separadamente, em termos de revitalização, em relação ao bairro em que ele se insere, o bairro da Saúde. Também sob a coordenação de Nina Rahba, foi instalado no próprio morro um Escritório Técnico da Prefeitura, para estudar em detalhe todos os elementos arquitetônicos e socioeconômicos locais visando adequação de leis e elaboração de planos de preservação do patrimônio.

## O "sonho" em discussão

No início de 2001, o Instituto Pereira Passos lançou o Plano de Revitalização e Recuperação da Zona Portuária. Em dezembro de 2001, durante a gestão de Alfredo Sirkis à frente da Secretaria Municipal de Urbanismo, entrou em cartaz a exposição multimídia Porto do Rio, no Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. A exposição, promovida pela SMU e pelo Instituto Pereira Passos[5] usou design gráfico, vídeo e computadores com

[5] O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) é uma autarquia hoje vinculada diretamente à Prefeitura Municipal, porém, na época era ligado à Secretaria Municipal de Urbanismo e o secretário Alfredo Sirkis acumulava também a sua presidência. Suas principais funções são de apoio ao desenvolvimento urbano e produção informações cartográficas, geográficas e estatísticas

programas de ponta para apresentar ao público 8 propostas de revitalização para a região portuária, que viriam a ser o embrião do projeto consolidado e começaria a ser executado quase 10 anos depois.

A exposição injetou mais combustível no imaginário em torno das possibilidades da região. O texto de apresentação da exposição, intitulado "PORTO DO RIO: USINA DE SONHOS", empunhava a bandeira a favor da revitalização da área, como afirma a arquiteta Evelise Grunow, em artigo publicado originalmente na revista PROJETODESIGN (Edição 366 Agosto de 2010). Os oito projetos apresentados foram elaborados por escritórios reconhecidos como representativos das propostas contemporâneas e inovadoras no campo da arquitetura.

> Todos temos as nossas construções imaginárias para o futuro do porto do Rio. Naturalmente, mais do que ninguém, os arquitetos acalentam as suas próprias, em projetos elaborados em épocas variadas. Ao conjunto desses desejos, expressos nas pranchetas, dedicamos esta exposição[6].

A exposição, focada na requalificação do espaço do porto, fazia pouca referência aos bairros de entorno. Abordava, de forma especial, os projetos bem sucedidos em termos de turismo e negócios, em metrópoles como Barcelona, Nova York e Lisboa, além do exemplo pioneiro brasileiro de Belém como centro de lazer e comércio. Uma mostra do que a arquitetura é capaz de fazer em termos de transformação urbana, ocupando vazios, renovando áreas decadentes, recriando espaços e misturando usos.

sobre o Rio de Janeiro.

[6] Texto de apresentação do secretário Alfredo Sirkis no catálogo da exposição Porto do Rio.




Fig.4 - Folder da exposição multimídia Porto do Rio: Usina de sonhos

Pouco tempo depois, no início de 2003, o secretário municipal de Urbanismo, Alfredo Sirkis abriu no auditório do Centro de Convenções RB1 o Seminário "Porto do Rio 2003" que tinha como subtítulo “Momento Atual do Programa de Revitalização”. Nesse momento, pesquisas foram apresentadas com o objetivo de discutir as propostas para a criação e urbanização de pontos no entorno e nos bairros portuários, como o Morro da Conceição, a Rua Sacadura Cabral, Galerias do Porto, Cidade do Carnaval, Vila Olímpica da Gamboa, recuperação do Prédio da Portus e dos galpões da Marítima.

Mas, a mesa mais polêmica do seminário teve a participação do arquiteto francês Jean Nouvel que apresentou o projeto do Museu Guggenheim e o secretário municipal das Culturas, Ricardo Macieiras, que falou sobre a importância do empreendimento para a cidade. Segundo Paula de Oliveira Camargo:

> O projeto de trazer para o Rio uma unidade do Museu Guggenheim no Píer Mauá, no Porto, foi um dos passos dados pela prefeitura no sentido de revitalizar a região a partir de projetos com potencial cultural.

O então prefeito, Cesar Maia, "ancorou" todo o projeto de investimentos do porto na presença desse grande ícone da arte na região, mas a estratégia acabou se mostrando arriscada, pois o projeto suscitou inúmeros questionamentos, principalmente no que se referia à aplicação da verba pública num "monumento turístico", dada a situação de precariedade e carência em que se encontravam os principais espaços públicos da cidade. As críticas disparadas por formadores de opinião e pela mídia enfraqueceram politicamente o projeto e a prefeitura desistiu da sua implantação, consequentemente adiando mais uma vez "o sonho da revitalização do porto". (CAMARGO, 2011)

Entre 2007 e 2009, uma pesquisa de âmbito acadêmico coordenada pela socióloga e urbanista Maria da Silveira Lobo, com apoio de várias instituições, ouviu grande parte dos moradores dos bairros portuários através de grupos focais com o objetivo de analisar a "Participação Comunitária e Sustentabilidade Social no Projeto Urbano do Porto do Rio". Como desdobramento paralelo a esse extenso trabalho, foi realizado um cuidadoso levantamento de projetos sociais e culturais, instituições de ensino e saúde, associações de moradores e de profissionais, e serviços de utilidade pública oferecidos na região. O resultado foi a materialização, em 2010, da publicação Guia do Cidadão do Porto do Rio de Janeiro, com endereços, fotografias, mapas e descrição das organizações pesquisadas.

Em 2010, o "velho" projeto de reforma e requalificação urbana do porto ganhou novo combustível, a partir da união das esferas municipal, estadual e federal em torno da eleição da cidade do Rio de Janeiro para sede das Olimpíadas de 2016. O projeto Porto Maravilha começou a operar na região e nesse mesmo ano, apresentei o meu projeto de pesquisa ao Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, que tomou como ponto de partida a minha ligação a um movimento cultural ativo na região há 20 anos, o Bloco de Carnaval Escravos da Mauá.

A intenção da pesquisa, orientada pela professora Mariana Cavalcanti, foi a de mapear os processos que geraram a ligação de uma atividade cultural, como o bloco, à noção de recuperação da identidade e autoestima local, visto que, no início da década de 1990, a zona portuária era uma região marginalizada e degradada da cidade. No decorrer da pesquisa, que contou com entrevistas e análise de documentos de acervo de outros blocos da mesma época, surgiu a iniciativa de organizar o material coletado sobre o "novo" Carnaval de rua (os blocos fundados a partir da redemocratização política) e publicar num site na internet, o portal Blocos. Esse espaço virtual especializado, cujo objetivo é disponibilizar pesquisas acadêmicas e acervo dos blocos de rua, é um trabalho que ainda está em processo de configuração.

O Bloco Escravos da Mauá criou em 2010 o projeto "Uma prainha em alto mar", uma grande articulação com as organizações que trabalham com cultura na região para a promoção do desenvolvimento através da arte, tendo como contexto e instrumento o Carnaval de rua. Através das oficinas pré-carnavalescas realizadas em parceria com essas organizações, o bloco apoia a sustentabilidade dos grupos culturais que estão há muito tempo na região e sobrevivem com dificuldade.

No projeto, levado a cabo em articulação com a comunidade, todas as ações convergem para o desfile e têm como objetivo específico a excelência artística do cortejo. Em sentido amplo, porém, a ideia é que tais oficinas integrem-se de forma orgânica nas atividades regulares dessas instituições (que têm vida e projeto próprio e transcendem de longe a colaboração episódica que dão ao bloco), contribuindo para a transformação do território pela arte.

Em 2012, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de

Janeiro (CDURP), responsável pelas obras do Projeto Porto Maravilha, lançou o primeiro edital de fomento específico para projetos culturais sediados na zona portuária. O apoio específico às manifestações locais surgiu como contrapartida imposta à venda do potencial de construção imobiliária na região e fez com que vários coletivos que lá resistem viessem a buscar uma forma de organização que tornasse viável a interlocução com o poder público, na direção de uma atuação mais participativa junto ao processo decisório, fundando uma associação chamada ComDomínio Cultural, da qual o bloco Escravos da Mauá é signatário. Esse é apenas um dos muitos fóruns comunitários que vêm conquistando importante espaço na interface do Projeto Porto Maravilha com a cultura, criando as bases para uma ocupação futura que dialogue com os movimentos de preservação do patrimônio imaterial na cidade e com os movimentos da arte pública.

## Bibliografia:

CAMARGO, Paula de Oliveira, *As Cidades, a cidade: política, arquitetura e cultura na cidade do Rio de Janeiro* Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2011.

Compans, Rose, *Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais.*

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas - SMU/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Preservar, conservar e modernizar: um novo paradigma para a reabilitação do Centro do Rio* COLEÇÃO ESTUDOS CARIOCAS Nº 20020501 Maio – 2002.

MENEGUELLO, Cristina, *O passado nas cidades do futuro*. © 2002 SBPC/Labjor Brasil: http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid20.htm.

MAGALHÃES, Sérgio - *O Rio se Reencontra* (disponível no site Vitruvius) http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/11.039/3699.

HARTOG, François. *Tempo e patrimônio, Varia hist*. [online]. 2006, vol.22, n.36. pp. 261-273.

HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

Laranja, Cristina. *A arte de provocar ruínas: especulações na zona portuária* (disponível em http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=697).

Lessa, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*: Editora Record, 2001. Coleção Metrópoles.

Macrofunção Habitar o Centro/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *A retomada do Centro da cidade*, Nº 20030601, Junho - 2003, Coleção Estudos Cariocas em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/.

Magalhães, Roberto Anderson de Miranda. *Distrito Cultural da Lapa* http://www.inepac.rj.gov.br/arquivos/LapatextoSite17.10.2005.pdf.

*Circuito Mauá, Saúde, Gamboa e Santo Cristo - Um passeio pelos bairros portuários do Rio de Janeiro*, CD-ROM publicado pela Viamonte Cultural, 1998.

Instituto Municipal Pereira Passos (http://www0.rio.rj.gov.br/ipp/).

Centro de Arquitetura e Urbanismo (http://www2.rio.rj.gov.br/smu/paginas/cau_fotos.asp).

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (http://www.inepac.rj.gov.br/).

# Entrevista de Ilana Strozemberg

## Concedida a Maria Theresa Guilhon Barros[1]

Ilana Strozenberg é antropóloga e professora adjunta da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nos últimos anos, suas pesquisas sobre identidades culturais no meio urbano focaram os projetos culturais da periferia do Rio de Janeiro, investigando a trajetória de suas lideranças e suas relações com o mercado midiático. É uma das coordenadoras do Pós Doutorado do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) e consultora da Universidade das Quebradas, um projeto de extensão do PACC que oferece cursos de história da arte, literatura e filosofia para artistas e produtores culturais da periferia.

[1] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais – CPDOC/ FGV.

**Há cerca de 10 anos, seu trabalho de pesquisa se voltou para o tema da cultura urbana, com foco nos projetos culturais voltados para populações de baixa renda que começavam a marcar as iniciativas de combate à desigualdade. Esse trabalho segue o exemplo de outros começaram a ultrapassar as fronteiras entre o universo acadêmico e a ação social. Que impacto isso teve, na época, e que possibilidades existem hoje para os estudos sobre as cidades, dentro e fora das ciências sociais?**

De certa forma, desde os primeiros anos de minha carreira acadêmica na década 70, meu trabalho sempre teve, como foco, temas relacionados à cultura urbana no contexto brasileiro e, mais especificamente, no Rio de Janeiro. Desde uma extensa pesquisa iniciada no Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, em que abordei as relações de emprego doméstico no universo de camadas médias, passando pelos trabalhos sobre álbuns de fotografias de família, realizado com Myriam Morais Lins de Barros, e sobre o dito "culto ao corpo" entre jovens universitários, feita em parceria com Marcia Contins Gonçalves e Everardo Rocha, até minha tese de Doutorado em Comunicação e Cultura, em que analisei o debate na grande imprensa a respeito da implementação de uma lei de cotas de imigração na Constituinte de 1934, e as investigações mais atuais como professora da ECO, a cultura urbana brasileira e carioca sempre foram meu universo de estudo privilegiado. Pensando retrospectivamente, acredito que, apesar da diversidade de aspectos investigados, isso confere alguma coerência à minha trajetória de pesquisadora e me permite perceber uma relação de complementaridade entre os resultados produzidos nesse percurso.

Entretanto, até cerca de 10 anos atrás, o que eu fazia se enquadrava muito mais na categoria de "estudos na cidade" do que na de "estudos da cidade", para usar uma diferença formulada por Eunice Durham num artigo de 1986, em que analisa a antropologia urbana praticada no Brasil. Isto é, se a cidade era o contexto de realização das pesquisas e o espaço onde se encontravam meus objetos de estudo, minhas questões não se voltavam para o fenômeno urbano e as dinâmicas culturais específicas da cidade.

O que, de fato, mudou o foco das minhas atividades de pesquisa, foi, como você

aponta na sua pergunta, meu interesse pelos projetos culturais de favela e periferias urbanas, voltados para a transformação social e a redução da desigualdade que se multiplicaram no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, a partir de 1990. Em um curto período de tempo – menos de 20 anos – esses projetos de teatro, audiovisual, música, dança e outras manifestações artísticas ganharam visibilidade e começaram a ocupar um novo espaço na grande mídia, que colocava em questão as hierarquias tradicionais da cultura. O programa Central da Periferia, idealizado pela parceria entre Regina Casé e o antropólogo Hermano Vianna (aliás, essa parceria entre uma celebridade midiática e um acadêmico que optou por colocar em prática suas ideias em espaços externos à academia é sintomática), são um bom exemplo desse fenômeno. Foi, então, a partir dessa percepção, que o tema das culturas urbanas e a dinâmica dos trânsitos e articulações entre suas diversas expressões se tornou um tema central de meu trabalho. Bem como de outros pesquisadores. A academia, ou, pelo menos, uma parte dela, havia reconhecido aí um campo de pesquisa estratégico para compreender o contexto sócio-cultural e político das cidades contemporâneas.

E foi também nesse momento que passei a atravessar as fronteiras entre a atividade de produção acadêmica e a participação em ações sociais. No entanto, a bem da verdade, se era uma novidade para mim, esse atravessamento não era nada muito novo no campo das ciências sociais. Nos anos 80 e 90, no Brasil, a metodologia da pesquisa-ação, de Michel-Thiollent, e a prática da pesquisa participativa já propunham que as atividades de produção do conhecimento não só incluíssem representantes do universo estudado – especialmente no caso das camadas populares e desfavorecidas – como também tivesse, entre seus objetivos, uma ação prática no sentido de favorecer a melhoria das condições de vida desses grupos e promover a transformação social. Sem dúvida, esse tipo de trabalho tinha um cunho político evidente e foi muito popular entre um grupo de intelectuais engajados no período do processo de abertura, em que a sociedade civil começava a se reorganizar através de ONGs e movimentos sociais após 20 anos de ditadura militar. No entanto, é bom lembrar que, na época, havia um certo preconceito em relação aos pesquisadores que “misturavam” sua atuação como acadêmicos e como militantes. Quem atuava nos dois lados dessa

fronteira, os chamados “ongueiros”, eram vistos com muita desconfiança. Como assim? Ou você tem distância do seu objeto estudo ou você participa do seu objeto de estudo.

Isso agora começa a mudar e é curioso perceber como, duas décadas depois, a pesquisa-ação volta a ser prestigiada na universidade. As universidades públicas, por exemplo, estão estimulando cada vez mais a realização de projetos de extensão, que são, exatamente, aqueles que visam atender a demandas de determinados setores da sociedade, fora dos muros da academia,. seja através de iniciativas de transmissão de conhecimento teórico e/ou apoio técnico, seja através de praticas colaborativas.

Minha posição no que toca a essa relação entre produção teórica e ação prática é a da busca de uma atitude crítica permanente. Acho que essa combinação exige uma postura equilibrada, em que não se pode ir nem tanto ao mar nem tanto à terra. Não se pode atuar dentro da universidade, ou como pesquisador com o olhar e a atitude de um militante político. A esse respeito, Ruth Cardoso tem um artigo que considero excelente, de 1986, em que chama a atenção para o risco da observação participante se tornar uma “participação observante”. Isso acontece quando o pesquisador perde a atitude de distanciamento indispensável para a produção de um resultado que não seja a mera reiteração do senso comum vigente no universo que busca conhecer. Ora, se o papel da pesquisa é abrir novas perspectivas de entendimento que permitam produzir mudanças e realizar avanços, o “participante observador”, ao repetir verdades e coisas que já são previamente aceitas, vai na exata contramão dessa proposta.

Por outro lado, também é impossível – a meu ver – realizar uma ação eficaz junto ao universo externo à universidade, sem criar algum tipo de empatia com essas pessoas, seus desejos e interesses. Sem respeitar suas visões de mundo e reconhecê-los como interlocutores centrais no processo de produção do conhecimento. Roberto da Mata diz que estudar uma realidade na qual se está inserido é como fazer uma viagem xamânica: a gente se distancia para uma outra esfera e olha essa realidade de um outro ângulo, que não é o do cotidiano.

Como estar perto e longe? Essa, eu penso que é uma resposta que ainda está sendo

buscada pelos professores e pesquisadores que optam por unir teoria e prática. Eu diria que ainda é próximo do experimental. E talvez essa seja a experimentação permanente de toda a produção das ciências sociais: o jogo entre o conhecimento teórico analítico e a experiência vivida.

**Podemos destacar aí um papel bem definido que a antropologia teve e ainda tem nos estudos das culturas urbanas contemporâneas?**

A meu ver, a antropologia urbana foi fundamental para a abordagem da cultura urbana contemporânea como o locus por excelência da diversidade e da heterogeneidade. O diálogo entre a teoria antropológica e a sociologia urbana da Escola de Chicago tem uma importância precursora nas pesquisas atualmente realizadas nessa área. No Brasil, a atuação de Gilberto Velho, como professor do Museu Nacional, como autor de inúmeros livros e artigos e como representante de instituições acadêmicas, tem importância indiscutível nesse campo de estudos.

A perspectiva dessa vertente dos estados antropológicos privilegia a percepção das diversas formas de comportamento e expressão cultural que convivem, de forma mais ou menos harmônica ou contraditória, nas grandes cidades contemporâneas. A partir de noções como as de subcultura, as pesquisas são focadas em universos culturais específicos que Gilberto Velho denomina de "universos de códigos compartilhados" buscando compreender seus sentidos e lógicas específicos. Assim, diferentemente da sociologia, que trabalha com grandes modelos, e de uma perspectiva antropológica que busca a lógica abrangente que atravessa as culturas nacionais, (é o caso dos trabalhos de Gilberto Freyre e Roberto Da Matta, por exemplo) a sociologia urbana traz, para o estudo das sociedades contemporâneas, um olhar que pode ser comparado à visão de uma lente com zoom. É como se ao invés de usar uma grande angular que permite ver uma cena em grandes extensão, mas com pouco detalhe, o pesquisador olhasse para a realidade social através de um foco no micro, no mais próximo, como num close. Isso permite ver a cena nas suas especificidades, sabendo que está inserida num universo mais abrangente, mas ao mesmo tempo atentando para as particularidades e os detalhes.

Outro aspecto importante dessa abordagem, é que a partir dela se define a cultura – em suas várias manifestações –, não como uma "coisa" reificada, pronta e estática, e sim como um sistema dinâmico de relações, que se produz e modifica continua e cotidianamente. E isso se dá através da ação dos indivíduos que constroem seus "projetos" através de escolhas estratégicas no contexto das alternativas - mais ou menos legítimas e valorizadas - que lhes são oferecidas pela sociedade. Por isso Gilberto Velho conceitua a cultura como "campo de possibilidades".

Do ponto de vista da dimensão política das pesquisas, eu diria que elas permitem perceber com mais acuidade o plano dos micro-poderes, que é da maior relevância para quem busca compreender a atuação dos projetos da sociedade civil voltados para a transformação social.

**Porque distinguir fortemente o campo da cultura contemporânea, quais as suas particularidades?**

O que distingue a sociedade contemporânea das sociedades ditas tradicionais é a crescente diversidade e heterogeneidade de seu universo social e cultural. Eu penso até que, nessa perspectiva, a contemporaneidade pode ser vista como a exacerbação da dinâmica social introduzida pelas revoluções liberais da modernidade, fundadas nos valores do individualismo e no ideal dos indivíduos como seres autônomos, iguais e livres para exercer seu arbítrio. Ao contrário das sociedades tradicionais, em que a noção de ordem e hierarquia prevalece sobre a de indivíduo e se tem a impressão de que o tempo não passa ou que tudo permanece igual por um longo período de tempo, nas sociedades individualistas, em que se privilegia a autonomia individual, o tempo parece correr cada vez mais rápido. Isso porque se, nas sociedades tradicionais, o comportamento valorizado é aquele que se conforma aos papeis atribuídos a cada um pela ordem social, nas sociedades contemporâneas o que se cobra dos indivíduos é que sejam inovadores, criativos, capazes de fazer a diferença, provocar mudança e transformação. Desde que não sejam contrariados alguns códigos dominantes produzir diferença, em especial no campo da cultura, é, paradoxalmente, uma obrigação. Não é difícil achar evidências empíricas dessa mentalidade: a moda é exemplo

disso, as ondas intelectuais são exemplo disso, as vanguardas artísticas são exemplo dessa da valorização daquilo que é a "não repetição" da tradição. Ser conservador, nessas sociedades, é quase um xingamento. Me parece sintomático que O Globo tenha dado o nome de "Faz a diferença" ao prêmio anual que confere a cariocas escolhidos como aqueles que se destacam em diferentes campos de atuação no Rio de Janeiro, da ciência às artes.

Isso não significa que a contemporaneidade não mantenha tradições. Mas sim que ela é um palco onde há uma constante produção de diferenças, que podem vir a gerar novas tradições ao longo do tempo. Quando um novo comportamento, uma nova estética, uma nova visão de mundo é capaz de provocar uma adesão maior, pode, ao longo de algum tempo – nem sempre muito longo - virar uma nova tradição.

**E isso aparece com mais força ainda na metrópole... Através de que canais você acha possível se discutir a cidade e seus problemas?**

A vida nas cidades, sobretudo nas grandes metrópoles, é marcada pela tensão entre o sentimento de pertencer a uma cultura abrangente – como a cultura brasileira, por exemplo - e, ao mesmo tempo, pertencer a grupos e universos distintos, tanto do ponto de vista sócio-econômico e político quanto de padrões de comportamento, estilos de vida, gosto estético, crenças, enfim, de inúmeras formas de lidar com o outro e consigo mesmo. Só que esta diversidade, que muitos caracterizam como fragmentação, não consiste num conjunto de "fragmentos" isolados e equivalentes. Pelo contrário, eles estão inseridos numa hierarquia dominante, que os organiza numa escala de legitimidade, prestígio e, sobretudo, poder. Que, embora reconhecida por todos, não é consensual nem estática. Nesse sentido, a meu ver, as metrópoles podem ser vistas como uma arena em que grupos distintos se enfrentam em busca de um lugar mais favorável nessa ordem hierárquica.

**É interessante perceber como os debates sobre a o futuro das cidades colocam, de forma recorrente, uma mesma questão: como construir uma cidade integrada ou então, como criar mecanismos que promovam espaços de diálogo, em que as pessoas possam conviver e se relacionar de maneira aberta e democrática (isto é, mais livre e igualitária)? Como**

**pensar a possibilidade de negociação num contexto em que, além das diferenças estruturais, de âmbito econômico, próprias de uma sociedade capitalista, há também diferenças e conflitos das mais diversas ordens: políticas, éticas, estéticas, de gênero, sem falar nas de faixa etária, que agora se fazem cada vez mais presentes?**

Essas são questões complexas que exigem respostas complexas. Eu não tenho essas respostas nem acredito que sejam generalizáveis, precisam ser buscadas contextualmente. Mas penso que qualquer que seja o contexto, o diálogo passa pela desconstrução de uma visão estereotipada e preconceituosa sobre o outro. Pela percepção de que o diferente não é necessariamente o inimigo, aquele que é preciso combater ou eliminar. Ou seja, pela percepção de que existe, entre nós, para além ou aquém das diferenças de todas as ordens, uma dimensão de humanidade comum na qual é possível encontrar ou construir pontes de aproximação e entendimento. Que podem ser as mais variadas: um gosto musical, uma mesma preferência no campo do esporte, um mesmo interesse profissional, uma crença religiosa compartilhada, enfim, a lista é inumerável. Encontrar essas vias de diálogo, entretanto, exige uma atitude crítica em relação às próprias "verdades" e de escuta em relação às "verdades" alheias.

A antropologia tem uma relevância central para a construção desse tipo de atitude. A crítica ao etnocentrismo e a relativização, bases da abordagem antropológica do estudo das diferentes manifestações da cultura, exigem o exercício de uma escuta compreensiva do outro e esta é, a meu ver, a condição fundamental para que possa haver diálogo. Por outro lado, penso que essa perspectiva não só pode como deve se expandir para além do trabalho específico da pesquisa antropológica. Ela pode ser incorporada às ações de políticas públicas, às iniciativas da sociedade civil, ao trabalho dos profissionais de comunicação ao produzirem os discursos midiáticos. Por isso, nas minhas aulas de Antropologia e Comunicação na ECO, a ideia central que tento transmitir aos alunos é que, não há comunicação quando não há escuta: todo produtor de mensagens deve ser também, primordialmente, um observador e um receptor . E nunca é demais insistir: escutar significa buscar compreender e não julgar ou avaliar.

Uma das principais tônicas dos movimentos que começaram a tomar as ruas das grandes cidades do Brasil a partir de meados de 2013 é a reivindicação de que os diferentes grupos da sociedade civil sejam ouvidos pelas instituições públicas no processo de tomada de decisões. Isto é, que os gestores públicos não implementem projetos impostos "de cima para baixo", ou "de fora para dentro", porque baseados em suas próprias premissas e pressupostos a respeito das demandas existentes e suas possíveis soluções. A demanda pelo diálogo é também a demanda pela participação, que só pode ser efetiva se houver escuta. E, sem dúvida, isso vale também na direção inversa: a sociedade brasileira precisa ter uma atitude menos maniqueísta e preconcebida em relação às instituições e seus representantes. A esse respeito, Eliana Souza Silva, fundadora e coordenadora da Redes de Desenvolvimento da Maré, publicou, em fevereiro desse ano, no Globo, um artigo que considero exemplar. Ao analisar as relações entre moradores da Maré e as forças policias da UPP, a partir de episódios de mortes de ambos os lados ocorridas em confrontos, ela argumenta que dramas como esse, que se tornaram parte do cotidiano da cidade, são perpetuados pela força dos estereótipos e pela ausência de um diálogo entre as autoridades públicas e as comunidades que permitam a busca de uma solução conjunta.

**Falávamos sobre diálogo. O Rio de Encontros* é resultado desse compromisso da antropologia com o diálogo e com a escuta?**

Sem dúvida. Iniciado há quatro anos, O Rio de Encontros é um ciclo de debates de periodicidade mensal (são em média 7 por ano) que promove discussões de temas prementes para a cidade do Rio de Janeiro - como educação, moradia, sustentabilidade, violência, juventudes, religião, drogas, manifestações, grande mídia e jornalismo comunitário, etc - e se caracteriza pela diversidade de seus participantes. Essa não é uma frase de efeito e sim uma proposta fundamentada num conceito. Se, como diz Geertz, a cultura é uma teia de significados, a sociedade complexa contemporânea é a mais intrincada dessas teias Então, uma reflexão mais densa e multifacetada sobre a cidade, requer que ela inclua o máximo possível de representantes dessa teia.

Assim, os debates do Rio de Encontros, reúnem pessoas de categorias

socioeconômicas diferentes, acadêmicos e especialistas de olhares e perspectivas diversas, lideranças comunitárias e diferentes gestores e participantes de instituições públicas e de organizações da sociedade civil. Eu falei em debates, mas poderia ter dito diálogos, porque esse é objetivo central do encontro: que todos possam ouvir, questionar e emitir seus comentários de maneira organizada mas relativamente informal. O formato, portanto, não é de seminário ou mesa redonda, e sim de uma roda de conversa. Duas ou três pessoas são especialmente convidadas para iniciar a conversa e, logo depois, a discussão é aberta para todos.

Em 2013 iniciamos uma nova etapa. Chamamos, para participar do Rio de Encontros, uma turma de jovens moradores de diferentes áreas socialmente periféricas da cidade, que se destacam por sua atuação em projetos locais. Embora oriundos de um mesmo universo sócio-econômico, eles não formam uma turma homogênea nem do ponto de vista da moradia, nem de experiência de trabalho ou de vida pessoal. Escolhidos por indicação de coordenadores dos projetos nos quais participam, todos os jovens recebem uma bolsa auxílio por evento e um Certificado no final do ano, e nossa proposta é que sejam, efetivamente, interlocutores ativos das discussões, preparando-se para isso através de pesquisa e da consulta a materiais de referência – artigos, matérias de jornal, vídeos, sites – sobre o tema de cada encontro, que ficam disponíveis no blog do projeto (http://riodeencontros.wordpress.com/). Este ano fomos mais além. A partir de uma parceria com a Escola Superior de Propaganda e Markeing incluímos, nos encontros, mais um grupo de jovens - dessa vez formado por alunos da ESPM - que, na grande maioria, pertencem a um universo bastante diferente, senão oposto, aos jovens de favelas e periferias.

Cada encontro, então, é um exercício riquíssimo e instigante de escuta e de prática do diálogo. Uns fazem suas colocações a partir do conhecimento acadêmico (inclusive vários jovens de periferias e favelas, que cursam ou cursaram o terceiro grau) , outros da atuação profissional,, outros, ainda, das experiências da vida pessoal. O que se privilegia, como resultado, não são respostas ou soluções para a cidade, e sim a troca de ideias e experiências e que esta permita formular as boas perguntas. E que todos saiam dali com um universo de alternativas e reflexões expandido, e um pouco mais de compreensão sobre as

complexidades da vida em nossa cidade.

**Que importância teve a área dos Estudos Culturais e a questão da multidisciplinaridade para que os pesquisadores e especialistas pudessem se debruçar sobre a cidade de hoje?**

Tradicionalmente, a tendência predominante nas áreas de conhecimento em geral e nas ciências sociais e humanas em particular, era que os pesquisadores e profissionais conversassem com seus colegas de disciplina e especialidade. Cientistas sociais participavam de fóruns de cientistas sociais – que são também subdivididos em diferentes disciplinas e suas sub-áreas -; arquitetos e urbanistas encontravam-se com outros arquitetos urbanistas; e assim por diante. Atualmente, embora esses espaços disciplinares permaneçam e tenham sua função, a perspectiva da interdisciplinaridade vem se tornando cada vez mais disseminada. É como se, a partir de um determinado momento, a complexidade da realidade contemporânea tenha exigido análises mais multifacetadas e plurais e as perspectivas disciplinares tradicionais já não pudessem dar conta das questões a serem enfrentadas.

É aí que considero importante mencionar o campo dos estudos culturais, uma área – ou talvez fosse melhor dizer, uma prática - de pesquisa que se iniciou a partir do diálogo entre diferentes campos do conhecimento. Um dos seus fundadores, Richard Hoggart, é um antropólogo inglês, falecido em abril desse ano, cujo livro, The uses of literacy (traduzido para o português como As utilizações da Cultura) é reconhecidamente um clássico indispensável para os estudiosos dos estudos culturais. Nele, a partir dos resultados de uma extensa pesquisa de campo etnográfica, Hoggart investiga o impacto cultural da política de letramento voltada para os operários, numa Inglaterra em pleno processo de industrialização, e questiona os seus resultados. Segundo ele, embora a ideia de educar, alfabetizar, esses grupos fosse apresentada como um processo de inclusão de caráter democrático, seus efeitos seriam altamente corrosivos para a cultura popular tradicional, cujas formas de comunicação e expressão próprias estariam sendo desqualificadas e deslocadas em nome de outras, mais legítimas na perspectiva do discurso dominante. Assim, Hoggart aponta (ou melhor, denuncia) o caráter massificador, disciplinador e excludente de uma iniciativa que desconsiderava os pontos de vista, interesses e valores da população a ela

submetida.

Percebe-se aí, a presença de duas características centrais dos estudos culturais. Em primeiro lugar, o caráter interdisciplinar da perspectiva teórica do autor. Hoggart criou o Centro Contemporâneo de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham, onde lecionava na Faculdade de Letras, tinha uma formação diversificada nas áreas de sociologia, literatura e antropologia e, nessa pesquisa, aborda questões próprias ao campo dos estudos de mídia. Em segundo lugar, a presença do diálogo assumido entre a produção acadêmica de conhecimento e uma reflexão política posicionada.

Na medida em que vão se consolidando e ganhando maior legitimidade, pesquisadores de outras áreas de conhecimento vão aderindo à perspectiva interdisciplinar e alguns se integram ao campo dos estudos culturais que, hoje, já agrega pessoas de áreas tidas como externas ao universo estrito das ciências humanas e sociais como, por exemplo, economia, arquitetura, administração, direito, educação física, informática, etc.

Esse crescimento revela, a meu ver, um interesse cada vez maior pelo diálogo interdisciplinar, através da percepção de que é na articulação de diferentes olhares que se podem produzir mais e melhores instrumentos para a compreensão da realidade contemporânea e, em especial, das sociedades urbanas contemporâneas. Um aspecto interessante é que, na medida em que essas articulações de saberes acontecem, é possível perceber a existência de convergências antes insuspeitadas entre os olhares das diversas disciplinas.

Por outro lado, embora o trânsito entre a produção de conhecimento e a prática social e política permaneça um desafio que exige cautela, ele já não é visto como uma atitude necessariamente desviante no universo acadêmico. A ilusão de neutralidade, resquício do pensamento positivista, cede lugar á reflexão sobre as condições e limites do conhecimento e, sobretudo, sobre seu impacto sobre a sociedade e a cultura.